

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MIRIAN ADRIANA BRANCO

**Estado de tensão e compreensão internacional: o projeto  
tensões e as ações intelectuais pela paz (1948-1958)**

(Versão corrigida)

São Paulo  
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Estado de tensão e compreensão internacional: o *Projeto*  
*Tensões e as ações intelectuais pela paz (1948-1958)***

Mirian Adriana Branco

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em História.

Área de concentração: História Social  
Orientadora: Profa Dra. Sara Albieri

De acordo: Profa Dra Sara Albieri

(Versão corrigida)

São Paulo  
2015

Mirian Adriana Branco

Estado de tensão e compreensão internacional: o projeto tensões e as ações intelectuais pela paz (1948-1958)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de doutor em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa Dra Sara Albieri

Aprovada em:07/08/2015

Banca examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

À  
*João Otávio (in memoriam), que  
hoje mora entre as estrelas do céu,  
minha saudade de todos os dias.*

## **Agradecimentos**

*Por muito tempo pensei que a elaboração de uma tese fosse uma tarefa solitária, porém hoje penso diferente.*

*Na verdade durante a elaboração deste trabalho nunca estive sozinha, de uma forma ou de outra várias pessoas estiveram comigo e deixaram sua marca nessa tese.*

*Pessoas como minha mãe – minha força, minha lição de vida, minha melhor amiga.*

*Minha família, companhia de todos os dias a quem agradeço pelo carinho, pelo apoio, pela compreensão.*

*Sandra, minha querida irmã, a você sempre serei grata. Sem suas renúncias esse trabalho não existiria. Pra você ofereço todas as estrelas do céu.*

*Aos melhores amigos que alguém poderia ter: Tathianni Cristini e Marcos Rafael. Por toda ajuda, por todo apoio, por serem parte de minha vida, ofereço meu carinho e gratidão, parte de minha coragem e persistência é fruto de nossa amizade..*

*Agradeço á orientadora Professora Dra Sara Albieri por todo apoio, por todo carinho, por toda atenção, por ter tornado esse momento possível.*

*Meu agradecimento sincero aos membros da banca. Por sua presença sinto-me honrada.*

*Sou grata a Osvaldo Medeiros funcionário da secretária de pós-graduação em História, pelo atendimento sempre prestativo e atencioso.*

*Por fim, agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim, que me apoiaram e contribuíram com seu conhecimento, seu trabalho, sua amizade, sua atenção. Mesmo aqui não nomeados eu os convido a partilhar comigo desse feliz e doce momento de realização.*

## Lista de Tabelas

<b>TABELA 01</b> - Pesquisas realizadas por cientistas indianos no período 1951-1953.....	121
<b>TABELA 02</b> - Pesquisas relacionadas às características nacionais.....	125
<b>TABELA 03</b> - Pesquisas sobre a imagem nacional e os estereótipos.....	126
<b>TABELA 04</b> - Pesquisas sobre as atitudes e os comportamentos.....	127
<b>TABELA 05</b> - Pesquisa sobre o nacionalismo agressivo.....	128
<b>TABELA 06</b> - Pesquisa sobre a influência da tecnologia moderna para os estado de tensão.....	129
<b>TABELA 07</b> - Resoluções tomadas nos 1948 e 1958.....	134
<b>TABELA 08</b> - Resoluções tomadas de 1960 a 1964.....	135

## Resumo

BRANCO, M. A. ***Estado de tensão e compreensão internacional: o Projeto Tensões e as ações intelectuais pela paz (1948-1958)***. 2015. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Nos anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, sob os efeitos devastadores de duas grandes conflagrações ocorridas em curto espaço de tempo, houve a intensificação da busca pelos caminhos da paz mundial. Como parte desse esforço, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO mobilizou a comunidade intelectual internacional para a elaboração e execução de um projeto a que se denominou *Projeto Tensões*. No âmbito deste projeto que se manteve ativo de 1948 a 1958, caracterizado por sua diversificação e abrangência, foram empreendidas ações interdisciplinares de caráter educativo e investigativo, que tinham como finalidade assegurar a coexistência pacífica, o desenvolvimento e a sustentabilidade das relações de paz entre as nações.

Palavras-chave: UNESCO, tensões, paz, intelectuais, projeto, guerra.



## **Abstract**

BRANCO, M.A. States of Tension and international understanding: the tension project and intellectual actions of Unesco. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

In the years which followed at the end of the Second World War, under the devastating effects of two major conflagrations occurred in a short period of time, there has been an intensification of the search for paths of world peace. As part of this effort, the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO mobilized the international intellectual community for the establishment and implementation of a project that has been called Tensions Project. Under this project, which remained active from 1948 to 1958, characterized by its diversification and scope, were undertaken interdisciplinary actions of education and investigative character, which were aimed ensuring the peaceful coexistence, the development and sustainability of peace relations between the nations.

Keywords: UNESCO, tensions, peace, intellectual, project, war.

## **Abreviaturas**

**IBECC** – Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura

**IICI** – Instituto Internacional de Cooperação Intelectual

**CG** – Conferência Geral

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**SDN** – Sociedade das Nações

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	12
<b>Capítulo I - Um projeto em construção (1946-1948)</b>	
1. A Primeira Conferência Geral da Unesco.....	21
1.1 O trabalho das subcomissões.....	24
1.2 O Programa da Unesco e a escrita do Projeto.....	37
2. México (1947) e Beirute (1948) – Ratificação e definição.....	43
3. Um projeto e algumas escolhas.....	48
4. O projeto no plano ideal e real das relações internacionais.....	71
<b>Capítulo II - O projeto da concepção à prática</b>	
2. A participação das Ciências Sociais.....	88
2.1. A investigação psicológica.....	97
2.2 Encontros com a cultura.....	106
2.3 As primeiras ações do Projeto.....	113
<b>Capítulo III - Encontros Intelectuais</b>	
3. <i>Homens de Cultura</i> .....	137
3.1 Os Encontros Intelectuais da Unesco.....	141
3.2 Alceu Amoroso Lima – o escritor e as circunstâncias.....	154
3.3 A crítica de Sérgio Buarque de Holanda.....	160
3.4 A História científica e cultural da humanidade.....	165
3.5. Oriente e Ocidente – rumo a um novo projeto.....	177
<b>Considerações finais</b> .....	180
<b>Bibliografia</b> .....	183

## INTRODUÇÃO

O ato de revisitar o século XX não pode ser feito sem certa dose de assombro mediante a dinamicidade dos acontecimentos, e a variedade de mudanças ocorridas ao longo de sua trajetória. Um século percebido por alguns como sombrio. Um tempo em que as luzes da fé e do otimismo foram obscurecidas por guerras, genocídios, pobreza, extremismos e opressão (SILVA, 2004). Na análise de Hobsbawm (1995) destaca-se uma estrutura na qual a história do século divide-se em três partes: *A Era das Catástrofes* que compreende as duas guerras mundiais. *A Era de Ouro* que se inicia no pós-guerra, trazendo consigo crescimento econômico e transformação social. E no final dos anos 1960 configura-se o que ele chamou de *Desmoronamento*, ou seja, momento de decomposição, incerteza e crise.

Para outros, foi um tempo de desenvolvimento em todos os campos do conhecimento e de intensa movimentação social o que ampliou a oferta de direitos básicos ao cidadão e grupos discriminados. Já para o historiador italiano Franco Venturini (1995), o século XX nada mais é do que um esforço sempre renovado de entendê-lo. No âmbito da História – *"lugar privilegiado onde o olhar se inquieta"* (CERTEAU, 1995), renovo então a busca pelo entendimento, por meio desta tese, que sugere um retorno a esse tempo tão controverso.

No pós-Segunda Guerra Mundial, a visão era de um mundo conturbado e tenso. Um mundo com milhares de pessoas destituídas de seus espaços, crentes na certeza de que nada mais seria como antes. Um mundo de

reconstrução, de reorganização das forças e das diferentes dimensões da vida dos povos; um mundo de temores e de esperanças. (Evangelista, 2003).

Ao término da guerra, a destruição da paisagem urbana trouxe o choque inicial, na sequência a contabilização dos mortos, feridos e desaparecidos causou assombro ainda maior. Durante os anos de conflito que configuram duas guerras mundiais, o poder de morte e destruição foi demonstrado ao extremo, graças ao desenvolvimento industrial e tecnológico, que possibilitou a utilização de recursos que ampliavam enormemente o poder de fogo, e a abrangência da área de destruição por parte de todos os grupos beligerantes.

A inventiva de guerra parecia não ter fim. O armamento se sofisticou, nos céus aviões foram usados como caças, como bombardeiros ou apenas para reconhecimento, ao mesmo tempo em que submarinos cruzavam os mares e empreendiam batalhas subaquáticas. Em terra, tropas de soldados marchavam lado a lado com uma criação inglesa - o tanque de guerra. Nem o ar foi desconsiderado, os gases tóxicos foram usados como arma letal. Os custos materiais e humanos de toda essa demonstração de força foram imensos, e porque não dizer, em alguns casos impagáveis.

As perdas humanas foram consideráveis em resultado da duração da guerra e da amplitude dos efetivos empenhados (...) atingindo as classes mobilizáveis, entre 20 e 40 anos, tais perdas acarretam, por várias gerações, diminuição da natalidade. (Rémond, 1993, p. 35).

No final, ao mesmo tempo em que as cortinas do cenário tenebroso eram cerradas, em outros palcos se descortinava um novo quadro não menos confuso e nem menos dramático. O legado dos anos de conflagração foi uma conjuntura caótica onde o mundo parecia ter virado de cabeça pra baixo. Nada

mais se ajustava e as tentativas de entendimento e explicação eram vãs. Quanto à ordem internacional, os rumos tomados pelo conflito acabaram por fortalecer a presença dos Estados Unidos no panorama político e militar mundial, a Alemanha foi derrotada e os quatro impérios até então existentes ruíram.

Como parte do esforço de reconstrução pós-guerras, as chancelarias se mobilizaram e passaram a tecer os acordos necessários à reestruturação das relações políticas e econômicas de forma a se adaptar ao novo contexto. As providências eram urgentes, e os caminhos de discussão a séculos percorridos foram retomados, de forma que mais uma vez na história do ocidente os Tratados<sup>1</sup> serão utilizados como recurso de entendimento logo após a Primeira Guerra.

Além da imputação da culpa pela guerra à Alemanha, a Conferência de Paris<sup>2</sup> de 1919, também concretizou em 28 de junho, o Tratado de Versalhes. Nele a Alemanha assumiu suas responsabilidades pela ocorrência do primeiro conflito e sucumbiu frente às exigências que lhe foram impostas, e que afetavam de forma fatal sua economia, sua organização política e seu poderio militar, aspecto que a levará a uma terrível crise social e por consequência, a protagonizar um novo e grande conflito mundial.

---

<sup>1</sup> Importante inferir que a assinatura de Tratados já ocorria durante o conflito, exemplo disso é o Tratado de Brest-Litovsk, firmado em março de 1918 entre a Rússia e os impérios centrais, no qual se punha mutuamente um fim às hostilidades. Já em maio do mesmo ano a Romênia também por meio de um Tratado cedeu territórios à Áustria-Hungria e a Alemanha.

<sup>2</sup> A conferência contou com a presença de setenta delegados que representavam vinte e sete países, incluindo o Brasil, cuja delegação foi comandada por Epiácio Pessoa. Durante a conferência foi do conselho dos quatro, grupo composto por Grã-Bretanha, França, Itália e Estados Unidos que partiram as decisões consideradas mais importantes.

As alterações geográficas, também foram tema dos Tratados firmados durante e depois das guerras. Por meio do *Tratado de Neuilly* (1919), do *Tratado de Saint-Germain-en-Laye*, (1919) do *Tratado de Sèvres* (1920), do *Tratado de Trianon* (1920), do *Tratado de Lausanne* (1923) os quatro impérios – Alemão, Russo, Austro-Húngaro e Otomano, foram sistematicamente fragmentados dando origem a um conjunto significativo de novos estados. No dizer de Rémond (1997, p.30) “*é uma mudança de primeira grandeza. Será preciso remontar ao Congresso de Viena ou à Paz de Vestfália para encontrar um equivalente da subversão territorial de 1919 e 1920*”.

Enquanto herança de uma acirrada política imperialista as guerras também repercutiram nas áreas de influência de cada Estado ou Império envolvido, mesmo aquelas situadas na América Latina, ou até mesmo no distante Oriente. Todos sentiam o reflexo tanto dos confrontos quanto dos acordos de paz movidos frente a eles. Motivo pelo qual, tal como as hostilidades, a política de Tratados e suas decisões extrapolava as fronteiras europeias e mobilizava a atenção dos demais continentes<sup>3</sup>. Apesar do êxito dos acordos e da ratificação da lista dos vencedores e dos vencidos, a amplitude das duas guerras em termos temporais, territoriais e vitimados, por certo fugiu ao alcance de qualquer analista do período, mesmo o mais pessimista. É pouco provável que mediante as experiências anteriores de guerra, alguém pudesse prever conflagrações tão longas, cruéis e devastadoras como as que ocorreram.

---

<sup>3</sup> Em se tratando do Brasil, além do alinhamento à época existente entre a política exterior brasileira e norte-americana. As ameaças e ações alemãs contra embarcações brasileiras foram motivações que levaram o país a abandonar uma inicial posição de neutralidade frente à guerra, e repensar as suas formas de relacionamento internacional. (Cervo; Bueno1992, p. 191.)

Refletir sobre formas de não apenas estabelecer, mas principalmente manter a paz, tornou-se tarefa urgente e imprescindível. Constatação que originou às muitas discussões levadas a efeito mesmo antes da Segunda Guerra findar. Como resultado desses debates houve a fundação da Organização das Nações Unidas - ONU e de suas agências especializadas. Organizações nascidas com a função de criar os consensos necessários às relações pacíficas entre os povos.

Assim, este mundo problemático e repleto de complexidades será o espaço de trabalho da Unesco - agência especializada da Organização das Nações Unidas, criada em 1946, e idealizada em meio às negociações pelo fim da guerra. Sua função seria a de promover a cooperação entre as nações, no que se refere à educação, ciência e cultura. As guerras já haviam mostrado a ineficácia dos acordos econômicos e políticos enquanto garantidores da paz e união entre os povos, e a premente necessidade de *“assegurar o respeito universal da justiça, da lei, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião”* (UNESCO. Ato Constitutivo, 1946). Vale também lembrar que neste mundo movediço, de barreiras permeáveis, a interdependência entre as nações se fez sem precedentes. Por razões de ordem política, econômica ou social, unem-se os países, num paradoxo: a interdependência para garantir a independência, o desenvolvimento ou basicamente a sobrevivência.

A Educação, a ciência e a cultura, foram então percebidas enquanto agentes capazes de construir entre as nações uma paz duradoura *“fundada na solidariedade intelectual e moral da humanidade”* (UNESCO. Ato Constitutivo, 1946). O que fez da cooperação intelectual o principal fundamento para o



trabalho da Unesco em sua função política de contribuir para a construção um mundo mais pacífico.

Mas construir a paz não seria tarefa fácil, mesmo porque nenhuma das estratégias anteriormente utilizadas havia evitado as guerras, nem amenizado as complicações que se seguiram a elas. Necessário se fazia encontrar novos rumos para o encontro com a paz.

Na sua Primeira Conferência Geral em 1946, a Unesco, em meio às atividades de elaboração de seu plano de trabalho para o ano seguinte, incumbiu os intelectuais ali presentes, representantes dos seus estados membros, notadamente aqueles ligados às Ciências Sociais e Humanas, para que construíssem um projeto de pesquisa acerca dos elementos da conjuntura mundial que criavam empecilhos à instauração da paz.

Nos primeiros meses de 1947 um esboço do projeto foi, pelos estudiosos das ciências sociais e humanidades, apresentado à diretoria da Unesco, nele estava à síntese das reflexões e discussões feitas por esses intelectuais desde a primeira conferência, sob o título provisório de *Estado de tensão e compreensão internacional*. No decorrer daquele ano as ideias foram mais bem desenvolvidas, e no exercício seguinte (1948) o projeto foi finalmente efetivado.

Três aspectos de imediato se destacam na avaliação deste projeto: a Cultura, enquanto agente de integração e cooperação, a Educação como difusora do conhecimento necessário à compreensão das diferenças, e o intelectual alçado a pedra de toque no afã de construir um saber legitimado. O exercício de compreender essas escolhas passa necessariamente pelo desvelamento dos sentidos tomados por essas categorias naquele momento

em específico, levando em conta que todas essas discussões se interligam pelos objetivos de um único projeto.

A temática dessa tese caminha no sentido de conhecer esse projeto, que no decorrer de sua aplicação passou a ser chamado *Projeto Tensões*. De forma mais específica objetivamos analisar suas particularidades, conhecer suas principais estratégias, atividades e modos de ação, identificar as personagens envolvidas, verificar suas abordagens teórico-metodológicas e demonstrar que o projeto se liga à ampliação do olhar sobre os modos de relacionamento entre nações, que ele é um exemplo do redimensionamento das percepções, algo solicitado pela conjuntura imposta pelas guerras.

Numa tentativa de contemplar tão ambiciosos objetivos, esta tese está dividida em três capítulos, que foram estruturados de maneira a proporcionar o conhecimento de aspectos importantes acerca da trajetória do *Projeto Tensões*.

O objetivo do primeiro capítulo é mostrar as concepções, expectativas e ações que permearam a idealização do projeto, e da mesma forma, a sua inserção no ideário que regia as relações internacionais nos anos 40 do século XX. Por isso iniciamos esse capítulo revelando elementos das discussões feitas durante a primeira reunião da Unesco acontecida em 1946. Analisar essa conferência é de suma importância para a finalidade dessa tese, pois nela se inserem as primeiras alusões feitas na instância Unesco, à possibilidade de elaboração de um projeto de pesquisa que tenha como intenção primeira investigar os fatores geradores de tensão entre as nações.

Além disso, os relatórios e documentos referentes a essa reunião nos permitem perceber os esforços da Unesco para mobilização de intelectuais de

várias nacionalidades. Os mesmos intelectuais que reunidos em comissões, aqui destacando os estudiosos das ciências sociais, da filosofia e humanidades, ao procederem à construção do programa da instituição para o ano seguinte, já delineavam as linhas mestras do futuro projeto.

Este capítulo apresenta ainda, duas outras conferências - México (1947) e Beirute (1948), ambas nos informando sobre a evolução das discussões e ações. Nessas conferências, respectivamente, houve a ratificação das decisões tomadas em 46 com relação ao projeto, e a instauração de algumas definições importantes para sua execução, tais como a liberação de recursos humanos e financeiros, por exemplo. O que nos dá como 1948 em Beirute o local e a data de nascimento do Projeto Tensões

O capítulo trás ainda reflexão acerca de duas diferentes formas de abordagem teórica no que se referente à paz - o idealismo e o realismo. O primeiro, baseado nos escritos de Immanuel Kant considerava o sistema internacional como um ambiente que de regras, legislação e instituições fortes para lhe colocar ordem e evitar a guerra. Basicamente defendendo que numa sociedade internacional regrada, onde os direitos fossem respeitados, não haveria espaço para as guerras. O idealismo e sua inspiração de paz perpétua deu sentido ao nascimento da Liga das Nações e da própria ONU e derivando dela a Unesco. Por outro lado os teóricos do Realismo concebiam as relações entre os estados com pessimismo, baseando-se nos escritos de Thomas Hobbes, acreditavam que somente o Estado deveria ser considerado num contexto internacional, sempre pautado pelo interesse de cada nação, o que levaria a constante busca pela hegemonia e a capacidade de fazer exercer suas vontades e interesses.

Essas duas bases teóricas polarizam os debates sobre a melhor forma de conduzir as relações internacionais dividindo adeptos. Forçando o projeto não apenas a dialogar com elas, mas permitindo que as mesmas transpassassem os princípios que o regiam.

No segundo capítulo enfatizamos o intervalo entre a concepção e a prática do projeto, tendo como objetivo primordial esclarecer as relações que se estabeleceram entre as diferentes disciplinas que o projeto agregou. As ciências sociais, a psicologia e as humanidades contribuíram sobremaneira para a elucidação dos fatores que favoreciam as reações hostis em vários planos (pessoal, grupal, nacional, internacional), compreender como essas reações se construía significava também encontrar as formas de desconstruí-las e a partir daí abrir espaço para a paz.

Este capítulo também contempla as primeiras ações do projeto e revela as formas pelas quais a Cultura foi tornada fator essencial para conquista da paz. Uma discussão feita sob a guia de Raymond Williams (2012) que nos ajuda a entender Cultura num sentido operacional e até mesmo estratégico para o projeto.

O terceiro capítulo trata inicialmente da participação dos intelectuais nessa empreitada. Tomados sob o ponto de vista de Norberto Bobbio (2007) enquanto possuidores de qualidades que faziam deles ideólogos e experts. Ou seja, aqueles que ofereceram ao Projeto os seus princípios-guia e os conhecimento-meio tão importantes para sua execução e aplicabilidade.

Em se tratando de intelectuais, o projeto também favoreceu os seus encontros. Um dos mais importantes, tendo em vista as expectativas em torno dele, foram os encontros intelectuais organizados pela Unesco nos anos 50. O

primeiro deles acontecido no Brasil (São Paulo) e o segundo na Suíça (Genebra). A tônica das discussões nas duas edições do encontro girava em torno da relação cultural entre o *Novo* e o *Velho Mundo*. Importante registrar que os intelectuais brasileiros participaram de diversas ações do projeto e de ambos os encontros. As participações de Alceu Amoroso Lima e de Sérgio Buarque de Holanda são exemplificativas.

Pretendemos nesta tese conhecer os encaminhamentos do projeto por acreditar que as suas ações, os discursos, a escrita e os rumos por ele percorridos podem iluminar sobremaneira aspectos das transformações dos discursos de paz e sua relação com os modos de abordar o social.

## CAPITULO I

### UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO (1946-1948)

#### 1. A Primeira Conferencia Geral da Unesco

A manhã de vinte de novembro de 1946 proporcionou momento importante à carreira diplomática do então embaixador brasileiro em Londres, Moniz de Aragão. Na qualidade de Chefe da Delegação brasileira<sup>4</sup>, que então representava o Brasil na Primeira Assembleia geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), coube a ele, enquanto vice-presidente da Conferencia<sup>5</sup> presidir os trabalhos da primeira sessão plenária. A presença brasileira na conferência ao mesmo tempo em que marcava a participação do país no processo de constituição de uma das mais estratégicas agências da Organização das Nações Unidas (ONU), também foi o demonstrativo da sua adesão aos principais objetivos do encontro: *“unir esforços para reconstrução no campo da educação e preparar a cooperação futura no campo da educação, da ciência e da cultura.”* (UNESCO. 1ª CG, 1946, p.7).

Como nos conta Julian Huxley, secretário executivo da Conferência e futuro primeiro diretor geral da Organização, foi em junho de 1945 em São Francisco, que se tomou a decisão de criar uma instituição dependente das

---

<sup>4</sup> Integravam a delegação brasileira: Miguel Ozório de Almeida (que também foi o vice-presidente da subcomissão das ciências exatas e naturais), Olímpio de Fonseca, Paulo Carneiro, Carlos Chagas Filho; o secretário geral Georges Maciel; e os especialistas, Maria Eugenia Franco, Beatrix Veiga, Isabel do Prado, Jorge Maia, Paulo E. Salles Gomes e Mário Barata.

<sup>5</sup> A conferência foi presidida por Léon Blum da França. Além do brasileiro também ocuparam a vice-presidência os líderes da delegação da China, Filipinas, Arábia Saudita, União Sul Africana, Reino Unido e Estados Unidos.

Nações Unidas que teria por missão ocupar-se das questões referentes à cultura. Essa decisão baseava-se na experiência dos quinze anos de atividade do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual com sede em Paris (IICI), na iniciativa enérgica do governo francês, e nas deliberações do Conselho de Ministros de Educação dos países aliados - posteriormente apoiados pelos Estados Unidos, reunidos em Londres durante os quatro anos de guerra. Efetivamente, a criação da Unesco se deu na conferência de Londres no mesmo ano.

[...] lá foi escrita, aprovada, e depois assinada por quarenta e quatro Estados membros a convenção que criou a nossa organização. E é aqui que se alarga o âmbito, incluindo o termo Ciência em seu título. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p.08).

Sediada em Paris, a Conferência foi o momento de consolidação do nascimento da instituição, pois o evento tinha como principal finalidade a organização dos seus trabalhos iniciais e vindouros. As ações da instituição para o ano seguinte precisavam ser determinadas num consenso entre os Estados membros da organização.

Por conta disso, a referência à cooperação foi uma constante no decorrer daquela semana em Paris. Onde muitos esforços deveriam ser despendidos para criação de espaços de coletividade, vistos como necessários à atuação da agência sobre os fatores geradores de antagonismos entre nações, populações e suas possibilidades de criar conflitos. Propósito explícito na Carta da ONU:

[...] Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim, tomar coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura

da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz. (ONU, 1945, p. 05).

As atividades da conferência foram organizadas de maneira que os membros das delegações presentes foram distribuídos nas seguintes comissões, subcomissões e comitês: Comissão do Programa; Comissão Administrativa, Jurídica e Financeira; Comissão para Reconstituição da Educação, da Ciência e da Cultura; Comissão do Regulamento; Comissão de Verificação das Atribuições; Comissão de Candidaturas; Subcomissão de Educação, subcomissão de Informação de Massa; Subcomissão das Bibliotecas e dos Museus; Subcomissão das Ciências Exatas e Naturais; Subcomissão das Ciências Sociais, da Filosofia e Humanidades; Subcomissão de Artes e Letras; Subcomissão Jurídica e de Relações exteriores; Subcomissão Administrativa e Financeira. Para efeito dos objetivos dessa tese nos deteremos no trabalho feito pelas subcomissões de Educação, de Informação de Massa, de Ciências Sociais, de Filosofia e Humanidades.



## 1.1 O trabalho das subcomissões

Durante o encontro os integrantes das subcomissões tiveram o desafio de analisar, discutir e dar seu parecer a uma série de temas essenciais para as futuras ações da Unesco que lhes fora enviada pela comissão preparatória da conferência. Todos os temas versavam como era de se esperar, sobre as áreas específicas que figuram no nome da organização, ou seja, Educação, Ciência e cultura, porém, um quarto domínio, por ser considerado de grande importância para o alcance dos objetivos da Unesco, também recebeu bastante atenção – *a informação de massa*, conforme esclareceremos mais adiante.

O conhecimento desse conjunto temático nos propicia uma melhor noção daquilo que preocupava a instituição nos seus primeiros anos. Na lista de assuntos apresentados pela secretaria da conferência às subcomissões constam:

- Estímulo à participação de organizações privadas nos projetos da Unesco; elaboração de um inventário dos Institutos de pesquisa em questões sociais com o objetivo de identificar possíveis intermediários nacionais; elaboração de um anuário tendo como base o inventário dos Institutos de pesquisa em questões sociais;
- Produção de resumos analíticos contendo as atividades das Ciências Sociais;
- Elaboração de uma publicação sobre a História econômica e social da Segunda Guerra Mundial; estudos de Ecologia e Urbanismo;
- Estudos de técnicas psicopolíticas;

- Criação de um Centro de Estudos das Relações Internacionais;
- Desenvolvimento da compreensão internacional; organização internacional;
- Nacionalismo e internacionalismo;
- Pesquisas sobre opinião pública; aspectos culturais dos problemas de povoamento; os efeitos do maquinismo sobre a civilização;
- Publicações/bibliografia/traduições;
- Direitos do homem; ensino para a paz;
- Criação de “clearing house”.<sup>6</sup> (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 179).

Para melhor adequação das atividades e decisões aos objetivos da conferência foram elencadas prioridades a serem observadas pelas subcomissões durante as análises e discussões. Na perspectiva da Unesco mereciam especial atenção dos membros:

- 1º. Projetos relativos à difusão do saber pelo ensino e informação das massas, o que a assembleia acredita terão resultados práticos e imediatos;
- 2º. As relações humanas - uma revisão dos manuais e outros livros escolares para verificar aquilo que é perigoso para a paz;
- 3º. O desenvolvimento e a ampliação das transmissões radiofônicas;
- 4º. Projetos para entender e compreender o homem em si mesmo, o seu universo e de seus semelhantes, isso também no campo das ciências exatas e naturais. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 179).

A união desses quatro aspectos com a série de propostas veio a ser o material de trabalho dos conferencistas alinhados nas respectivas subcomissões. Por meio do exame dos seus relatórios que se originam desses

---

<sup>6</sup> A expressão “clearing house” se refere a lugar de triagem de documentação e troca de informações.

trabalhos, nos damos conta não somente daquilo que cada grupo assumiu enquanto sua responsabilidade, mas também, o que nos é mais interessante, a maneira como cada questão foi percebida e tratada.

Particularmente sobre o desempenho das Subcomissões de Educação, de informação de massa, de Filosofia e Humanidades e de Ciências Sociais, recortamos partes dos seus relatórios finais que se ligam diretamente à gênese do projeto em estudo<sup>7</sup>.

## **I - Relatório da Subcomissão de Educação**

A leitura do Relatório da Subcomissão de Educação indica que o grupo optou por apontar soluções para o desenvolvimento da compreensão internacional por meio do fazer educativo. Dividido em quatro tópicos, observa-se que apenas um deles não se relaciona diretamente a essa questão. No desenvolvimento do primeiro, denominado “*Ações imediatas para favorecer a compreensão internacional*” - *Classificação (A)*<sup>8</sup>, a recomendação era para que se produzisse uma pesquisa sobre a Educação com vistas à compreensão internacional, a ser feita por um conjunto de especialistas em cooperação com os Estados membros em todos os níveis da educacionais. Aliado a isso, a oferta de treinamento educativo com vistas à compreensão internacional destinado aos membros do corpo de ensino dos Estados membros da Unesco.

No relatório também se inserem sugestões para:

---

<sup>7</sup> O Relatório completo das atividades das subcomissões pode ser encontrado em UNESCO, 1ª CG, 1946, pp.175-256.

<sup>8</sup> Os projetos apresentados pela subcomissão de Educação foram classificados da seguinte forma: (A) *Projet très urgent*, (B) *Projet Souhaitable*, (C) *Projet recommandable*. Ou seja, urgentes, desejáveis e recomendáveis, algo que deveria facilitar os trabalhos de identificação das prioridades e a sequencia de implementação por parte da UNESCO. (Ibid. p. 242).

Publicação de um anuário internacional de educação e criação de um comitê de estatística educativa. Classificação (B); Criação de um centro de informação e triagem (clearing house) para as trocas internacionais entre jovens estudantes, membros de corpos de ensino, líderes de movimentos de jovens e de educação de adultos, líderes de organização de trabalhadores e membros de diversas profissões. Classificação (A); Apoio aos clubes de relações internacionais. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 183).

O segundo tópico (merecedor da qualificação “A”) trata de um *“Programa de longo prazo para o desenvolvimento da compreensão internacional”*. Neste caso aconselhou-se a imputação de um *“Programa de educação de base”* a ser aplicado sob a direção da secretaria da Unesco e de um grupo de especialistas. O relatório deixa transparecer ainda, a preocupação com a educação de adultos, e sugere o recolhimento de dados sobre a educação coletados a partir dos Estados membros, a fim de verificar a natureza, conteúdos e técnicas das atividades educacionais para essa faixa etária. Pesquisas preliminares deveriam ser feitas a partir de 1947.

O terceiro tópico denominou-se *“A compreensão internacional e o melhoramento do ensino e dos meios de ensino”*. Nesse ponto a subcomissão expôs sua perspectiva sobre um dos pontos nevrálgicos para a atuação da Unesco: como o melhoramento do ensino em suas técnicas e materiais poderia levar a uma melhor compreensão do mundo e das pessoas que o habitam? na busca por uma solução, a primeira recomendação foi da *“criação de um Plano de ação para o melhoramento dos manuais e dos meios de ensino”*, com o estabelecimento de um centro destinado a reunir e difundir as informações

disponíveis sobre o exame e a revisão dos manuais e outros instrumentos auxiliares do ensino.

O último ponto destacado pela subcomissão de Educação promove a ligação Educação/Saúde. Sob o título *Cooperação com outras organizações* se solicita em caráter de urgência a “[...] *criação de um comitê de especialistas sobre a educação para a saúde*” (Ibid., p.237), e o estudo dos problemas da *criança com deficiência nos países devastados pela guerra*.

## **II - Relatório da Subcomissão de Informação de Massa**

Esta subcomissão<sup>9</sup> apresentou a conferência um total de oito projetos. No “*Projeto 1 – Reconstrução*” recomendou-se a criação de uma comissão para apoio técnico às partes da Europa e do Extremo Oriente atingidas pela guerra, além de enfatizar a necessidade de maiores investimentos por parte dos Estados membros na implantação e manutenção das redes de comunicação, bem como a criação de um sistema de formação profissional para o treinamento de pessoal técnico especializado.

Sob o título “*Livre difusão da informação*” o “*Projeto 2*” se referiu ao “*Esforço para derrubar os obstáculos que impedem a livre circulação de informação e ideias*”, que se complementaria com os “*Estudos sobre os meios de informação de massa*”; tema do “*Projeto 3*”, que por sua vez objetivava “*conhecer os meios pelos quais a informação circula entre os diferentes povos; elaborar um parecer sobre a imprensa e o cinema; efetuar um estudo objetivo da sua organização mundial atual*”. Questões importantes para os anseios da

---

<sup>9</sup> A subcomissão numerou os projetos por ordem decrescente de prioridade.

Unesco no cumprimento de sua missão, tendo em vista a crença na comunicação como agente de conciliação e apaziguamento, além é claro de ser um dos principais meios de se obter e difundir conhecimento.

Lyman Bryson, consultor da Secretaria da Unesco, em palestra ministrada no “Estágio de estudos práticos para o desenvolvimento da compreensão internacional” promovido em 1947 (UNESCO. Estágio de estudos, 1947, p. 17), falou sobre a qualidade educativa do rádio. Para ele o rádio era um veículo democrático, cumprindo seu papel de difusor de informação tanto entre os alfabetizados quanto entre os analfabetos. Aliado a isso ele conseguia ser acolhido mesmo em países de menor desenvolvimento tecnológico, e se bem utilizado, graças às fortes impressões auditivas, poderia servir para transmitir informações e conhecimentos benéficos, e ao mesmo tempo romper com os estereótipos depreciativos. Essa importância alçada pelas formas de comunicação durante o período também não passou despercebida à Hobsbawm (1995, p. 191) que nos diz que o século XX pertenceu ao homem comum tornado visível e documentado por meio da reportagem e da câmera. “*Nenhum deles era novo*”, diz ele, “*mas entraram numa era de ouro de consciência própria depois de 1914*”<sup>10</sup>. Essa consciência do papel de difusor de informação e conhecidos é que vai dar ao rádio e também ao cinema grande destaque no projeto da Unesco.

Dessa maneira o terceiro projeto trás inclusa a preocupação com “[...] o *Cinema em sua atualidade; os cenários; a distribuição dos longas e curtas*

---

<sup>10</sup> Esse tema o autor também explora em outras obras: HOBBSAWM, E. J. A era do capital – 1848-1875. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. HOBBSAWM, E. J. A era dos extremos: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2005. HOBBSAWM, E. J. A era dos impérios (1875-1914). São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

*metragens; as técnicas recentes para utilização dos filmes; e meios visuais”* em sua relação com:

- I) a Educação;
- II) o exame das relações sociais;
- III) o desenvolvimento do senso artístico;
- IV) a satisfação das expectativas das populações rurais;
- V) As possibilidades de aperfeiçoamento das técnicas de cinema; (UNESCO, 1ª CG. 1946, pp. 236-237).

Além do cinema este projeto fez ainda referência à Imprensa notadamente, os jornais, para bem investigar:

- a) Tiragem dos principais jornais e periódicos, circulação dentro e fora do país;
- b) Características e tendências gerais dos periódicos populares;
- c) Natureza do controle exercido sobre os principais jornais e periódicos;
- d) Legislação de imprensa em vigor nos diferentes países; (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 236).

E por fim, as Telecomunicações e serviços postais. Onde se dizia: “*Será prioridade o trabalho de aperfeiçoamento, desenvolvimento e instalação de meios menos onerosos de transmissão por cabo, por fio e por poste, das informações usadas na imprensa e no rádio*”. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 238).

Já no “*Projeto 4*”, pretendia-se ampliar a discussão acerca dos direitos autorais. Quanto a isso a subcomissão recomendou à Unesco que instituísse

uma *comissão provisória de especialistas em matéria de direitos do autor*, “[...] *representativo de seus esforços artísticos, literários e científicos*”. (Ibid.,p.229). Era uma tentativa de por meio da valorização e da visibilidade, estimular a produção intelectual e artística nas diversas áreas.

Os “*Projetos 5 e 6*” trataram da realização de grandes eventos relacionados ao tema das comunicações no mundo. Incluindo uma conferência mundial de Imprensa – proposta constante no *Projeto número 6*. A expectativa era para que nessa conferência se desse...

[...] a possível unificação, para negociações amigáveis das regras e costumes particulares do jornalismo nos diferentes países; elaboração pelos jornalistas de um código de honra que irá reger suas práticas profissionais; aperfeiçoamento do estatuto dos correspondentes estrangeiros, na perspectiva de facilitar seu trabalho; o funcionamento das agências de imprensa. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 229).

O “*Projeto 7*” e o “*Projeto 8*” referem-se respectivamente a criação de uma Convenção, para facilitar a circulação internacional de materiais visuais e auditivos de caráter educativo, científico e cultural, isentos dos direitos aduaneiros. E a um Centro de viagem destinado a prestar auxílio aos jornalistas que trabalham fora de seu país.

Tratava-se de não apenas abrir caminhos para a que a informação circulasse, mas também possibilitar o livre trânsito e as condições ideais para que as pessoas portadoras dessas informações pudessem se deslocar e promover integração entre povos.



### III - Relatório da subcomissão de Ciências Sociais, de Filosofia e Humanidades

O primeiro obstáculo a que os integrantes dessa subcomissão tiveram que enfrentar foi o entendimento entre os pares. A dificuldade em estabelecer alguns consensos fez com que logo na primeira Seção se decidisse que alguns pareceres iriam ser feitos em reuniões separadas. Assim, na primeira parte do relatório constam as decisões dos cientistas sociais e na segunda parte figura o posicionamento de filósofos e humanistas presentes à conferência e organizados na Seção<sup>11</sup>.

Sob a advertência de que necessitariam de maior espaço de tempo para uma análise mais ampla das questões propostas os cientistas sociais aprovaram seis projetos principais, que metodologicamente foram divididos em grupos, dos quais destacamos:

No *“Grupo I – Organização das ciências sociais em colaboração com institutos existentes”*. Recomendou-se a Unesco:

- Colaborar com os organismos privados internacionais que se ocupam das diversas ciências sociais, e favorecer o seu desenvolvimento;
- Preparar um inventário universal das fontes das ciências sociais, principalmente para ajudar a Unesco na sua tarefa;
- Examinar, com a consultoria de especialistas, a possibilidade de redigir um anuário que daria uma visão geral do trabalho realizado durante o ano no campo das ciências sociais, com foco especial no seu aspecto internacional;

---

<sup>11</sup> Essa Seção dividiu os assuntos por grupo de prioridades.

- Estudar o problema de fornecer os resumos analíticos e das bibliografias sobre ciências sociais. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 245).

Os pareceres dos grupos “III” e “IV” de certa forma se complementam sob a intenção de entender a forma pela qual a estrutura internacional se organizava. Uma lógica que seria mais facilmente observada a partir da criação de um *Centro de Estudos Internacionais - (prioridade I)*, organização de técnicas internacionais e a constituição de um pequeno grupo de especialistas “*para estudar os métodos de organização internacional e fazer um relatório sobre essa questão*”. Aliado a isso o estabelecimento de uma discussão mais ampla sobre o tema na conferência de 1947.

A propósito das “**Tensões perigosas para a paz**”<sup>12</sup>, a subcomissão estimou que a Unesco devesse se apoiar em todas as pesquisas das Ciências Sociais, notadamente das Ciências Políticas e Econômicas, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia Humana e a Psicologia, “[...] *para examinar e desenvolver projetos dos meios e os métodos para o estudo destas questões, sempre diretamente com vistas à ação prática*” (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 242). Para este fim, deveriam ser abordadas todas as comissões nacionais. “[...] *É um projeto de longo prazo a ser implementado no decurso de 1947, mas cuja execução durará vários anos*” (UNESCO. 1ª CG, 1946, p.242), comentou o relator, e de fato irá se prolongar por pelo menos uma década.

Matéria também considerada prioritária, as tensões foram o assunto do “*Grupo V*”. Sobre esse aspecto a subcomissão constatou a existência de três causas conexas de tensões perigosas para a convivência pacífica. *Os problemas do nacionalismo e o internacionalismo, os problemas demográficos*

---

<sup>12</sup> Grifo nosso.

*e os problemas relativos ao progresso técnico*” (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. . 244). Três agentes considerados como estando estritamente relacionados com as questões da Educação, da Ciência e da Cultura intelectual. Esmiuçar esses temas, no dizer da subcomissão, *“é de extrema importância no que se refere ao estabelecimento da paz e da segurança”*. Sendo assim examinemos mais de perto como se constrói a argumentação sobre cada um desses fatores:

Quanto ao *“nacionalismo e o internacionalismo”*, estes deveriam ser pensados a partir de seus elementos constitutivos, em virtude de *“[...] sua incidência sobre a colaboração estreita das nações”*. Dito de outro modo considerava-se importante desvendar as formas de desenvolvimento do nacionalismo para bem poder perceber em que momento ele deixava as fronteiras nacionais para incidir sobre o contexto internacional. E sobre essa base, descobrir como forjar uma relação tranquila entre os interesses nacionais e internacionais. Pelo visto, temia-se que a força do nacionalismo impedisse ou retardasse a integração internacional. A esse respeito foram fixados três objetivos principais:

- 1º. Conhecer as características distintas das diversas civilizações nacionais e o ideal de cada nação.
- 2º. Contribuir para estimular a simpatia e o respeito a cada povo pelas ideias e as aspirações dos outros e, fazer a todos compreender os problemas nacionais de cada país.
- 3º. Estudar e recomendar com fins de ação os meios que melhor se ajustam à cooperação internacional e são mais respeitadas da civilização e das ideias de cada povo. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 245).

Presa entre as ordem nacional e a internacional, a Unesco precisava entender os meandros do nacionalismo para encontrar formas de criar o mínimo de equilíbrio na estrutura internacional.

No que se refere aos “*problemas demográficos*”, a própria ONU já se mostrava atenta, muito provavelmente tendo em vista os movimentos territoriais e populacionais criados pelas guerras e crises recentes. A época da conferência seu conselho econômico e social já havia instituído uma comissão demográfica cujo programa de ação comportava a determinação de regiões com características específicas:

[...] região onde se constatou um crescimento excessivo ou uma diminuição excessiva da população; as regiões que apresentam sinais de movimentos de emigração ou de imigração, e assim, qual repercussão provocam pela introdução de novos fatores na educação e no meio; regiões de tensão entre grupos raciais ou culturais relativos a esta ou aquela nação, ou ocupam um território que é dependente; o estudo da influencia das transferências de populações sobre a cultura intelectual; o estudo dos efeitos produzidos sobre está cultura pela restrição ou o estímulo dos movimentos maciços de população; o estudo dos problemas colocados pelas diferenças dos costumes, das normas, dos valores e das ideologias das populações que em novas condições territoriais econômicas ou políticas tiveram contato e concorrência. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 245).

Sobre a relação entre tensão social e progresso técnico está foi concebida levando-se em conta a influencia do desenvolvimento tecnológico na vida das instituições sociais, a intenção era determinar por quais vias o progresso técnico ou a ausência dele poderia ser letal para as relações “*conduzindo às tensões nacionais e internacionais prejudicando assim o bom entendimento e a cooperação internacional*”. Nesse sentido o Instituto

Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) antecipava-se ofertando à entidade os primeiros resultados de uma investigação já iniciada sobre “o problema do maquinismo”. Um demonstrativo do receio pela inserção cada vez maior das máquinas num mundo de marcante assimetria em termos tecnológicos e industriais.

Na perspectiva de ação da agência que ligava o respeito ao direito à concretização da paz o “Grupo VI” tratou do Direito Internacional. Sob apoio de pessoal especializado à Unesco foi solicitada a formação no ano seguinte - 1947, de “[...] uma mesa de estudos comparativos dos sistemas jurídicos dos diferentes países, com vistas a favorecer o desenvolvimento dos estudos do direito internacional e dar conhecimento ao grande público [...]”. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 245).

Está subcomissão encerrou sua exposição decidindo que dois aspectos mereciam especial atenção da Unesco: O estudo preliminar dos meios disponíveis para preparar uma História social e econômica da Segunda Guerra Mundial e uma análise das técnicas psicopolíticas do nazismo.

Como já mencionado, a segunda parte do relatório foi construída com base nas definições das áreas de Filosofia e de Humanidades. Dentre os assuntos tratados tiveram destaque as discussões em torno da “Elaboração de uma declaração moderna dos direitos do homem” e o apoio dado ao “ensino para a paz” proposto pela subcomissão de Educação. Para a “Educação com vistas à compreensão mútua dos povos”, filósofos e humanistas se comprometeram a contribuir de três maneiras:

a) Os conselhos de especialistas;

- b) Ideias e sugestões discutidas por ocasião de três cursos de curta duração a serem oferecidos em 1947;
- c) A disponibilização dos resultados das conferencias e encontros com pensadores de todas as ordens em que se discutir a questão; (Ibid., p.245).

Após aprovação as propostas estariam então aptas a serem encaminhadas à comissão do programa que após os ajustes necessários às incluiriam no programa da Unesco para o ano de 1947, enquanto tema cabível de ser transformado em plano de trabalho. Um exercício feito sob o peso da advertência de Huxley:

[...] Não é apenas uma série de projetos, mas uma linha de ação. É o resultado de certa atitude do espírito, de uma determinada maneira de abordar os problemas. Essa atitude do espírito em boa parte, parece-me, ainda não encontrou plena expressão. Cabe a essa conferencia expressar melhor essa questão. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p.246).

Para Evangelista (2005) Huxley apresenta sua proposta de elaboração de uma filosofia universal de um sistema coerente de princípios explicativos dos objetivos e fins da existência humana, possível de orientar as ações da Unesco. Na perspectiva dessa filosofia essas ações deveriam contribuir para a construção de um mundo único com amplas possibilidades de realização das possibilidades humanas.

O trabalho das subcomissões e comissões, desenvolvidos nessa reunião, ao mesmo tempo em que estabeleceram as bases do programa institucional para o ano de 1947, também abriu espaço para discussão e reflexão acerca do clima de tensão existente no cenário internacional, sem que se tocasse diretamente na bipolarização política e econômica que se construía

progressivamente entre russos e norte americanos. Os aspectos discutidos nesse primeiro encontro serão fundamentais para o amadurecimento das ideias que darão origem ao projeto objeto dessa tese.

## 1.2 O Programa da Unesco e a escrita do Projeto

Todos os projetos sugeridos pelas subcomissões foram bem aceitos pela comissão do programa. Cada proposta, na íntegra ou em parte consubstanciou o primeiro programa de ação efetiva da agência para o ano seguinte, dando-lhe operacionalidade.

No caso da Educação, sob a tônica da *compreensão internacional*, aos projetos da subcomissão, que deveriam ser executados em “*ação concertada*”, antes mesmo da sua implementação nos diferentes níveis escolares, prescreveu-se uma prévia verificação da situação escolar dos Estados membros.

Em 1947 a Unesco fará uma investigação preliminar sobre o ensino ministrado nas escolas dos Estados membros, afetando a cooperação internacional. (...) as Nações Unidas e os organismos auxiliares coletarão e analisarão os resultados desta pesquisa a fim de publicar sob a forma de documento. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 257).

No programa, estágios de estudos práticos de média e curta duração com a promoção de discussões “*sobre os métodos de ensino capazes de fazerem os povos a melhor se compreenderem*”, foram concebidos como importantes instrumentos de preparação de pessoal com especialização condizente com os seus objetivos da agência.

Extrapolando os degraus tradicionais da escolaridade e a preocupação com as crianças e os jovens em formação, divisou-se a Educação de adultos como um espaço importante que carecia de ações tão especializadas quanto estratégicas. No seu programa de trabalho, além dos projetos que visavam estimular o seu desenvolvimento, tais como a coleta de informações; o estudo das condições da educação escolar e a preparação de conferências sobre o assunto, a Unesco resolveu que iria apoiar as organizações ocupadas desse ramo da educação para bem poder assegurar que este grupo em particular, que muito embora a incidência imediata na sociedade ainda não havia obtido instrução escolar, que estava em vias de acesso ao conhecimento oficial e metodologicamente organizado, e que a partir desse conhecimento estava prestes a reformular ou consolidar opiniões e visões de mundo, não ficasse de fora das ações projetadas.

Reunirá uma documentação sobre os meios materiais e os procedimentos atualmente utilizados para fazerem os adultos de diferentes países se compreenderem melhor; convocará uma equipe de especialistas com vistas a uma confrontação de suas ideias e suas experiências nessa área; em conjunto com especialistas em educação de adultos publicará documentos relacionados aos negócios internacionais que podem ser amplamente empregues pelos grupos que se ocupam da educação de adultos. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 258).

Outra proposta que ganhou espaço importante no programa foi a do *“melhoramento dos livros escolares e dos materiais de ensino”*. Mais do que demonstrar a significativa apreensão que envolvia os elaboradores do programa para com as *“informações equivocadas que geravam o desentendimento entre os povos”* a ideia de melhorar os livros didáticos refletia a confiança num saber capaz de alterar não apenas modos de percepção, mas



principalmente – e aí residia o esforço da Unesco, controlar as ações guiadas por essa percepção, tornando o mundo social um pouco mais previsível e por isso, mais seguro e pacífico.

Para evitar os “*mal-entendidos*” o relator do programa citou os seguintes procedimentos:

- a) Elaborar um método padrão para o exame dos livros escolares, comportando uma definição dos princípios que permitirão aos Estados membros proceder ao exame de seus próprios livros e materiais de ensino.
- b) Criar uma lista (com referências) dos acordos bilaterais ou regionais ocorridos durante a revisão dos livros escolares.
- c) Reunir na casa da Unesco os exemplares dos livros mais correntemente utilizados pelos diferentes países para o ensino de História, de Geografia, de instrução cívica e de todas as outras matérias relativas à compreensão entre os povos.
- d) Organizar e implementar uma pesquisa sobre a maneira como a questão da compreensão internacional é tratada nos livros escolares. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 260).

Outro elemento do programa que merece nossa atenção, tendo em vista a necessidade imprescindível de divulgação e troca de informações para o êxito do projeto refere-se à Comunicação de Massa. As propostas da subcomissão que ficou a cargo dessa temática, foram integralmente incluídas no plano de ação de 1947. Um demonstrativo do quão significativa era a preocupação para com a livre circulação da informação e a derrubada daquilo que de alguma forma a obstaculizava. Algo que transparece no comentário do

relator do programa, “[...] a Unesco continuaria a fazer os acordos necessários para de alguma forma favorecer a circulação de ideias pela palavra ou pela imagem”. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 285).

A Unesco se comprometia ainda, a no ano seguinte participar de conferencias, congressos, encontros e de toda forma de discussão sobre o assunto<sup>13</sup>. E em todos esses espaços de debate destacar além da importância do estímulo à livre circulação de ideias em todas as partes do mundo, também a especial importância da imprensa nos países devastados pela guerra.

Na parte do programa que coube às Ciências Sociais, uma única problemática sintetizou todo o conteúdo das propostas apresentadas pela subcomissão – as tensões capazes de criar conflitos internacionais. Contudo, esta problemática evoluiu para uma proposta de pesquisa que inicialmente recebeu o título temporário: “*Estudos dos problemas sociais que ameaçam a paz*” (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 285). Abrangente, ela deveria abarcar além das questões sublinhadas pelas cientistas sociais, também as breves – mas não menos importantes, colocações dos filósofos e humanistas, como a sugestão de criação e ampliação de Centros de Estudos Internacionais, e de Direito Comparado e Internacional. Vale também lembrar que filósofos e humanistas durante a conferência ratificaram os projetos aventados pelos educadores e especialistas em comunicação. Atitude percebida a partir do posicionamento em:

---

<sup>13</sup> Pelo que se verificou nos relatórios da Comissão do Programa, a UNESCO optou por não criar novos espaços de discussão sobre o tema em 1947, mas sim apoiar e participar dos já existentes, como a conferencia de Telecomunicações de Atlantic City; Congresso Universal da União Postal de Paris; Conferência da Associação Internacional de Jornalistas de Praga; Congresso da Imprensa Radiofônica de Praga. Ver: UNESCO. 1ª CG, 1946, pp. 175-291.

- a) Obter a ratificação dos Estados membros da convenção redigida com vistas a facilitar a circulação internacional dos materiais visuais e auditivos de caráter educativo, científico e cultural.
- b) Participar de conferências internacionais para encorajar e facilitar a livre difusão da informação. (UNESCO. 1ª CG, 1946, p. 292).

E foi assim que ao final de 1946 a Unesco tinha em mãos um programa construído sobre as linhas mestras preconizadas pelos objetivos gerais da organização das Nações Unidas e específicos da Unesco avalizadas por uma gama de intelectuais de mérito reconhecido internacionalmente.

O encerramento dos trabalhos da Conferência porém, não significava o total cumprimento dos compromissos dos membros das subcomissões para com a Unesco. Na verdade todos deixavam o encontro cientes de que a efetivação das ações previstas no programa dependiam de sua colaboração na forma do aprofundamento dos estudos desenvolvimento de pesquisas, averiguação de problemáticas, e oferta de possíveis soluções.

De sua parte a Seção de Ciências Sociais findou o ano de 1946 com o compromisso de propor um modo de agir sobre situações, que foram referenciados de modo genérico durante a conferência, mas que todos sabiam, careciam de investigação mais aprofundada, dada a complexidade e força da sua incidência sobre os fundamentos da paz. O que se esperava dos cientistas sociais é que eles continuassem as discussões sobre as causas e os meios de eliminação das tensões que permeavam o contexto internacional causando desequilíbrio e por causa disso, apreensão constante.

Em resposta a essa expectativa, em meados do ano seguinte (1947), a Seção de Ciências Sociais apresentou à Unesco documento no qual expunha a

proposta de um projeto de pesquisa que sintetizava as observações feitas durante a conferência, às questões apresentadas pela subcomissão e então constantes no programa de 1947, e o resultado das discussões internas feitas pelos membros em sua Seção nos meses que se seguiram à conferência. Agregadas á proposta para o projeto estavam ainda às proposições da subcomissão de comunicação de massa, de educação e filosofia e humanidades. Iniciava-se então a elaboração do Projeto.

As reuniões seguintes, primeiro no México e depois em Beirute, foram determinantes para o nascimento do projeto sugerido pelos cientistas sociais, pois nelas houve tanto o aprofundamento daquilo que lhe daria origem, quanto às providências necessárias à sua execução.

## **2. México (1947) e Beirute (1948) – Ratificação e definição**

Na sequência da primeira reunião aconteceram duas outras conferências que cumpriram a missão de ratificar, melhor esclarecer e alinhar os argumentos que darão origem ao projeto idealizado e construído pela Seção de Ciências Sociais conforme orientação da Unesco.

Entre novembro e dezembro de 1947 no México os conferencistas, repetindo o feito da Primeira Reunião, transformaram um conjunto de propostas oferecidas pela Secretaria da Unesco em resoluções que contemplavam as linhas mestras dos trabalhos para 1948. Estas resoluções estavam divididas em seis principais categorias: Reconstituição, Comunicação, Educação, Intercambio Cultural, Relações Humanas e Sociais, Ciências Exatas, Físicoquímicas e Naturais. Essas categorias tinham os seguintes objetivos (Cf. UNESCO, 2ª CG, 1947):

- Reconstituição: reconstituir a Educação, a Ciência e a Cultura nos países devastados pela guerra;
- Comunicação: compreendia as partes do programa que tendiam a estreitar a compreensão internacional por meio da permanência de estrangeiros e intercambio de pessoas, pelo uso do rádio da imprensa, do cinema, e das bibliotecas, livros e publicações diversas;
- Educação; intercâmbios culturais: referiam-se às artes, letras, traduções, coleções, museus, Filosofia e Humanidades;
- Relações humanas e sociais: estudos e atividades de interesse comum, tanto para as Ciências Sociais como para o Humanismo e a Filosofia;

Ciências exatas, Físicoquímicas e naturais: compreendendo as resoluções que se referem ao conhecimento da natureza e o poder do homem sobre ela.

Apesar de confirmar a seleção e os critérios estabelecidos pela conferência de 1946. Ao avaliar os programas originados pelas reuniões percebemos o aperfeiçoamento de ideias, e algumas pequenas mudanças de rumo<sup>14</sup>.

A mudança mais flagrante é com relação à *Educação para compreensão internacional* que desde o México deixa de ser um guia de estudos para o conhecimento do cenário internacional e passa a enfatizar unicamente a importância do trabalho das Nações Unidas e, em especial da Unesco, no contexto internacional para a educação de crianças e jovens, isso ao mesmo tempo em que direcionava os assuntos sobre as relações internacionais aos adultos em fase de escolarização<sup>15</sup>. Sobre essa alteração esclarece o relator:

[...] se solicita ao diretor geral que limite as questões sobre Educação para compreensão internacional às Nações Unidas e suas instituições especializadas. [...] que conste em 1948 os encontros para jovens, com o objetivo de estimular o interesse

---

<sup>14</sup> Alguns pontos foram aprofundados tais como a ampliação do uso do cinema e do rádio nos espaços educativos e a tentativa de retirada dos obstáculos à difusão do pensamento e intercâmbio de pessoas. Além disso, já se tem condições de compilar os trabalhos produzidos sobre os direitos do homem com a publicação de um volume que deveria ser publicado primeiro em línguas de grande difusão e depois em outras mais apropriadas para servir à causa da paz.

<sup>15</sup> Importante salientar que o segundo semestre de 1947 foram organizados estágios de estudos práticos sobre a Educação para compreensão internacional. Destaque para o I Seminário de Verão de Educação para compreensão internacional (julho-agosto/1947) que visava à preparação dos professores e o Estágio de estudos práticos da UNESCO sobre a educação para o desenvolvimento da compreensão internacional (Outubro/1947) ambos ocorridos em Paris. A partir de 1952 a UNESCO passou a distribuir às instituições que se ocupavam da educação de adultos, um conjunto de materiais agrupados sob os seguintes temas: estabelecimento da paz pelas Nações Unidas; Direitos do homem; Desenvolvimento econômico; Os homens e sua alimentação; A Ação internacional para o melhoramento da saúde pública e as condições de trabalho; Assistência aos refugiados; Comunicações; Comunicações internacionais; A Ciência a serviço da paz; Educação fundamental; As mulheres no mundo; O programa da UNESCO. (Crônica da UNESCO, V. 3, n.10, outubro 1957).

público para com a obra da Unesco. (UNESCO, 2ª CG, 1947, p.21).

Da mesma forma no quesito “*Relações Humanas e Sociais*” em seu primeiro item percebemos um acréscimo de convicção sobre alguns conteúdos já cogitados durante a primeira reunião. No tocante aos “*estados de hostilidade que afetam a compreensão internacional*” questões específicas passam a ser sinalizadas como fundamentais na investigação e, como veremos mais adiante, logo constarão entre os fatores de primeira ordem no interior do *projeto em construção*. Sendo elas:

[...] Questões sobre o caráter distintivo das diferentes culturas, ideias e sistemas jurídicos nacionais, questões sobre o conceito que o povo de uma nação tem de si mesmo e dos povos das demais nações, questões sobre *as técnicas modernas empenhadas na educação, na ciência política, na filosofia, na psicologia, para a modificação das atitudes metais e para o conhecimento dos processos e as forças que entreveem quando os espíritos humanos estão em conflito* [...]. (UNESCO, 2ª CG, 1947, p. 26).

A Filosofia, o Humanismo e a Sociologia foram chamados a colaborar para o aperfeiçoamento da argumentação; a primeira por meio da análise e ofertas dos conceitos considerados fundamentais para o desvelamento das questões em estudo, tais como, liberdade, democracia, direito e legalidade, e aqui encontramos uma das poucas referências à Guerra Fria, “[...] *sobre a influência das controvérsias ideológicas da atualidade entre os diferentes pontos de vista, os conceitos e os conflitos reais e aparentes no qual se originam os mesmos*” (UNESCO, 2ª CG, 1947, p.27). Ao segundo foi solicitado o exame dos aspectos humanísticos das culturas, desde o ponto de vista de

suas relações mutuas até seus valores subjetivos. À Sociologia pediu-se o aprofundamento dos estudos já previstos no programa em vigor, acerca da organização e colaboração internacional, agora com o acréscimo da solicitação para que os sociólogos esclarecessem a importância dos problemas suscitados pelas Nações Unidas e a Unesco para as Ciências Sociais. Nesse ponto os historiadores também foram acionados sob a missão de dar andamento à produção de obras que facilitassem a compreensão mais ampla dos aspectos científicos e culturais da história da humanidade, da dependência mútua dos povos e das culturas, e de sua contribuição ao patrimônio comum.

Na conferência de Beirute<sup>16</sup> o diretor geral finalmente disponibilizava recursos financeiros e de pessoal para que a Seção de Ciências Sociais finalizasse e executasse o projeto. Este originalmente recebeu o título *“Etats de tension et compréhension internationale”*, contudo esta nomenclatura foi reduzida no decorrer de sua aplicação para *“Projeto Tensões”*, forma de nomeação que será usada na continuidade dessa tese.

As escolhas feitas desde a conferência de Paris revelam muito das concepções que permeiam os discursos, os espaços de discussão e a filosofia que transpassava a criação de organizações como a ONU e suas agências, em especial a Unesco. Após quase três anos de discussões e construção de argumentação, na conferência de Beirute chegou-se a concretização desse projeto sintetizador das aspirações mais específicas das entidades. Nascia

---

<sup>16</sup> Muitos eram os obstáculos a serem superados para a implantação e manutenção da paz, sendo o ano de 1948 reconhecido por eles como marco de bipolarização não somente política, mas também cultural, tendo em vista a tentativa da URSS de fundar no Congresso de Intelectuais para a Paz realizado em Wroclaw (Polônia) uma segunda UNESCO mais universal e autônoma em relação aos governos em especial dos Estados Unidos (DOMINGUES; PETITJEAN: 2002).



então o projeto *Tensões*, que sob o vetor da pesquisa e reflexão científica tinha como questão primeira investigar:

- Os traços que caracterizam a cultura, as ideias e o sistema jurídico dos diferentes países;
- A concepção que os habitantes possuem do seu e dos demais países;
- Os métodos modernos elaborados em educação, ciências políticas, Filosofia, e Psicologia com vistas a modificar as atitudes mentais, e sobre as condições sociais e políticas que favorecem a tecnologia;
- As influências que predispõe os homens a compreensão internacional ou ao nacionalismo agressivo;
- As questões demográficas que influenciam a compreensão internacional e notadamente a assimilação cultural dos imigrantes;
- O papel as técnicas modernas na formação das atitudes coletivas e nas relações entre os povos; (UNESCO. 3ª CG, 1948).

Este é o momento em que o Diretor Geral confia aos cientistas sociais a missão de colocar em prática o projeto gestado desde a primeira reunião e que contava em boa parte com sua colaboração.

### 3. Um projeto e algumas escolhas

Na sua primeira conferência a Unesco deu mostras das suas escolhas filosóficas e metodológicas, e no caminho que pretendia trilhar a Seção de Ciências Sociais galgou papel substancial. Incumbida de apresentar propostas acerca da relação - estado de tensão e compreensão internacional, no exercício de 1947, mais propriamente no mês de maio, essa seção apresentou documento no qual expõe além de sua percepção sobre o assunto, também a proposta de um amplo projeto de pesquisa intitulado “*Estados de tensão e compreensão internacional*”. O avanço dos estudos sobre a matéria permitiu aos membros da seção construir um conceito de guerra no qual esta se definia por ser “*um estado de **violenta hostilidade** entre dois estados ou grupos de estados*”<sup>17</sup>. A ênfase no derivado do termo hostil será a partir de então, a base para a delimitação dos principais objetivos da investigação:

[...] Reduzir a hostilidade que opunha diferentes grupos humanos através da criação e aplicação prática pela via pública e privada das lições que se pode retirar da pesquisa e da reflexão científica, e dos conhecimentos que oferece a Sociologia; identificar os fatores que geram hostilidade e os meios pelos quais esta se difunde; esforçar-se para aprofundar os conhecimentos científicos dos fenômenos que nascem e ampliam os conflitos entre os homens; desenvolver entre os teóricos das relações sociais senso de unidade internacional, facilitando-lhes a troca de pontos de vista sobre os problemas capitais. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p. 18).

Bastante ampla, a proposta de projeto previa a mobilização não só de intelectuais e pesquisadores, mas contava com a colaboração de

---

<sup>17</sup>UNESCO, Estudo de tensões, 1947. Grifo nosso

administradores, especialistas de serviços sociais, políticos, diplomatas e figuras ligadas às relações sociais (homens de estado, líderes de Igreja e de grupos etc.). As bases técnicas e metodologias basicamente giravam em torno de análises históricas e psicológicas comparadas, enquetes, análise de obras literárias, estudo de caricaturas, filmes, jornais, programas de rádio, sondagens de opinião pública, entrevistas, simulações e investigações diversas<sup>18</sup>. Quanto a Unesco, sua função consistiria em servir de centro de informação e intercambio, organizando encontros para o confronto de ideias, fornecendo espaço importante para a reflexão científica de forma a criar um sistema de conceitos necessário ao andamento do trabalho. *“Os trabalhos científicos trarão uma maior eficiência, a sociologia trará realismo e a ação pratica um caráter mais lógico”*, dizia o relator do projeto. Sob o tripé - agregar/auxiliar/relacionar, a Seção de Ciências Sociais da Unesco pretendia ativar em seus colaboradores *“as suas responsabilidades morais, salientando-lhes a importância dos problemas práticos, e mostrando a relação entre estes problemas a pesquisa científica”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p. 12). Tarefa que seria melhor cumprida mediante a multiplicação dos pontos de vista.

Quanto à justificativa para a implementação do projeto essa repousava na confiança de que estaríamos mais bem preparados para combater a guerra ou para manter a paz se nós soubéssemos,

---

<sup>18</sup> A metodologia de trabalho consistia basicamente em estudos feitos em biblioteca, trabalho de campo, criação de momentos em que o observador deveria participar diretamente das atividades de um determinado grupo, ou mesmo para participar de experiências de laboratório, utilizando técnicas desenvolvidas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, consideradas à época bastante confiáveis, tais como o psicodrama ou o sociodrama, que permitiriam o monitoramento das atividades dos líderes de grupos.

[...] em quais condições alguns conflitos latentes anunciam ou geram as guerras, em quais condições alguns conflitos latentes surgem; por quais meios (uma vez respondidas às duas perguntas anteriores) podemos evitar as atividades precursoras destes conflitos. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.18).

Estes questionamentos haviam sido constituídos em análises prévias a respeito do tema *conflitos*, que em linhas gerais foram classificados em dois tipos: *conflitos latentes subjetivos e individuais* tais como medo, pânico ou agressividade. Sensações percebidas enquanto deflagradoras do descontentamento ou da inquietação que inspira a necessidade de se liberar daquilo que gera tensão, resultando “[...] *algumas vezes na forma de luta entre indivíduos ou entre grupos de indivíduos*” (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.19). Neste caso, a tensão em estudo existe nos sentimentos individuais dos membros do grupo, “*está no coração, no seu organismo, um ‘estado de pressão’, que exige do outro liberar frequentemente sob uma forma agressiva*”. Em complemento, características objetivas, como a organização política, econômica ou legislativa também fazem surgir os estados de tensão ou em última instância levam a atos de violência.

Esse modo de pensar acaba por direcionar a crítica da Seção para os estudos que davam aos fatores econômicos e políticos total exclusividade na criação de conflitos. Para os membros da Seção, essa preponderância só se desenvolvia em algumas circunstâncias específicas, das quais os membros citam como exemplo “[...] *as rivalidades referentes a posse de reservas de matéria-prima ou de posições estratégicas etc.[...]*”. Acima de tudo o objetivo, neste aspecto em especial, era fazer frente às pesquisas que direcionam a atenção à conjuntura econômica e política, cristalizando as tensões na forma

de atos de violência, mesmo quando as causas desses conflitos estão completamente fora dessas áreas.

Por outro lado, a leitura da proposta de projeto demonstra que os membros da seção estavam preocupados não apenas em conhecer os aspectos que levam os indivíduos de um determinado grupo a aderir à manifestação de hostilidade. Uma das perspectivas mais interessantes do projeto é a que busca identificar os que não seguem a “*massa*” e assim conhecer os fatores que favorecem a decisão.

[...] nós partimos do princípio de que a guerra é uma forma extrema de hostilidade entre dois grupos (hostilidade que pode não afetar com a mesma intensidade todos os elementos das duas populações em guerra). Mesmo quando uma minoria decide empreender uma guerra, o estado de espírito da massa (sua não certeza de poder escapar do perigo de pegar em armas, a sua fé na justiça da causa que defende, o seu medo ou ódio do inimigo, a sua esperança de conseguir uma vitória etc.) favorece a decisão da minoria dirigente e a participação na guerra da própria massa. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.25).

Dessa forma os idealizadores do projeto demonstram acreditar na força da base cultural que envolve e em certa medida determina as linhas de conduta tanto de dirigentes políticos – aqueles que decidem sobre a guerra ou paz, e que ao mesmo tempo podem influenciar igualmente sobre o surgimento de ameaças de guerra, quanto o povo que adere ou não à essa conduta. “[...] isto é a verdade”, dizia o relator, *“mesmo naquelas sociedades em que o grupo dirigente não é diretamente eco das exigências do povo, eles não estão menos sujeitos a influência das formas culturais próprias de cada sociedade”*. Assim, o projeto deixava claro certa maneira de pensar na qual, assim como a atitude das massas populares não participava da preparação e da declaração de uma

guerra, era preciso reconhecer que a atitude dos dirigentes não era mais decisiva, pois a variante cultural, e não apenas ela, incidia sobre o comportamento e às decisões em relação á hostilidade.

Como se pode perceber a tentativa de entender e agir sobre os elementos que compunham uma realidade extremamente complexa era o grande desafio do projeto que se arquitetava, lançando seus idealizadores à busca de meios para o êxito. Uma das formas escolhidas foi o estudo da infância, com o detalhamento de algumas experiências na formação do sujeito, como o *“desejo de ser amado, o medo das privações, o espírito de agressividade, ou a necessidade de segurança”*. Sentimentos julgados básicos para a forma de relacionamento com o mundo na maturidade.

Nós adotamos aqui a concepção de comportamento em que o adulto interpreta o mundo, a luz de hipóteses implícitas sobre a sua natureza e os motivos dos seus atos. Hipótese que depende dentre outras variáveis, de todas as dificuldades e alegrias que são em primeiro lugar moldes da personalidade construída na infância. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.26).

A solução encontrada para anular ou ao menos amenizar essa influência preponderante das hipóteses implícitas sobre as motivações humanas, foi encontrada na educação e na experiência posterior. *“[...] ela deverá fornecer métodos mais eficazes no combate a está influência, conduzindo ao triunfo da razão e da comunicação moral dos homens”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.26). Nesse sentido a ênfase recairia sobre a distinção entre o meio político e o espaço familiar, donde se esperava dos indivíduos julgamentos e comportamentos adequados a cada ambiente. Uma percepção válida tanto para explicar a conduta no âmbito político ou econômico, como um reflexo de

tendências agressivas adquiridas na intimidade da família, como para anular o risco de fazer uma explicação parcial que desconsiderava a possibilidade de aperfeiçoamento da personalidade por meio do conhecimento.

“[...] se for baseada somente nos elementos infantis da formação da personalidade. [...] se nós interpretarmos a conduta política unicamente em termos “dos interesses econômicos” correremos o risco de negligenciar determinantes das condições preliminares do melhoramento do homem”. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p. 27).

O projeto intentava assim avançar na análise das principais variáveis que determinam as tensões internacionais como já estabelecido. Contudo, privilegiava o estudo de fenômenos que em primeira vista parecem ter pouco a ver com aquilo que ocasiona os conflitos internacionais. Apoiado nas concepções da Educação e Psicologia Social concebia o exame das relações que existem entre os métodos de educação das crianças na sua relação com algumas reações, na idade adulta, frente às situações internacionais. Por isso foram apontados como aspectos importantes a serem estudados em seu âmbito, o equilíbrio de forças no seio familiar e a natureza das atitudes que esse equilíbrio poderia produzir.

Com intenção de oferecer uma proposta o mais *realista e objetiva possível*, a Seção elencou uma série de temas de pesquisa que na sua perspectiva não apenas gravitavam em torno da questão da guerra e da paz mas, afirmavam eles antecipando-se aos resultados da pesquisa, de forma efetiva favoreciam esta e obstaculizavam aquela. Abaixo relacionamos os temas propostos pela Seção para serem estudados mediante o projeto:

## I - O caráter nacional

O estudo do caráter nacional deveria ser amplamente analisado, porém essa investigação não deveria passar pelo princípio da imutabilidade histórica ou da determinação biológica. Para os membros da seção *“o caráter nacional é definido pela predominância de certo tipo de reação no interior de uma cultura dominante”*. Afirmação que dava margem à conjecturas onde a hostilidade interna poderia ser o resultado da não identificação de todos os membros de uma nação a esse conjunto de traços que se impõe aos outros *de menor poder*.

[...] O conhecimento acerca dessas características ganha importância à medida que a consciência generalizada das suas próprias características e a de outros, vai neutralizar de certa maneira a decepção e aprovar o que se experimenta. Este conhecimento permitira aos povos perceber o que provoca a irritação dos outros e limitará assim a extensão dos sentimentos ofensivos comuns nos nossos dias. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.50).

Identificados os traços particulares que constituem os grupos nacionais, a próxima etapa do trabalho seria verificar as reações dos grupos para com os problemas nacionais, a sua atitude frente a autoridade, a forma como lidam com a necessidade de afeto, o valor da pessoa humana, o espírito de solidariedade etc., sob a intenção de mapear padrões de comportamento a partir de suas manifestações originais no contexto familiar, na escola ou na igreja. Saber como o sujeito é recompensado ou punido, tendo em vista suas atitudes nessas instâncias da sociedade.

Observadas essas questões o passo seguinte seria atentar para as *“qualidades individuais que contribuem para manter atitudes favoráveis ou não,*



*a manutenção das relações pacíficas entre os grupos estrangeiros e essa sociedade ou entre as minorias existentes em seu interior”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.52). O aprendizado acerca dos grupos nacionais funcionando como gerador de subsídios para o entendimento de como determinado grupo nacional age, para então compreender como esse grupo se comporta em relação aos grupos de outras nacionalidades. Mais um reforço à ideia de que compreensão é indispensável à paz.

## **II - Representações coletivas**

O estudo do caráter nacional deveria vir acompanhado da visão das concepções que os grupos nacionais fazem de si mesmos, da sua força, da sua moralidade e de outros elementos de seu caráter. E da mesma forma, das ideias que são feitas dos outros grupos. Para tanto se prescreveu uma análise comparativa das concepções que os principais grupos nacionais fazem uns dos outros, no interior de categorias definidas.

[...] porque a ideia que fazemos de nossas possibilidades, de nossa dignidade, de nossos direitos e nossos atos, na comparação que fazemos dos outros, é frequentemente a origem dos estados de tensão internacional. Esta visão deformada de si mesmo e dos outros, causa de tanta irritação, deve ser corrigida. Está é uma condição previa e necessária para a compreensão internacional entre os grupos nacionais (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.53).

Em termos metodológicos recomendou-se a criação de listas das características nacionais e estrangeiras, que poderiam ser efetuadas inicialmente em países de *“eticamente heterogêneos, tais como os Estados*

*Unidos*". Estas listas forneceriam elementos comparativos necessários à fundamentação dos estudos.

### **III – Técnicas de mudança de atitude**

Tendo em vista ainda, os modos de intercomunicação na determinação das atitudes dos grupos estrangeiros e nacionais. Este tópico revela a descoberta por parte da Seção, da relativa ineficácia dos chamados meios de comunicação de massa – o jornal, a publicidade, a propaganda impressa para a disseminação de informações capazes de modificar a conduta de alguns grupos, frente à eficácia dos contatos diretos.

“Estudos mais recentes militam em favor de hipóteses contrárias, ou seja, que os contatos diretos dentro dos grupos primários possuem uma importância comparativamente maior na modificação e determinação das atitudes” (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p. 54)

Por isso, a seção sugeria a elaboração de pesquisas para determinar a importância relativa da informação de massa nos contatos diretos, na formação e modificação da ideia que um grupo faz de si mesmo e dos grupos estrangeiros.

#### **IV - Tendências agressivas e estados de tensão entre grupos**

A atitude agressiva foi explicada em grande parte por uma reação de autodefesa. De modo que se recomendou a identificação das principais hipóteses que *“exploram as causas das tendências agressivas e suas manifestações no período de tensão internacional”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.54.). Restando então encontrar elementos que possam substituir as manifestações de agressividade contra grupos estrangeiros, aspecto melhor delineado no tópico que seguinte.

#### **V - Identificação do grupo**

Ainda confiantes na possibilidade de mudanças no comportamento e atitudes humanas. Os membros da seção definiram como sendo necessária uma maior exploração do processo e modos de identificação entre indivíduos e grupos. Ou seja, *“O estudo dos fatores que incitam o homem a se identificar com um grupo que demonstra tendências agressivas”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.54) Este trabalho demandaria *“uma investigação aprofundada do mecanismo inicial de identificação em crianças, que permitirá depois de adultos que se identifiquem com grupos mais amplos”*. Aliado a isso, a identificação dos fatores que impedem ou limitam a identificação, tais como raça ou classe social.

Parte interessante deste tópico é o reforço que se dá à ideia de equivalência no sentido emocional. Na prática, a Seção sugeria experimentações nas quais membros de grupos considerados “fortes e ativos”,

fossem levados a conhecer situações diferentes daquelas nas quais a agressividade lhes traz satisfação. *“tendo em vista descobrir um meio de lhes proporcionar satisfação equivalente do ponto de vista subjetivo, tentando evitar que eles se identifiquem com grupos de tendências agressivas”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p. 55). Um claro apelo ao fator psicológico para criar limitação e relativa segregação, pois pairava ainda a sugestão de que diante dos diversos tipos de personalidades, *“deve-se identificar e separar aquelas que se identificam com grupos de tendências agressivas”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p. 56). Considerava-se ainda indispensável o estudo das condições e técnicas pelos quais o sistema de identificação com a agressividade pudesse ser modificado.

## **VI - Nacionalismo e patriotismo:**

O Nacionalismo e o patriotismo deveriam ser objeto de pesquisas especializadas com a intenção de descobrir o “real” significado do termo para o indivíduo. Tratava de saber, por exemplo, por que ser nacionalista, patriota, ou nenhuma coisa, nem outra. *“Será necessário observar”*, disse o relator,

“[...] o processo de assimilação do simbolismo nacional na infância e nos pequenos grupos. É conveniente estudar o mecanismo das campanhas nacionalistas e distinguir bem entre seus instigadores seu público, assim como as circunstâncias em que um grupo reage em presença de símbolos nacionais e patrióticos”. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p. 57).

Não se poderia ainda perder de vista a situação política e econômica dos grupos ao qual aderiu o indivíduo, os antecedentes pessoais e as suas

predisposições naturais. Em outra parte, recomendou-se relacionar o sentimento de amor pela nação com o equilíbrio psicológico, sem que se descuidasse dos aspectos históricos e filosóficos do nacionalismo e dos chamados “instigadores”, aqueles que ao expor e defender suas ideias de forma violenta acabavam por arregimentar indivíduos suscetíveis à essa agressividade, e por isso mais fáceis de serem convencidos.

## **VII - Lealdade supranacional**

Neste caso o sentimento de identificação ganha um recorte abrangente. *“Nós devemos analisar as condições favoráveis ao surgimento de uma lealdade para com coletividades mais amplas que a nação”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.58), defendeu a Seção, cogitando a construção de laços de solidariedade internacional. A proposta sugeria a observação e a análise de instituições e espaços onde obrigatória ou voluntariamente, membros de origens nacionais diferentes fossem expostos à convivência de duração razoável, para bem poder verificar se eles se tornam, ou não, solidários uns com os outros. *“É conveniente estudar os fatores favoráveis e os fatores desfavoráveis a esta solidariedade no interior das organizações internacionais, e mais particularmente, as condições em que ela é rompida”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.58). O estudo visava ainda testar a compatibilidade entre lealdade nacional e lealdade supranacional.

Apesar de ser um tópico complexo e de difícil resolução, era algo que precisava ser enfrentado, sob pena de não se cumprir o caráter de universalidade e supranacionalidade que à Unesco se impunha e se esforçava

para consolidar. Em se tratando de universalidade e supranacionalidade para Evangelista (2003, p.13), essas características são parte do conjunto de concepções, que dão sentido e tornar viável a promoção da cooperação entre as nações. Contudo, em rápida análise do contexto, já é possível entrever contradições que criavam barreiras à esses princípios.

[...] essas contradições explicitam-se nas dificuldades de acomodação dos nacionalismos europeus (britânico e, sobretudo, francês) e norte-americano, na disputa pelo espaço no mundo. [...] Acrescente-se a isso que também os organismos privados, semioficiais e não governamentais, da Inglaterra e dos EUA, cujos objetivos internacionais para essa área estão formulados, desde o início do século, apresentavam então, suas propostas para a educação do cidadão mundial. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.60).

### **VIII - Intolerância**

Este estudo deveria pesquisar as condições do meio familiar que predispõe originalmente a um estado de espírito tolerante; como a intolerância incidia sobre o desenvolvimento, a posição social, a renda, o exercício da autoridade; as variações da tolerância em função das divergências entre os diferentes grupos, a sua importância numérica e dos contatos estabelecidos entre eles; a influência dos estados de crise nacional ou internacional; a recrudescência dos fenômenos da tolerância, ou a cristalização das predisposições à intolerância; as consequências da tolerância ou da intolerância sobre o desenvolvimento da personalidade e sobre a prosperidade econômica dos grupos. Importante destacar que o Brasil, juntamente com

partes da URSS, EUA e África do Sul foi considerado espaço privilegiado para o desenvolvimento de pesquisa dada sua *“heterogeneidade étnica e cultural”*. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p. 61).

## **IX - Os compromissos**

A instituição de um senso de compromisso com relação à manutenção da paz mundial também foi tema das propostas apresentadas pelo projeto. Em investigação que mais uma vez lança mão dos saberes da Psicologia, sugeriu-se o estudo compreendendo quatro aspectos: análise psicológica comparada das personalidades capazes de se prestar a um compromisso e também dos “intransigentes”; estudo experimental comparado de casos de sucesso e de falha de compromisso; estudo histórico comparado dos compromissos diplomáticos nos conflitos internacionais; observação do processo de elaboração dos compromissos em torno de comitês e conferências. Aferições que nos deixam entrever o pensamento de que a falta de comprometimento com a instância internacional e o não cumprimento dos acordos eram motivos suficientemente fortes, sob a ótica da Seção, para alimentar os desentendimentos que levavam aos conflitos.

## **X - Ignorância, inquietude e agressividade nas relações entre grupos**

Neste item, observamos um dos aspectos fundamentais de toda argumentação que buscava fundamentar o projeto em construção a – “ignorância”. Na lógica dos membros da Seção,

[...] a hostilidade entre grupos é frequentemente feita de um ciclo de reações de intensidade crescente: um dos elementos desse ciclo de reações é a ignorância da natureza, das possibilidades e das intenções da outra parte. A ignorância facilita uma projeção que quando não é freada pela realidade, aumenta ainda mais a inquietude. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.58).

Nessa perspectiva se estabelece a relação direta entre a redução dessa ignorância e a diminuição da hostilidade. Em consequência, será válida toda investigação que destaque o papel do conhecimento como meio de impedir o trato hostil e seus fatores deflagradores. Nesse sentido a recomendação era para que estes estudos fossem dirigidos para:

- a) pesquisas aprofundadas sobre as relações existentes entre a ignorância de um objeto e a projeção sobre este objeto de sentimentos de hostilidade e de inquietude;
- b) estudos experimentais de grupos pequenos;
- c) estudos de memórias diplomáticas e arquivos de Estado. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.60).

Outro aspecto importante nesse item é a, a sugestão para que verificasse os casos em que a tomada de decisão sem o conhecimento adequado (ignorância) pudesse desencadear conflitos. Um momento para se pensar na qualidade da decisão tomada por aqueles que estavam a frente de nações inteiras.



## XI - Dirigentes políticos

Ainda em se tratando de “*tomada de decisão*”, a Seção, tendo em vista um passado recente e penoso onde as decisões de líderes como Hitler ou Mussolini tiveram repercussões catastróficas, desconfiava de uma “*interpretação política da história, que tende a negligenciar a importância do fator pessoal daqueles que são chamados a tomar decisões*” (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.61). No seu entendimento todos os demais fatores políticos, econômicos, sociais não resultam em guerra sem que exista a decisão de um dirigente político.

É importante estudar o mecanismo psicológico da tomada de decisão dos dirigentes políticos. Devemos estudar os fatores que influenciam sobre a política internacional a fim de determinar seu papel. Não se pode negligenciar o fator pessoal. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p, 61).

Características pessoais como intransigência, insegurança, fraqueza, prepotência são atributos pessoais que na visão da Seção acabavam por agravar ou apaziguar os estados de tensão internacional.

“É necessário conhecer os fatores favoráveis e desfavoráveis a clareza e a agudeza das decisões que conduz a política estrangeira, e as consequências comparadas para as relações internacionais de uma atitude determinada e decidida e de uma atitude indecisa dos dirigentes políticos”.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Na conferência de Beirute em 1948, o diretor da UNESCO expõe claramente essa preocupação quando solicita à Seção de Ciências Sociais que organize um encontro de especialistas para preparar um relatório sobre os métodos e os procedimentos que foram utilizados para instaurar o fascismo na Itália e na Alemanha durante o período que precedeu a Segunda Guerra Mundial, a fim de tornar possível a identificação o movimento em suas

## **XII - Atitudes em relação ao poder nacional e os estados de tensão internacional**

O sentimento de pertença é mais um dos temas propostos para o projeto. A argumentação partindo do princípio de que o sentimento de pertença a um “*estado poderoso*” ou a um “*estado fraco*” influenciava as atitudes e o comportamento dos indivíduos em relação a outros grupos interiores ou exteriores àquele em particular. Caso essa atitude e esse comportamento fossem danosos à manutenção da paz, a pergunta que ficava era: ela pode ser modificada?

Outro aspecto recomendado para análise foi o do efeito das variações do poder de um Estado sobre o comportamento e sobre as atitudes de seus membros e dirigentes<sup>20</sup>. A intenção era verificar se o poder era ou não responsável pelo equilíbrio na esfera nacional e internacional.

---

primeiras manifestações. É conveniente dar ampla divulgação a esse estudo. (UNESCO, 3ª CG 1948, p. 25).

<sup>20</sup> A questão do poder político e seus usos foi algo que intrigou os membros da Seção. Sobre esse assunto eles manifestaram dúvidas e opiniões que ficaram registradas no projeto. Almejavam eles saber, por exemplo, “[...] *quais os efeitos produzidos pelo acréscimo de poder ao governante.*” *Como a população reage diante desse acréscimo de poder e como outros Estados, outros grupos dirigentes, outras populações, reagem diante desse acréscimo de poder. Estudar o comportamento nas relações internacionais dos grupos dirigentes que se beneficiam de um brusco crescimento de poder, ou pelas alterações na hierarquia dos grupos dirigentes tendem a adotar uma atitude agressiva contras os Estados mais fracos, ou contra os grupos mais fracos no seio de seu próprio Estado? E quanto aos efeitos produzidos pela diminuição do poder queriam eles saber como grupos dirigentes reagem diante dessa situação. Perdem os confiança em si mesmos? Desenvolvem mais agressividade? Sentem-se paralisados pelo medo? Tendem a reconhecer a completa liberdade de decisão e a se submeter voluntariamente às aspirações de outros estados mais fortes? Como as massas de seu país reagem? Como os grupos dirigentes ou as massas de outros estados reagem diante dessa diminuição de poder? (Id. p. 77)*

## **XII - Instabilidade política e social no interior de um país e estado de tensão entre grupos**

Outro ponto a ser perseguido pelo projeto era a questão da instabilidade. Basicamente, queriam saber os membros da Seção em que medida a instabilidade interna dos países, em termos políticos e econômicos, afetava a estabilidade do sistema internacional, gerando estados de tensão e conflito. Nesse caso Prescreviam-se estudos localizados para bem verificar as especificidades das relações entre Estados vizinhos, mas de condições de estabilidade diferentes.

## **XIII - “Ausência” de poder nacional e tensão entre grupos**

Se a presença de poder seria um elemento gerador de instabilidade, quais as consequências de sua diminuição, ou mais enfaticamente, sua ausência? Num contexto de intensos movimentos de descolonização e independência, os membros da Seção tinham em mente o “*Estado anteriormente poderoso, que pela via da independência dá lugar a um estado independente e fraco*”. O estudo em questão repousaria sobre as rivalidades nacionais que, acreditava-se, ganhariam força mediante o enfraquecimento do poder estatal. Essa debilidade iria então gerar um descontrole interno, que poderia ir além das fronteiras nacionais e desequilibrar todo o sistema internacional.

#### **XIV - O acesso á matéria-prima e os estados de tensão internacional**

Numa sociedade industrial um estudo sobre o papel das matérias-primas nos estados de tensão, pareceu-lhes bastante apropriado. No entanto, o objetivo de *“estabelecer uma distinção entre a verdadeira função da matéria-prima e as deformações psicológicas e políticas devido ao medo de ficar sem essas matérias primas”* (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.65), parece conter um julgamento antecipado das atitudes daqueles que manifestam sua opinião a respeito. Tal impressão fica ainda mais forte quando se lê o objetivo seguinte: *“[...] estudar igualmente as características pessoais dos instigadores de campanhas de pânico sobre o tema da falta de matéria prima (classe social, econômica, traços de personalidade etc.) e os slogans que eles usam”*. Na sequência a Seção considerava ainda *“[...] empreender um estudo histórico comparado daquelas condições em que a rarefação da matéria-prima foi associada, ou não, a um estado de tensão internacional, e particularmente o papel pretendido e o papel real dessa rarefação [...]”*. De qualquer forma ideia era proceder a uma análise sistemática das principais hipóteses sobre as relações existentes entre o poder sobre a matéria-prima num mundo desigualmente industrializado e os estados de tensão internacional.

#### **XV - Pressão demográfica e estados de tensão internacional**

[...] a título preliminar, é necessário proceder a uma análise mais profunda do termo “pressão demográfica” tendo em vista distinguir os elementos de ordem cultural, política e psicológica de uma parte, e os elementos ligados à biologia e alimentação,

a densidade e o crescimento demográfico de outra parte. (UNESCO. Estudo de tensões, 1947, p.66).

Com estudos que deveriam remontar ao século XIX a Seção tinha em vista identificar como os tipos de conjuntura política, econômica e cultural ou altas taxas de crescimento da densidade demográfica associavam-se a um estado de tensão internacional. Para seus membros seria adequado estudar a reação dos indivíduos às obstáculos à sua transferência de território, e como essa reação pode levar a estados de tensão. Numa clara relação entre a manutenção da paz e o monitoramento dos movimentos populacionais.

#### **XVI - Diferença de nível de vida e estado de tensão entre grupos**

Este estudo visava preparar uma análise sumária das principais hipóteses relativas a influência que exercem sobre os estados de tensão entre grupos as diferenças de nível de vida entre classes sociais, entre regiões e até países. Sob a luz desses fenômenos pretendeu-se verificar a influencia dos *slogans* relativos à igualdade dos níveis de vida no caso das hostilidades entre grupos nacionais nas suas diversas categorias, sobre as condições favoráveis ao surgimento de sentimento de *“hostilidade em relação aos grupos que apreciam um nível de vida mais elevado”*. O que permitiria estudar as consequências da elevação do nível de vida sobre a atitude em relação aos outros grupos.

#### **XVII - Progresso tecnológico e estados de tensão entre grupos**

A diferença tecnológica também foi uma questão a inquietar os membros da Seção. Esperavam eles, por meio do projeto, ter condições de entender de que maneira as inovações tecnológicas influenciavam a hierarquia de poder em âmbito nacional e internacional. Esse estudo se dividiria em quatro partes:

- a) sobre a da influência de alguns tipos de invenções (no domínio das armas, da indústria, dos transportes);
- b) sobre o potencial, e as condições daqueles onde esta influência se faz sentir;
- c) sobre o efeito das mudanças na hierarquia dos poderes sobre os estados de tensão;
- d) O progresso tecnológico e a origem dos estados de tensão entre grupos<sup>21</sup>. (UNESCO. 3ª CG, 1948)

As consequências da descoberta da energia atômica e da própria bomba atômica também mereceram destaque<sup>22</sup>. No discurso sobre essa questão delicada nota-se uma escolha de palavras que sugere certa contenção e tentativa de manter no espaço seguro da discussão científica, evitando assim as agitações em torno dessa questão que perpassavam a época.

---

<sup>21</sup> No âmbito da tecnologia e da industrialização eram considerados vetores de conflito as modificações na técnica e o deslocamento dos centros industriais que obrigavam os indivíduos a escolher um novo trabalho, ou uma nova residência, dissociando os grupos existentes e *“provocando a incerteza do dia seguinte, são frequentemente a origem de sentimentos de hostilidade que se projetam sobre as minorias de estrangeiros etc. O estudo desses sentimentos deve ser feito nas sociedades”* (UNESCO 3ª CG, 1948). Também os métodos de divisão do trabalho e da indústria eram vistos como causadores de estados de tensão, com projeções sobre outros objetos, particularmente em países de aquisição recente da independência nacional resultado do início da industrialização. Preparar um memorial sobre as consequências psicológicas da tecnologia moderna na indústria, mudanças frequentes de residência etc. tornou-se um dos objetivos dos pesquisadores. Este memorial reuniria as principais publicações sobre os principais problemas estudados e abordados na prática. Outro estudo verificaria o impulso de adaptação do indivíduo as condições da indústria moderna nas suas relações com os grupos de tensão.

<sup>22</sup>É possível entrever alguns conceitos prévios a embasar os estudos quando se trata das consequências práticas da utilização da energia atômica para fins industriais: *“elevação do nível de vida, multiplicação dos lazeres, modificação da importância relativa de alguns profissionais para a redução do número de menores e aumento da proporção da população que se ocupa de serviços gerais, os profissionais liberais e os administradores”*. Nota-se, portanto, o esforço para tratar a questão sob um ponto de vista conciliador.

## **XVIII - Atitudes de pessoas comuns em relação à política internacional**

Em agosto de 1947, Nathan Leites – consultor da secretaria da Unesco, durante a abertura do *Seminário de Verão da Unesco sobre Educação para a compreensão internacional*, com palestra denominada “*Como o homem vê a política internacional*”. falou acerca da dificuldade das maioria dos cidadãos em se inteirar das questões referentes à política internacional.

Segundo ele as observações previamente feitas mostravam alguma contradição nesse campo. Se por um lado havia uma crescente “politização” no sentido nacionalista, por outro, percebia-se certa indiferença para com as questões de natureza internacional. Algo que ele acreditava ser perigoso para a democracia é provavelmente perigoso para a paz. Entre os fatores que trabalhavam nesta ultima direção, foram mencionados seguintes:

- a) A política internacional muitas vezes é difícil de ser entendida pela pessoa que não é especializada em política. Além disso, há uma boa dose de suspeita de que os fatos essenciais da política internacional estão sendo mantidos longe dos olhos do público e apenas admitidos os classificados para os tempos de guerra.
- b) O homem comum, muitas vezes, tende a dizer que ele se percebe impotente frente às forças que decidem a guerra ou a paz. (UNESCO, Estudos de Tensões, 1947).

A guerra deixava à mostra o jogo de poder, e o modo como o cidadão comum estava alienado das relações internacionais e isso deixava marcas nas relações entre nações, esse era o entendimento de Leites, restando à Unesco em seu projeto encontrar formas de encurtar essa distância.

## **XIX - Socialismo, capitalismo e estados de tensão internacional**

Como último tópico encontramos um estudo relacionado ao mais importante aspecto a permear o contexto político e econômico do período em que se concebe o projeto - as relações entre Estados Unidos e União Soviética, no texto tratado como relação capitalismo/socialismo. Esquivando-se das questões mais agudas da situação, a Seção atém-se a considerar conveniente encorajar economistas a estudar as possibilidades de uma coexistência pacífica dos dois tipos de economia – capitalismo e socialismo<sup>23</sup>, Tendo em vista descobrir os pontos de atrito que provavelmente apareciam na coexistência de tais sistemas e as técnicas próprias a eliminar ou reduzir estes pontos de atrito.

O departamento de Ciências Sociais da Unesco também se mobilizou para auxiliar nessa temática primeiro deslindando alguns conceitos fundamentais<sup>24</sup>, já em 1947 e depois atualizando os discursos sobre Democracia em 1948. Os resultados desses trabalhos foram examinados em 1949 por um comitê de intelectuais no qual constavam o professor Edward H Carr (Reino Unido), Chaim Perelman (Bélgica), Richard Mckeon (Estados Unidos), Sérgio Buarque de Hollanda (Brasil), Pierre Ricouer (França), Alf Ross

---

<sup>23</sup> Em termos de comunismo/socialismo eram colocados os problemas surgidos das relações econômicas entre países envolvendo os sistemas monetários, as matérias primas, os recursos, o grau de dependência econômica estrangeira, a especialização industrial. Estudava-se os sistemas econômicos combinando capitalismo e comunismo, comunismo, economia mista e capitalismo. *“Dissemos algumas vezes que a coexistência do socialismo (comunismo) e do capitalismo deve resultar inevitavelmente num conflito em razão do dinamismo desses dois sistemas econômicos e a abstração feita dos fatores de ordem política, ideológica ou cultural que podem suscitar um tal conflito* (UNESCO, 3ªCG, p. 45).

<sup>24</sup> Em Paris, a primeira semana do mês de maio de 1949, aconteceu encontro do *comitê de análise filosófica e conceitos fundamentais da UNESCO*. Naquele momento o grupo se reunia para estabelecer consensos em torno do conceito de democracia. Foram discutidos: Os problemas que se apresentam em oposição à concepção de democracia; a ambiguidade da palavra democracia; as formas de democracia; tolerância e traição; democracia e juízo de valor. (Cf. Relatório do Comitê. UNESCO, PHS/12/ 1949).



(Dinamarca). A seleção do material coletado foi publicada em 1951 sob o título “*Democracy in a World of Tension*”.

Há de se considerar que a Unesco iniciou seu trabalho, tendo como fator complicador a bipolaridade imposta pela Guerra Fria, elemento da conjuntura da época, que se tornava real na mesma medida em que a divisão em áreas de influência russa e norte-americana se intensificava. O que nos leva a destacar a ausência da delegação soviética na Conferência de 1946, ocorrência merecedora do seguinte comentário de Huxley dito na Primeira Conferência:

[...] apesar do governo russo não estar preparado à época em que convidamos para participar dessa organização. Um espaço foi reservado para ele no comitê executivo. Porém ele ocupa sua vaga apenas como observador da presente conferência. Todos lamentamos, porque é impossível que essa instituição se torne verdadeiramente global, se um dos Estados mais poderosos, cuja cultura domina um sexto da superfície do globo terrestre e um décimo das populações humanas não é um estado membro. (UNESCO, 1ª CG, 1946, p.127).

Lafer (1995, p. 175) assinala que ainda durante a Segunda Guerra, em meio às discussões que visavam à criação de uma organização internacional, a participação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas URSS – aliado fundamental no esmagamento do nazi-fascismo, já se mostrava como uma importante fonte de preocupação. Seu envolvimento na nova organização era fundamental para que esta pudesse revelar-se de alguma utilidade, enquanto órgão destinado à manutenção da paz. Porém, a questão fundamental, segundo ele, era “*como convencer um regime, inequivocamente totalitário no longo consulado de Stalin, a endossar documentos que promoviam valores incompatíveis com a sua natureza?*” (LAFER, 1995, p.175). A solução para essa questão foi oferecida pela própria URSS, quando esta passou a adotar

sua própria concepção de direitos humanos, caracterizada por uma interpretação própria dos direitos civis e políticos e por uma ênfase nos direitos econômicos e sociais. O fato segundo ele permitiu que se adotassem muitas vezes documentos consensuais contendo uma linguagem aceitável para todos, cuja leitura era, entretanto, diversa.

Dessa maneira, longe de ser superada, a questão da participação soviética foi de certa forma amenizada ao longo dos 40. Nos seus primeiros tempos, representantes da Unesco, por mais de uma vez reiteraram a importância de sua presença enquanto fator de legitimação de sua representatividade. Porém a URSS veio a ocupar sua vaga somente em 1954 com a morte de Stalin. Em termos ideológicos, a não adesão russa comprometia o caráter universal e idealista presente na ONU e do qual a Unesco era herdeira. O projeto forneceria então subsídios para substituir por conhecimento e outras hipóteses todas as opiniões formadas por homens de Estado, e tornar possível fazer uma política exterior mais realista e mais segura de si mesma, contribuir para o apaziguamento dos conflitos. Por outro lado, a pretensa neutralidade científica, o apoio fornecido pelos intelectuais de distintas nacionalidades, deveriam servir para uma tentativa de mostrar que a Unesco estava acima das divisões impostas pela Guerra Fria.

#### 4. O projeto no plano ideal e real das relações internacionais

Muitas das particularidades que consubstanciam o Projeto só podem ser explicadas se conhecermos os modos de interação realizados no quadro das relações internacionais. De modo que é importante termos conhecimento da base idealista e realista que fundamentavam naquele momento as relações entre os estados.

Na proposta idealista os mesmos princípios universais de ética e moral presentes nas relações entre os indivíduos deveriam se transformar em normas jurídicas capazes de reger a relação entre os Estados. Dessa maneira se chegaria a um equilíbrio que poderia prescindir do uso do poder e da força.

O objetivo essencial é reforçar o espírito de solidariedade e tolerância internacional, reforçando assim as chances de paz, não somente entre as nações, mas também entre os diferentes grupos no interior de cada nação. (BEDIN et. al. 2000, p. 63).

Para os idealistas os atores do cenário internacional eram o cidadão, o Estado e as instituições criadas para construir as alianças, os acordos e a toda forma de legislação e regulamentação necessárias à manutenção da paz sobre os princípios da tolerância, do respeito e da solidariedade e da justiça.

Por sua vez o Realismo enfatiza as relações de força para a dissolução das crises. Com base no pensamento de Thomas Hobbes, essa abordagem carrega um forte teor de pessimismo na análise das relações internacionais. Para os adeptos dessa teoria o Estado é o único ator internacional, e todas as

suas ações são carregadas de interesses que sempre pretendem alcançar a hegemonia e dessa forma fazer prevalecer sua vontade.

Como dissemos, uma grande fonte de inspiração teórica é a filosofia de Thomas Hobbes, para quem os homens, quando no estado de natureza, ou seja, quando vivem sem uma autoridade superior capaz de determinar as regras mútuas de convivência e de implementar essas regras (isto é, de impor a ordem), vivem em uma situação de permanente conflito e de “anarquia”, na qual cada um é responsável por sua própria preservação, buscando o máximo de poder possível a fim de manter sua integridade física. Como essa atitude é compartilhada por todos, o que ocorre é uma constante disputa pelo acúmulo de poder, em um jogo claramente de soma zero (LACERDA, 2006, p. 59).

Ambas as abordagens teóricas se farão presentes na concepção do projeto, porém vislumbramos que as ideias idealistas tiveram muito maior que a sua opositora. Neste caso, é importante que saibamos um pouco mais sobre essa vertente teórica e o modo como ela se insere no contexto do projeto.

Idealizada em meio aos ditames da guerra, a Unesco foi concebida sob o mais explícito propósito de contribuir para a promoção da paz sob os princípios do idealismo. Tarefa vista como sendo tão necessária quanto árdua, em virtude da complexidade do ato de agir sobre um mundo, que lentamente se erguia de sob os escombros de duas guerras de abrangência e implicações inéditas. A reflexão sobre formas de evitar as guerras se tornou, portanto, basilar nas primeiras décadas do século XX. Um exercício que antes de culminar no esclarecimento da importância do monitoramento das relações

entre os países, ou seja, o acompanhamento da política internacional<sup>25</sup> enquanto fator primordial para a manutenção das relações pacíficas demandou importantes considerações acerca dos sentidos da guerra e da paz.

Para Castillo (2001), filósofos como Maquiavel, Hobbes, Spengler ou Carl Schmitt fazem parte de um conjunto de pensadores para os quais o estado normal das relações entre os homens é a violência e a hostilidade<sup>26</sup>. Numa análise da filosofia da guerra ela observa que as teses mais características sobre a questão podem ser agrupadas sobre três bases distintas: a antropológica, na qual a guerra faz parte da natureza humana; a base histórica, sob a qual a guerra é criadora de valor, de ordem ou de justiça - uma perspectiva que fixa a ideia de guerra no interesse vital das nações, e que a coloca como sendo um preço que os povos precisam pagar para garantir tanto sua existência quanto sua independência. E por fim no sentido político a argumentação parte do princípio de que fazer a guerra é um direito. Significa o exercício de um poder político instituído. *“Pela guerra o Estado defende seu direito ou sua lei, a Constituição que promulgou para si, e desse modo afirma sua força, porque é capaz de levar a bom termo a defesa das leis”* (CASTILHO, 2001, p. 08).

---

<sup>25</sup> Aqui pensada no sentido de que a política internacional correspondeu, nos dois últimos séculos, a um dos instrumentos com que os governos dos Estados-nação já constituídos, afetaram o destino de seus povos, mantendo a paz ou fazendo a guerra, estabelecendo resultados de crescimento e desenvolvimento ou de atraso e dependência. (Cervo; Bueno, 1992, p. 09).

<sup>26</sup> Para Maquiavel *“É necessário àquele que estabelece um estado e lhe confere uma Constituição pressupor que todos os homens são maus”*. Em Hobbes os homens são naturalmente inimigos, é a guerra de todos contra todos. No dizer de Carl Schmitt *“a política não tem outro papel além de identificar o inimigo, de conferir sua unidade e sua identidade a um povo, qualificando-o como seu inimigo e, portanto, suas razões de praticar a guerra”*. Ver SALDANHA; ANDRADE, 2011.

No outro extremo, a filosofia da paz alega que em não sendo a guerra o estado habitual das relações humanas é plenamente possível instituir a paz como condição normal da convivência entre os povos. Para tanto necessário se faz não a destruição dos alicerces discursivos da guerra, mas sim a construção de discursos de paz que a elevem ao modelo ideal de relações humanas, um modelo de excelência.

No século XVII Hugo Grotius<sup>27</sup> encontrou na mesma relação de direito que fundamentava a guerra, um caminho possível para a elaboração de um arcabouço filosófico de paz. Da mesma forma que a guerra era aceita por ser um direito, sob seu ponto de vista a paz também o deveria ser. Mesmo porque sendo a guerra fundada em princípios de direito, esta não era impedimento para a paz.

[...] Eu estou muito certo, pelas causas que antes expus, que existe entre os povos um direito comum que tem vigência para fazer a guerra e também na guerra. Muitos e muito graves motivos me inclinam a escrever sobre isto. Via por todo o universo cristão uma leviandade com a guerra, algo que teria envergonhado até mesmo os povos bárbaros. Recorre-se as armas por motivos banais ou mesmo nulos, e, uma vez tomada a decisão se lançam furiosamente a todo tipo de crimes, e não se observa mais respeito para com o direito divino ou o direito humano. (GROTIUS, *De iure belli ac pacis*, Prolegomena, Apud Barnabé 2009, pp. 27-47).

Grotius percebe a paz como um direito tão importante quanto o direito à guerra e na esteira do Renascimento respeitar esse direito significava imbuir de racionalidade às relações. Se existem razões para a guerra, há de se encontrar razões para a paz. Se existem justificativas para a guerra, há de se mostrar

---

<sup>27</sup> É considerado o pai do Direito Internacional.

aquilo que justifica a paz. Tanto as guerras quanto a paz precisam de normatização, solicitam regramento, de forma que o êxito em dar proeminência aos discursos de paz estaria então intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento do direito, da crítica e da racionalidade.

No cerne dessa questão está o Estado, sua práxis política e a sua existência ligada à soberania, a mesma soberania que leva à guerra. Pela guerra o Estado defende seu direito e sua lei, além de afirmar sua força<sup>28</sup>. Para Castillo (2001, pp.08-19), Grotius teve essa percepção quando julgou que os Estados que guerreiam entre si se atribuem os mesmos direitos e obrigações. Julgam e agem em razão de certos princípios gerais e não se enfrentam sem justificativa nem sem motivos. A paz requer uma maneira de julgar que reconheça no adversário um inimigo que é justo no sentido em que é ele também pretendente ao direito (CASTILHO, pp. 08-19).

Grotius dessa forma inaugura a reflexão de uma forma de direito que estabeleça códigos jurídicos de conduta que devem reger todos os Estados. Na verdade ele está abrindo caminho para o Direito Internacional em seu sentido básico de criar um consenso no qual a segurança e a existência humana dependam sobremaneira da conciliação e da solidariedade entre as nações.

---

<sup>28</sup> Pode-se, entretanto, conceber a organização estatal também como um processo de potenciação da individuação pessoal, pois no Estado o ser humano se reproduz de acordo com *representações acordadas* – e com isso de forma muito mais forte na autogestão individual ou na educação da geração subsequente. É só na medida em que os seres humanos envolvidos compreendem os acordos genéricos como uma intenção de agir deles mesmos, só na medida em que eles conhecem e reconhecem *a partir deles mesmos* a organização estatal como a função interior da autodeterminação, virada ao avesso pra fora, só nessa medida eles também tem uma chance de conhecer o modo de funcionamento do Estado. Por isso o Estado, enquanto ser humano concebido em grande escala, que se repete em múltiplos feitos políticos, não depende de nada mais do que da *autocompreensão do ser humano*. E só *a partir do conceito de si mesmo do ser humano* podem ser compreendidas as expectativas normativas, ligadas desde tempos primordiais ao Estado. [...] Kant levava em consideração essa consideração interna (acessível somente ao conhecimento de si mesmo) de toda organização e qualquer organização política externa, quando ele define a política como *autodeterminação* de uma “sociedade para seres humanos” [...]. Cfe. RODHEN (1997, pp. 39-57).

Neste novo modelo de relacionamento interestatal para que a paz venha a acontecer é preciso que ela se torne um objetivo de todos os Estados. Uma proposta de união que pressupõe a ocorrência da paz ou a guerra como resultado de uma tomada de decisão geradora de ação. Em uma comunidade internacional decisões e ações deixariam de ser particulares e passariam a ser norteadas pelos princípios de normas de direito não só comuns a todos, mas também aceitas e facilmente identificáveis por todos.

[...] Que a possibilidade, porém, de sermos atacados nos transforme em agressores é contrário a todo princípio de equidade. A existência humana é tal que jamais haveremos de conquistar uma segurança completa. É a divina Providência, as precauções inofensivas e não à força que se deve pedir uma proteção contra os temores incertos. (GROTIUS, *De iure belli ac pacis*, II, I, XVII. Apud Barnabé 2009, pp. 27-47).

O pensamento de Grotius será ampliado e aperfeiçoado ao longo dos séculos por seus continuadores. Saldanha e Andrade (2011) o encontram na obra de Charles Frené Castel, mais conhecido como Abade de Saint Pierre que em 1713 tornou público seu desejo de transformar um estado de guerra latente em paz perpétua. Em seus escritos eles percebem a nítida influencia de Hugo Grotius. Saint Pierre defende que na busca pela paz permanente a união, mesmo que imperfeita é muito melhor do que a desunião. Ao alçar a paz a um patamar acima dos interesses privados dos governantes, sua proposta inspira a criação de uma confederação de príncipes europeus baseada na interdependência dos seus membros, de forma que a paz seria o resultado da “sabedoria decorrente da lógica dos interesses de todos”. A arte do comercio substituindo a arte guerreira e como resultado, a geração da paz. Nesse ponto Castillo (2001,p.26) sugere que o Abade estaria antecipando o



desaparecimento do espírito guerreiro em proveito de um espírito mais burguês voltado para as vantagens que busca a estabilidade política nos benefícios da civilização. Se os soberanos raciocinassem do ponto de vista do sucesso eles se dariam conta de que existem razões socialmente bastante reais para fazer da segurança um bem público e pôr em prática uma verdadeira política da paz. Nessa perspectiva o uso do poder ganha um novo sentido.

Uma paz perpetua será, então, uma paz instituída [...] resultado da vontade humana através da criação de uma liga dos Estados civilizados, de um corpo europeu pronto para usar de força contra a violência. Em vez de ser desagregador, o poder torna-se princípio de união e transforma-se em superioridade pública coletiva. (CASTILHO. 2001, p. 25).

A proposta do Abade contém ainda a ideia de criação de conselhos deliberativos permanentes (*polisínodos*) devidamente caracterizados pelo voto, o mérito e a rotatividade no comando. A unidade de Estados seria então defensiva e não guerreira.

Saint Pierre não considerava quimérico o seu projeto, mas essencialmente lógico, pois dependeria de uma feliz combinação entre a vontade do soberano e a consciência de seus reais interesses. Assim sua não adoção revelaria a insensatez dos homens e não a inviabilidade do projeto. (SALDANHA; ANDRADE. 2011, p. 58).

A obra de Saint Pierre encontrará nos escritos de Immanuel Kant generosa acolhida. Kant aceita a ideia da “*arte do comércio*” como substituta da “*arte guerreira*” e tal qual o abade, propõe a interdependência. A diferença é que resguardadas as especificidades do contexto no qual cada um atuou, Kant

sugere a criação não de uma federação de príncipes, mas sim de uma liga mundial, ou melhor dizendo, uma federação Estados Livres.

Os povos enquanto Estados, podem considerar-se como homens singulares que, no seu estado de natureza (isto é, na independência de leis externas), se prejudicam uns aos outros, já pela sua simples coexistência e cada um, em vista de sua segurança, pode e deve exigir do outro que entre com ele numa constituição semelhante à constituição civil, na qual se possa garantir a cada um o seu direito. Isso seria uma federação de povos [...]. (Segundo artigo definitivo para a paz Perpétua).

Em a Paz Perpétua (1795)<sup>29</sup>, Kant escreve sob a perspectiva da paz enquanto resultado direto dessa organização além do uso da razão e do direito nas relações entre os Estados<sup>30</sup>.

[...] e visto que a razão, do trono do máximo poder legislativo moral condena a guerra como via jurídica e faz em contrapartida, do estado de paz um dever imediato, o qual não pode, todavia, estabelecer-se ou garantir-se sem um pacto entre os povos: - tem, pois, de existir uma federação de tipo especial, a que se pode dar o nome de federação da paz (foedus pacificum), que se distinguiria do pacto de paz (pactum pacis), uma vez que este tentaria acabar com uma guerra, ao

---

<sup>29</sup> Rholden (Op. Cit. pp. 40-41) nos informa que a motivação externa do escrito foi o Tratado de Paz assinado em 05 de abril de 1795 entre a Prússia e a França. Esse tratado revestiu-se de elevado valor simbólico, pois foi nele que a revolucionária república francesa foi pela primeira vez reconhecida na sua forma jurídica e nos limites territoriais por uma potência monárquica. Com esse tratado a Revolução Francesa, um acontecimento relevante em termos de História universal, se viu aceita pelas potências antigas nos termos do Direito Constitucional. Uma monarquia esclarecida buscava o equilíbrio com a república revolucionária. Com essa referência já se manifesta a intenção política do pequeno escrito de Kant: ele deve ligar o acontecimento histórico do tratado de paz com o impulso libertário-republicano da revolução, colocando-o em uma política mundial.

<sup>30</sup> Sobre a relação entre os Estados e o Direito na obra de Kant é importante conhecer a análise feita por Soraya Nour em sua obra "A Paz Perpétua de Kant. Filosofia do Direito Internacional e das Relações internacionais". Martins fontes, 2003. Tema que a autora também explora em artigo denominado Os cosmopolitas. Kant e os temas kantianos em relações internacionais e publicado pela Revista Contexto Internacional, vol. 25, no. 1, janeiro/junho 2003, pp. 7-46. Rio de Janeiro

passo que aquele procuraria pôr fim a todas as guerras e para sempre. Esta federação não se propõe obter o poder do Estado, mas simplesmente manter e garantir a paz de um Estado para si mesmo e, ao mesmo tempo, a dos outros Estados federados, sem que estes devam por isso (como os homens no estado de natureza) submeter-se a leis públicas e à sua coação. (Segundo artigo definitivo para a paz Perpétua).

Kant persegue não uma paz provisória, mas sim uma paz permanente<sup>31</sup>, por isso ele, como antes o fizeram Grotius e Saint-Pierre, lança mão do direito e da razão, e em sua obra procura mostrar de forma cuidadosa, primeiro como essa paz pode ser construída de forma provisória, para em seguida indicar os meios pelos quais ela pode ser estabelecida de forma permanente<sup>32</sup>. Oliveira (2007) argumenta que ele acreditava que o direito constituía um conjunto de condições capazes de tornar possível a coexistência pacífica das liberdades exteriores. Numa perspectiva republicana a decisão sobre a guerra pertence ao povo e não ao soberano. Por isso a República e suas formas jurídicas são ideais<sup>33</sup>. Em âmbito internacional a confederação de Estados seria o ambiente ideal para a realização da paz. Esse aspecto do *opúsculo* também mereceu a atenção de Rodhen (1997, pp.11-14) que conclui que a instituição da paz coincide com a fundação do próprio Estado: a fundação do Estado é um tratado de paz. Sua legislação é o ato instituidor da paz. *Pax et pactum convertuntur*.

---

<sup>31</sup> Todo esforço de reflexão de Kant tem em vista a constituição de uma paz que seja eterna, superando o armistício que segundo ele está sempre ligado a um Estado de guerra. Ver: Ghegart (1997, p. 13).

<sup>32</sup> Joám Evans Pim faz um excelente trabalho de contextualização da obra de Immanuel Kant em estudo introdutório. Ver: PIM. J. E. Para a paz perpétua / Immanuel Kant. – Estudo introdutório Tradução Bárbara Kristensen. – Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006. – (Ensaio sobre Paz e Conflitos; Vol. V).

<sup>33</sup> *A constituição fundada primeiro, segundo os princípios da liberdade dos membros de uma sociedade (enquanto homens); em segundo lugar, em conformidade com os princípios da dependência de todos em relação a uma única legislação comum (enquanto súditos); e, em terceiro lugar, segundo a lei da igualdade dos mesmos (enquanto cidadãos), é a única que deriva da ideia do contrato originário, em que se deve fundar toda legislação jurídica de um povo – é a republicana.* (Primeiro Artigo Definitivo para a Paz Perpétua).

[...] de um ponto de vista teórico essa filosofia apresenta-se como um processo de instauração progressiva do direito e, de um ponto de vista prático, como uma tarefa comprometida com cada ato de instituição do Estado. Por isso a instituição de uma paz duradoura não é apenas o objetivo último do Direito das gentes, mas é o fim terminal de toda a doutrina do direito, concernente à relação racional do homem com todo outro. (RODHEN, 1997)

Mediante os ensinamentos de Kant e seus precursores sob esses princípios ocorre o nascimento da Sociedade das Nações (SDN).<sup>34</sup> O surgimento da instituição se deu durante a Conferência de Paz e na esteira da expansão da democracia que se dará após a guerra<sup>35</sup>. Sua existência de imediato pressupõe dois aspectos a serem considerados: primeiro, a descrença

---

<sup>34</sup> O núcleo teórico do projeto de Kant está constituído pelas seguintes teses: a) a paz não é, como a guerra, um estado natural (de natureza); o estado de paz é artificial e, portanto deve ser instaurado; b) um pacto ou tratado de paz (*pactum pacis*) põe fim a uma guerra, mas não elimina a situação de guerra, o objetivo deve ser eliminar essa situação e substituí-la por uma situação de paz; c) quando os seres humanos consensuam a criação de um Estado, eliminam a possibilidade de uma guerra entre eles, pois tornam possível o Direito e se impõe a si mesmos um poder supremo (legislativo, executivo, judiciário); d) a constituição civil que os seres humanos (a que contratam originariamente) é nela que se fundam as normas jurídicas que os irá reger deve ser republicana, ou seja, deve assegurar os princípios de liberdade, de igualdade, do primado de uma legislação comum e de representação; e) todos os seres humanos que “exercem entre si influências recíprocas” devem pertencer a uma constituição civil; f) a respeito das “pessoas sujeitas a ela” uma constituição é igual para os membros de um povo (*ius civilis > staatsburgerrecht*), para os estados em suas relações mútuas (*ius gentium > volkerrecht*), e para os seres humanos e os estados em suas relações externas, “como cidadãos de um Estado universal da humanidade (*ius cosmopoliticum > weltburgerrecht*); g) um Estado é uma pessoa moral e como a razão condena a guerra, a paz é para ele um dever imediato; a organização cooperativa pacífica (*foedus pacificum*), é por sua vez um poder imediato; h) é possível que na prática um Estado se constitua no ponto de partida de uma associação federativa que se estenda através de sucessivas uniões; i) a garantia da paz perpétua emana dos desígnios da natureza; a partir e através dos seres humanos (institutos, pluralidade de idiomas e de religiões) e das relações que estabelecem (o comércio) surge à harmonia pacífica, inclusive contra a própria vontade dos protagonistas; j) a ideia racional de uma comunidade pacífica não é de índole filantrópica, mas sim jurídica; k) ainda que a garantia natural (plano secreto da natureza) nos permita vaticinar o futuro com certeza teórica, trabalhar para lograr a paz como um fim ideal e um dever moral. Cfe. RABOSSI, E. Kant e as condições da possibilidade da sociedade cosmopolita. In: RODHEN, V. (1997, p. 183).

<sup>35</sup> Aqui pensada no sentido de Rémond (1997) para quem a Primeira Guerra promoveu a derrocada final dos regimes aristocráticos, monárquicos e absolutistas, ao mesmo tempo em que se via em diversos Estados a supressão das barreiras à universalização do sufrágio, a proliferação das assembleias e parlamentos além do aperfeiçoamento das formas de representação, como aconteceu na Áustria, Grã-Bretanha, Itália e França.

nos tratados enquanto promovedores da paz; segundo, a percepção mesmo que remota ainda, de que a paz passa por um entendimento que se faz além das chancelarias.

O modo como tudo começou, o assassinato dramático do arquiduque e sua esposa num afã nacionalista, as dimensões tomadas pelo conflito haviam provado a ineficácia dos acordos. Todos tiveram a chance de conhecer o poder de guerra seu e do outro.

[...] Considerando que, para desenvolver a cooperação entre as Nações e para lhes garantir a paz e a segurança, importa: aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra; manter claramente relações internacionais fundadas sobre a justiça e a honra; observar rigorosamente as prescrições do Direito Internacional, reconhecidas de ora em diante com regra de conduta efetiva dos Governos; fazer reinar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos Tratados nas relações mútuas dos povos organizados; adotam o presente Pacto que institui a Sociedade das Nações. (Pacto da Sociedade das Nações, 1919).

A extensa bibliografia<sup>36</sup> que trata da Sociedade das Nações (SDN) atribui a Woodron Wilson dos Estados Unidos, uma parcela significativa de responsabilidade pelo surgimento da instituição, visto que ela é sugerida em meio a um conjunto de procedimentos listados por ele, na pretensão de modernizar e aperfeiçoar as práticas no campo das relações entre os Estados,

---

<sup>36</sup> Vale a pena ler: BERTONHA, J. F. A primeira guerra mundial: o conflito que mudou o mundo (1914-1918). Paraná: EDUEM, 2011. MAZZUCHELLI, F. Os Anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras. Campinas: UNESP, 2009. MESQUITA, J. A guerra: (1914 - 1918). São Paulo: Terceiro Nome, 2002. JANOTTI, M.L. A primeira guerra mundial: O confronto de imperialismos. São Paulo: Atual, (Historia geral em documentos). FILHO, D. A. R.; FERREIRA, J.; Zenha, C. (orgs.). O Século XX, o tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. HOBBSAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. LEVI, P.É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1988. PAXTON, R. O. Anatomia do fascismo. São Paulo Paz e Terra, 2007. Dentre outros.

tornando-as mais condizentes com a realidade do período. São os chamados *Quatorze pontos de Wilson*<sup>37</sup>:

Em seu discurso de paz, Wilson repudia os acordos secretos, as políticas de poder (*Realpolitik*), e o sistema de aliança, como sendo os reais causadores do conflito. Sua declaração nos permite entrever que sobre as ruínas das práticas de política internacional que haviam originado a guerra, emergia e ganhava força o pensamento de uma sociedade onde as soluções de forças e a diplomacia secreta, sucumbissem frente às alegações de direito. Para além de todo seu aspecto nefasto, a guerra havia servido para a devida revisão das ações e formas de relacionamento entre nações, forçando o ajuste do sistema às insurgências do contexto.

---

<sup>37</sup> I) Inaugurar pactos de paz, depois dos quais não deverá haver acordos diplomáticos secretos, mas sim diplomacia franca e sob os olhos públicos; II) Liberdade absoluta de navegação nos mares e águas fora do território nacional, tanto na paz quanto na guerra, com exceção dos mares fechados completamente ou em parte por ação internacional em cumprimento de pactos internacionais; III) Abolição, na medida do possível, de todas as barreiras econômicas entre os países e o estabelecimento de uma igualdade das condições de comércio entre todas as nações que consentem com a paz e com a associação multilateral; IV) Garantias adequadas da redução dos armamentos nacionais até o menor nível necessário para garantir a segurança nacional; V) Um reajuste livre, aberto e absolutamente imparcial da política colonialista, baseado na observação estrita do princípio de que a soberania dos interesses das populações colonizadas deve ter o mesmo peso dos pedidos equiparáveis das nações colonizadoras; VI) Retirada dos Exércitos do território russo e solução de todas as questões envolvendo a Rússia, visando assegurar melhor cooperação com outras nações do mundo. O tratamento dispensado à Rússia por suas nações irmãs será o teste de sua boa vontade, da compreensão de suas necessidades como distintas de seus próprios interesses e de sua simpatia inteligente e altruísta; VII) Bélgica, o mundo inteiro concordará, precisa ser restaurada, sem qualquer tentativa de limitar sua soberania a qual ela tem direito assim como as outras nações livres; VIII) Todo território francês deve ser libertado e as partes invadidas restauradas. O mal feito à França pela Prússia, em 1871, na questão da Alsácia e Lorena, deve ser desfeito para que a paz possa ser garantida mais uma vez, no interesse de todos; XIX) Reajuste das fronteiras italianas, respeitando linhas reconhecidas de nacionalidade; X) Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria, cujo lugar entre as nações queremos ver assegurado e salvaguardado; XI) Retirada das tropas estrangeiras da Romênia, da Sérvia e de Montenegro, restauração dos territórios invadidos e o direito de acesso ao mar para a Sérvia; XII) Reconhecimento da autonomia da parte da Turquia dentro do Império Otomano e a abertura permanente do estreito de Dardanelos como passagem livre aos navios e ao comércio de todas as nações, sob garantias internacionais; XIII) Independência da Polônia, incluindo os territórios habitados por população polonesa, que devem ter acesso seguro e livre ao mar; XIV) Criação de uma associação geral sob pactos específicos para o propósito de fornecer garantias mútuas de independência política e integridade territorial dos grandes e pequenos Estados.

Sob a luz do pensamento kantiano, a proposta de Woodrow Wilson ao mesmo tempo em que faz-nos notar o significativo deslocamento de ideias que ocorre nesse momento - onde se projeta um organismo capaz de aglutinar as aspirações e interesses de todas as nações, capaz de reajustar as formas de relacionamento, que passariam a ser baseadas na democracia e no direito<sup>38</sup>, também reflete a intenção de se fazer imperar no cenário internacional um modelo de relação pautado nos princípios do idealismo<sup>39</sup>.

Mas eis que sobreveio o fracasso. As consequências dos anos de guerra haviam extrapolado as fronteiras de decisão das redes diplomáticas. No interior das nações construíram situações que permitiram a emergência de ideologias que desafiavam as tradicionais formas de condução estatal. É caso do comunismo e também do fascismo. Ambos fora da esfera de poder diplomático e sob a égide do poder popular, tal qual a democracia. Talvez, por conta dessa similitude, ambos fincaram raízes e floresceram no seio de sociedades fragilizadas, descrentes nos regimes políticos e ansiosas por um caminho que levasse à paz e prosperidade. A teoria idealista tem, dessa forma, a sua frente

---

<sup>38</sup> Uma das principais heranças do pensamento kantiano é a premissa mais importante do modelo de realização da paz num sistema internacional deve ser vista na constituição democrática dos sistemas de dominação dos países membros. Sobre essa questão ver: CZEMPIEL, E. O teorema de Kant e a discussão atual sobre a relação entre democracia e paz. In: RODHEN (1997, pp. 121-142).

<sup>39</sup> A corrente idealista das Relações Internacionais, da qual o qual o vigésimo oitavo presidente dos Estados Unidos da América, Woodrow Wilson é um dos principais representantes, é derivada do pensamento iluminista e propõe que os parâmetros jurídicos sejam o sustentáculo das relações entre os Estados. Baseada na teoria de Immanuel Kant ela defende o uso da racionalidade, do Direito e do diálogo para a superação do estado de selvageria que conduz à guerra. A influência do pensamento de Kant é verificável quando se conhece os artigos preliminares propostos no opúsculo e pelos quais ele relaciona as ações que impedem a efetivação da paz: a) *o acordo de paz apenas condicionado*; b) *a destruição da soberania estatal*; c) *a existência de exércitos permanentes*; d) *o endividamento com relação a conflitos externos*; e) *intervenções violentas*; f) *modo desleal de fazer guerra*. Viena (1977, pp. 78-98) oferece importante contribuição para o deslindamento dessa questão ao publicizar sua análise sobre como os artigos preliminares de Kant foram extraídos do princípio do direito e da lesão, tendo, por conseguinte, seu fundamento numa lei racional a priori e constituindo um todo sistemático.

inimigos de grande poder, que de certa maneira abreviam a vida ativa da sociedade das nações por impedir sua eficácia.

O certo é que os mecanismos de contenção não funcionaram e se instala uma nova conflagração, ainda mais devastadora e cruel. Se por um lado a diplomacia, consubstanciada na Sociedade das Nações fazia sua parte - as fronteiras foram reorganizadas, os culpados foram identificados e penalizados, as políticas de desarmamento foram levadas a efeito, instituições internacionais de regulação foram criadas, a guerra foi considerada ilegal<sup>40</sup>. Por outro, a destruição econômica, os conflitos étnicos com suas rivalidades latentes e seculares, a dificuldade em conseguir o reconhecimento, por parte de alguns Estados, além é claro da grave situação econômica da Alemanha que amargava uma inflação galopante e todas as suas consequências, haviam trazido situações que escapavam ao controle da diplomacia, pois tinham um forte apelo psicológico que desnudava o sistema e impulsionava a busca por alternativas.

E assim, com extrema voracidade e Segunda Guerra dragou a todos em sua espiral de violência, destruição e morte. Aqueles que a ela sobreviveram por certo foram tomados pela incredulidade ante o acontecido. Finda a Guerra, novamente, o esforço de reconstrução, novamente tem-se lugar as negociações que reorganizam as fronteiras, que apontam culpados e a eles são imputadas penalidades. Novamente a Alemanha, agora ladeada pela Itália e o Japão.

---

<sup>40</sup> A Sociedade das Nações avançou os anos 20 e 30 exercendo seu papel com certa eficiência. Foi um período rico em discussões, com destaque para as grandes conferências e a busca por entendimento diplomático. É nesse clima que nasce o Pacto Briand-Kellog, fruto de um consenso que coloca a guerra na ilegalidade.



Mas o projeto kantiano não foi abandonado, pelo contrário, a ideia de uma entidade vigilante se fortaleceu mediante a análise dos fatores que haviam levado à eclosão de um novo confronto.

A experiência demonstrava a necessidade de aperfeiçoamento frente aos novos aprendizados. Que era preciso agir de forma mais contundente e ampliar as dimensões da busca pela paz. Nessa perspectiva a Sociedade das Nações não sucumbe frente ao surgimento de uma nova instituição - a Organização das Nações Unidas (ONU), criada nos Estados Unidos no ano de 1945, sob a concordância de cinquenta e um países signatários. Diversamente, a ONU seria o resultado do alargamento do olhar que visualiza elementos no contexto a potencializar as discordâncias que levam aos conflitos, tais como a questão do imperialismo, a diversidade cultural, os nacionalismos, a emergência dos socialismos etc. Visto desse ângulo, a ineficácia da Liga se deve a um descompasso entre as suas ações e as novas manifestações do contexto que a tornavam ineficiente frente a dinamicidade das mudanças.

Para além dos acordos e regulações políticas, diplomáticas, econômicas e de direito, ao se autoquestionar, a classe científica acena com a impossibilidade de ela própria ser desconsiderada quando o assunto é manutenção da paz mundial. A SDN durante sua existência procedeu de acordo com tudo aquilo que justificava o seu nascimento, e que se resumia basicamente em desenvolver a cooperação entre as nações; garantir-lhes a paz e a segurança; manter relações internacionais baseados na justiça e na honra; observar rigorosamente as prescrições do direito internacional; fazer reinar a justiça; respeitar os tratados nas relações mútuas dos povos organizados; garantir a proteção das minorias nacionais; promover a

cooperação econômica, financeira, social e cultural entre as nações. No entanto tais ações estavam longe de contemplar todos os aspectos que interferiam no intervalo compreendido entre a paz e a guerra.

O nascimento da ONU liga-se então ao redimensionamento do campo de atuação da entidade responsável pela salvaguarda das boas relações entre os estados nacionais. Em sua primeira assembleia geral ocorrida em Londres no ano seguinte ao da sua fundação, a confirmação de seus propósitos definidos na Conferencia de São Francisco, dão-nos prova desse reposicionamento:

[...] Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e ser um centro destinado a harmonizar a ação das Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo. (Carta de São Francisco, 1945, p. 5-6).

Longeva, visto que permanece atuante até os dias de hoje, a ONU ao mesmo tempo em que herdava os princípios essenciais de promoção de uma paz permanente que mantinham a Sociedade das Nações, também dela se diferia ao se responsabilizar pela criação de um consenso bem mais profundo entre os Estados. Nesse assentimento deveria obrigatoriamente constar não somente a natureza da paz que se queria construir, mas principalmente os meios a serem utilizados para se chegar a ela. A experiência já havia demonstrado que as relações internacionais não se faziam apenas de

diplomacia, tratados e noções de direitos, mas era imprescindível levar em conta que os Estados em primeira instância representavam povos, eram aglutinadores dos desejos, anseios, medos, conceitos e preconceitos de pessoas. Nenhum ato a favor da paz obteria êxito sem que houvesse o devido conhecimento e reconhecimento das inúmeras variantes que este aspecto da política e relações humanas acarretava. Nas palavras de Jacques Vernant:

[...] agora mais do que nunca podemos falar em sociedade internacional. Não mais como no século XVIII, mas de um mundo de conexões entre governos e pessoas. As relações são mais estreitas e numerosas do que nunca. Malgrado as aparências, as fronteiras nacionais não são barreiras intransponíveis<sup>41</sup>.

A observância dessa especificidade deu à nova entidade o caráter de uma organização, cujo corpo foi se estruturando aos poucos.

Para evitar o letal engessamento e poder agir de maneira mais efetiva junto às nações e suas populações, ao longo dos anos agências especializadas foram sendo criadas em consonância com as necessidades de cada conjuntura. Dentre elas uma das primeiras e mais estratégicas foi a Unesco, que iniciou o ano de 1949 empenhada em manter pelos próximos anos um projeto, ao mesmo tempo idealista e realista de sustento da paz.

---

<sup>41</sup> UNESCO. Boletim Internacional das Ciências Sociais. V. 2, nº 1. Paris, 1950

## CAPÍTULO II

### O PROJETO DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA

#### 2. A participação das Ciências Sociais

Pouco antes da fundação da ONU, nos idos de 1944, a *Livraria-Editora Casa do Estudante do Brasil* promoveu uma série de conferências com objetivo de conhecer e dar publicidade ao pensamento de reconhecidos intelectuais brasileiros do período, no que tange a conjuntura pós-guerras. O professor Arthur Ramos em atendimento ao convite da editora, proferiu a conferência denominada “*As Ciências Sociais e os problemas de após-guerra*”,<sup>42</sup> nela tecendo argumentos que em certa medida imputavam às Ciências Sociais uma significativa parcela de culpa pela ocorrência da guerra. No seu ponto de vista a Sociologia e a Antropologia ao darem suporte ao imperialismo e às mais diversas formas de exploração humana, contribuíram para o estado de hostilidade entre nações gerando conflitos sem precedentes.

[...] O século XIX trouxe-nos assim um conceito de progresso, regido pelos princípios de determinismo. O império inglês atingira ao auge das suas conquistas. O antropólogo da boa época vitoriana colocava-se no topo de uma escala de valores, que começava com os povos “bárbaros” e “selvagens” do imenso império. [...] Estranha aquela concepção de progresso que encerrava em seu bojo elementos de destruição. (RAMOS, 1944, p.2).

Para ele, o conceito de progresso então regido pelos princípios do determinismo – obra dos estudos sociais, que bem comprazia aos desejos de

---

<sup>42</sup> A conferência aconteceu no salão de Conferencias da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores no dia 27 de abril de 1944.

dominação e expansão dos europeus, criava não apenas os estereótipos, mas também as atitudes do homem julgado civilizado, que passou a desmoralizar os demais grupos humanos. Acepção fundamentada nos modos de aplicação de teorias de análise dos fenômenos sociais

Uma das consequências do acelerado desenvolvimento da indústria europeia no século XIX, sob uma perspectiva econômica foi a acumulação de excedentes nascida da incongruência entre o crescimento do consumo e o ritmo de produção industrial. Muitas foram as empresas que tiveram que fechar suas portas por conta da não absorção dessa superprodução pelos consumidores europeus.

As empresas sobreviventes passaram então a disputar o mercado, e a produção passou às mãos de um pequeno grupo de organizações que logo constituíram monopólios e oligopólios associados ao sistema bancário. Essa ligação com os bancos aliada às dificuldades de liberação dos estoques levou ao endividamento generalizado. A solução passou a residir então na extrapolação das fronteiras da Europa para garantir a sobrevivência de bancos e organizações.

Nessa conjuntura, os demais continentes, em especial a América Latina, a África e a Ásia passaram a categoria de fornecedores de mão-de-obra, matéria-prima e consumidores, caracterizando o que se denominou imperialismo. Por outro lado manter práticas comerciais e industriais em outro continente significava também entrar em contato com sociedades organizadas sob princípios às vezes bastante diferentes dos europeus. Essa disparidade tornou-se algo a ser superado tendo em vista o êxito do exercício capitalista e suas formas de racionalização (COSTA, 2005). É nesse ponto que os

interesses econômicos apoiam-se em justificativas científicas que emprestam às suas ações um sentido de missão civilizatória, na qual a Europa, antes de tudo, estava a guiar povos *selvagens* dos demais continentes rumo à civilização.

O *Evolucionismo* dava o embasamento teórico para esse procedimento, uma vez que defendia a existência de uma escala de desenvolvimento, onde as civilizações eram ajustadas numa classificação que ia das mais atrasadas e simples às mais complexas e adiantadas. No topo da classificação, constava a civilização europeia, então modelo de civilização a ser seguido. Guiar povos como os africanos, rumo à civilização era então um ato de boa vontade e solidariedade. Forma de abordagem que no decorrer do processo acabou por legitimar muitos excessos e formas exploração.

Cultura e “civilização” são palavras a um só tempo descritivas, (como civilização asteca) e normativa: denotam o que é, mas também o que deve ser (...). O fato de, em especial ao longo do século XIX a palavra ter adquirido uma conotação imperialista (era um mote que justificava a conquista e a exploração de outros povos), contribuiu para a virada de sentido. (CEVASCO 2012, p.10).

Um novo tratamento para a relação entre as diferentes sociedades foi dado pelos defensores de uma nova formulação teórica a que se chamou *funcionalismo*. Para os funcionalistas<sup>43</sup> era um erro comparar sociedades. O

---

<sup>43</sup> Para Cristina Costa (2005, p. 147) “as contribuições do funcionalismo ao desenvolvimento da antropologia são inquestionáveis. Foram eles que primeiro deram as costas à Europa e ao evolucionismo para estudar o mundo não-europeu como uma realidade de igual qualidade e capaz de ser entendida em si mesma. Foram eles que desenvolveram um método científico eficiente – e ao mesmo tempo responsável – de estudo das diferentes culturas”. Esse rompimento foi essencial para o desenvolvimento de abordagens que hoje levam em conta a diversidade cultural.

correto seria que cada uma fosse analisada de forma particular e isolada. Dito dessa maneira, no entendimento e interpretação das sociedades, o funcionalismo desqualificava o evolucionismo enquanto abordagem válida.

No entanto, a nova forma de abordagem não significava o esvaziamento da prática imperialista, que necessariamente não precisava deixar de existir, mas sim atuar de forma mais “conciliadora”.

Os funcionalistas não consideravam as sociedades não capitalistas atrasadas, mas ainda as julgavam diferentes. Não se opunham às mudanças sociais, mas apoiavam o princípio de “administração indireta” - o colonialismo em colaboração com as elites nativas – como guias dessas mudanças, defendendo uma transformação lenta e bem dosada que preservasse as sociedades dos efeitos destrutivos da ação colonialista. (CEVASCO, 2012. p. 146).

Se por um lado essas fórmulas explicativas obtiveram como consequência o racismo, a escravidão e o imperialismo, por outro, quando boa parte da humanidade se viu discriminada, desumanizada e marginalizada, a reação veio, mesmo que de forma lenta. Sendo o nacionalismo um dos principais exemplos de sintetização dessa reação.

Ainda segundo Arthur Ramos, o início conturbado do século XX, mostrou às Ciências Sociais a face tenebrosa dos seus equívocos, de forma que logo proliferaram discursos de indeterminismo e relativismo que invadiram até mesmo o campo das Ciências Físicas. No seu entender nesse momento,

(...) as Ciências Sociais transformam de maneira decisiva seus métodos, procurando abandonar suas ambiciosas vistas de filosofia social para se tornarem modestamente, a pesquisa

objetiva dos fatos com métodos rigorosos e exatos. (RAMOS, 1947, p. 08).

Sob essa noção de rigor intelectual, segundo ele, serão empreendidos os estudos das relações do homem com a natureza, do homem com a sociedade, do homem com a cultura<sup>44</sup>.

A exposição de Arthur Ramos<sup>45</sup> se desenvolve no sentido de comprometer os estudos sociais com a reorganização do mundo no pós-guerra, tendo em vista dois aspectos, primeiro - sua participação na construção ideológica que auxiliou na precipitação do conflito, e em segundo lugar, mas não menos importante, a responsabilidade dos homens de ciência para com os eventos mundiais.

Apesar dos dissensos, ao criar sínteses interpretativas da sociedade os cientistas sociais promovem a interação entre ciência e política gerando uma forma de pesquisa cujos resultados podem ser utilizados de acordo com

---

<sup>44</sup> O início do século XX é marcado pela consolidação do caráter científico das ciências sociais. Primeiro Auguste Comte e depois Émile Durkheim constroem desde o século XIX discursos teóricos que defendem a necessidade da aplicação de métodos – rigorosos para Comte e próprios para Durkheim - de análise da Sociologia para o entendimento da sociedade moderna.

<sup>45</sup> Arthur Ramos ancora-se nos escritos do cientista Irlandês J.D Bernal. Falecido nos anos 70. Durante os primeiros anos do século XX, Bernal dedicou-se a estudos que priorizavam a função social da ciência. Dentre suas obras destacam-se no período: *The World, the Flesh & the Devil: An Enquiry in to the Future of the Three Enemies of the Rational Soul* (1929) *Aspects of Dialectical Materialism* (1934) with E. F. Carr, Ralph Fox, Hyman Levy, John Macmurray, R. Page Arnot *The Social Function of Science* (1939) *Science and the Humanities* (1946) (panfleto) *The Freedom of Necessity* (1949) *The Physical Basis of Life* (1951). *Marx and Science* (1952) *Marxism Today Series No.9 Science and Industry in the Nineteenth Century* (1953) *Science in History* (1954) que consta de quatro volumes: *The Emergence of Science; The Scientific and Industrial Revolutions; The Natural Sciences in Our Time; The Social Sciences: Conclusions World without War* (1958). E também nas ideias de outro marxista V. F Calverton fundador e editor do *Modern Quarterly*, uma revista marxista independente, que em *Modern Anthropology and the Theory of cultural compulsives* (1931), discorre acerca as forças sociais de um meio ou de uma época que vão influir na formulação de todas as doutrinas e interpretações da sociedade e da cultura. [...] como a sociedade tem sido constituída em classes e castas, e como a cultura não é única, mas multiforme, cada interpretação dos fatos sociais sofre a influencia do grupo social e do grupo de cultura. (RAMOS, 1947, pp. 14-15).



interesses que nem sempre eram despretensiosos, e é disso que trata Ramos ao relacionar aos estudos sociais com a guerra e o imperialismo.

Ressalvadas as posições contrárias ao pensamento de Arthur Ramos, no âmbito dessa tese, o que nos importa de suas colocações é poder perceber que o pós-guerra também é transpassado por uma forte discussão acerca do papel desempenhado pelas ciências - destaque aqui para as sociais; antes, durante e depois das conflagrações<sup>46</sup>.

Ensina-nos Sell (2013) que a investigação sociológica constitui um dos meios pelo qual a modernidade tomou consciência de si mesma. Eventos histórico-sociais como a revolução industrial, a revolução francesa ou mesmo a Revolução científica trouxeram transformações que abalaram as estruturas da sociedade de forma profunda e determinante. Tais acontecimentos provocaram o estabelecimento de novas formas de se relacionar economicamente, de organizar a política e influenciaram na construção de diferentes concepções e representações culturais.

O nascimento das Ciências Sociais liga-se a essas ocorrências que alteraram o contexto social, demandando formas explicativas que dessem conta da nova sociedade que delas emergia. *“A sociologia nasceu da constatação de que a ordem social moderna desorganizou as formas de convívio social, gerando problemas novos que reclamavam interpretações e soluções inovadoras”*, (SELL. 2013, p.12). A acomodação dos novos conceitos e das novas percepções não se deu sem conflito e adversidade. O que nos

---

<sup>46</sup> A UNESCO organizou de 16 a 21 de dezembro de 1957 em Munique, uma reunião de especialistas em Ciência Política, onde se discutiu um programa de estudos sobre a contribuição das Ciências Sociais para a cooperação pacífica. (Crônica da UNESCO 1958, v. 4, n.05).

permite concordar com Robert Nisbet (Apud SELL, 2013) quando este afirma que a Sociologia é uma “*ciência de crise*”.

Nisbet (Apud SELL, 2013), em seus estudos sobre as origens do pensamento sociológico, identifica a procura por uma nova harmonia social como sendo o principal objetivo dos conceitos fundadores da sociologia clássica. O trabalho de intelectuais como Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx ou Max Weber, deu o método, a sistematização, e as bases teóricas necessárias à elevação da disciplina a um patamar científico. Uma consolidação que se dá na mesma medida em que acontece a superação da filosofia política enquanto campo privilegiado dos estudos interpretativos das questões sociais.

Ao aplicar princípios da ciência ao estudo dos fenômenos sociais, os intelectuais mudaram a maneira de explicar a própria vida social. Na visão dos fundadores da sociologia, os fenômenos que caracterizam a modernidade, seja no aspecto econômico, político ou cultural, não podiam mais ser explicados a partir de uma visão filosófica do mundo. Sustentavam que era preciso partir do método experimental e da observação da realidade empírica (NISBET, apud SELL, 2013. p.18).

A ampla participação das Ciências Sociais no desenvolvimento do Projeto denota as escolhas teórico-metodológicas feitas durante sua idealização. Ao priorizar as relações humanas e os estudos dos fatos sociais no entendimento da conjuntura manifesta-se a certeza de que o temor, a depreciação, a desconfiança e a agressividade, eram tomados enquanto atitudes que se explicam em última instância por uma falta de equilíbrio social. Daí a importância dos estudos proporcionados pela Sociologia.

As ciências exatas podem manifestar o poder que confere ao homem o domínio sobre as forças naturais. Em troca, as Ciências Sociais lhe fazem sentir até que ponto esse poder é vão – inclusive perigoso, se a inteligência e o sentido moral não lograssem articula-lo com uma organização política e social fundada na harmonia e na justiça. O drama de nosso tempo procede em grande parte de que não tem cessado de acentuar-se a separação entre as técnicas da natureza, em contínuo progresso, e as modalidades da vida coletiva, que apenas vemos melhorar. Daí a importância que tem o estudo científico dos fatos sociais<sup>47</sup>.

A obtenção de tão necessário equilíbrio viria então da associação de especialistas convocados para criar uma política de paz pautada na racionalidade fundada em estudos e nas investigações dos fatores deflagradores de tensão, que por vezes culminavam em conflitos bélicos. Uma percepção que já existia mesmo antes da efetivação do projeto em 1947. A Unesco, logo após sua fundação, com base nos trabalhos das Ciências Sociais já fomentava pesquisas sobre o nacionalismo, estilos de vida, representações estereotipadas das características nacionais, problemas demográficos ligados à assimilação de imigrantes e o sentido de comunidade nas indústrias.

Um bom exemplo da importância dada às Ciências Sociais e Humanas nas ações da Unesco, é quando em Bruxelas (1949) o *Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas* foi chamado a desempenhar um papel comparável ao do Conselho Internacional de Uniões Científicas no Domínio das Ciências exatas, Físicoquímicas e Naturais. *“Todo esforço por organizar a solidariedade espiritual da humanidade que não tiver em conta o fato cultural e*

---

<sup>47</sup> Texto lido por Jaime Torres Bodet, então diretor geral da UNESCO frente à comissão nacional italiana da UNESCO em Roma no dia 19 de abril de 1950, a convite do governo italiano. No seu discurso ele fez uma síntese das atividades, métodos e resultados que caracterizavam as atividades da Organização.

*a diversidade de que é testemunho careceria de realismo”* (UNESCO, Projeto Tensões, 1949, p.10), assim dizia o relator.

As vicissitudes do cenário social da primeira metade do século XX, extremamente traumáticas, por conta da emergência de duas guerras mundiais em tão curto intervalo de tempo, demonstram que além dos aspectos econômicos e políticos, os sociais também agiam como deflagradores das contendas. A compreensão das forças que levaram a tais acontecimentos – um dos objetivos do *Projeto Tensões*, exigia um ângulo de visão e análise mais abrangente, dada as muitas complexidades da questão.

Até a Segunda Guerra Mundial as questões da desigualdade econômica eram assunto a resolvido mediante o ponto de vista do comércio internacional ou pelo estudo das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As Ciências Sociais fornecem uma contribuição mais generalizante dos problemas relativos ao desenvolvimento ao se debruçar sobre novas tendências de investigação, obrigada que foi pela guerra a se reestruturar muito rapidamente, permitindo

[...] conhecer melhor a diversidade de situações em seu ponto de partida: economias estacionárias e economias que tem tido crescimento; obstáculos ao progresso de caráter técnico e geográfico, econômico, sociais, culturais e humanos (inadaptação à conduta, barreiras institucionais, ausência do espírito de empresa, falta de impulso na formação técnica e cultural [...]) (Crônica da Unesco, v.5, n.11, 1959).

O diferencial que a Sociologia emprestava ao projeto era o de um novo olhar sobre os temas da vida em sociedade. Uma percepção que ampliava as possibilidades de resposta para as questões humanas na sua interação em sociedade. E é essa nova proposta explicativa que permeará o *projeto tensões*,

e lhe confere um sentido muito específico de ligação entre as abordagens teóricas da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia social com as discussões sobre a guerra, a paz e as relações sociais.

## 2.1. A investigação psicológica

Da mesma forma que a Sociologia, a História ou a Antropologia, a Psicologia enquanto disciplina científica passava por um intenso processo de reestruturação e redimensionamento de seus métodos, sua função e aplicabilidade durante as primeiras décadas do século XX.

Em 1908 duas obras sugerem esse movimento e fundam a Psicologia Social - *Introdução à Psicologia Social* de William McDogall, no qual este apresenta a proposta de explicar o comportamento social humano por meio da análise de seus instintos. E *Psicologia Social: uma resenha e um livro de texto* de Edward Ross.

Nos anos 20, o americano Floyd Allport se destaca por defender que o grupo é um dos muitos estímulos que provenientes do meio social exercem influência sobre o indivíduo. Foi quando a Psicologia Social Psicológica estabeleceu-se como tendência predominante nos Estados Unidos sob a influência do Behaviorismo. Para Allport, a Psicologia Social era uma disciplina experimental, objetiva e com foco principal no indivíduo. A conclusão era que os grupos constroem normas que governam o julgamento dos indivíduos e que estas existem à revelia dos membros. (FERREIRA, 2010 apud FRANZOI, 2007)

Na passagem para os anos 30, estudos sobre a medida das atitudes, dinâmica de grupo, dinâmica interpessoal, além dos estudos sobre opinião pública, técnicas de amostragem de população, técnicas de observação do comportamento social, em especial a análise dos processos interacionais

relacionam-se com as expectativas dos psicólogos sociais de não somente identificar os estímulos sociais, mas de também os poder manipular.

Solomon Asch em 1946, sob os princípios da Gestalt concluiu que as informações sobre as características pessoais do outro podem ser modificadas mediante novas informações que provocam a reorganização mental acerca do modo de concebê-lo. Em outros termos, toda informação recebida afeta a impressão, que acaba por se reconstruir.

Entre os anos 50 e 60 a ênfase recai sobre a adequação de indivíduos às normas de grupos, questionando por quais motivos esses assim permanecem fiéis a ela, mesmo às julgando incorretas. Tal comportamento é denotativo de uma forte relação de obediência e autoridade.

A Psicologia social psicológica segundo definição feita por Allport (1954) procura explicar os sentimentos, pensamentos e comportamentos dos indivíduos na presença real ou imaginada de outras pessoas. Já a Psicologia social sociológica segundo ele tem como foco o estudo da experiência social que o indivíduo adquire a partir da sua participação nos diferentes grupos sociais nos quais convive. Em outras palavras, os psicólogos sociais da primeira vertente tendem a enfatizar principalmente os processos intraindividuais responsáveis pelo modo pelo qual os indivíduos respondem aos estímulos sociais, enquanto os últimos tendem a privilegiar os fenômenos que emergem dos diferentes grupos e sociedades (ALLPORT, 1954, p.52).

De todo modo, tanto a Psicologia Social Psicológica quanto a Psicologia Social Sociológica oferecem ao projeto tensões a possibilidade de examinar, entender e intervir sobre atitudes e comportamentos.

Importante esclarecer também que os idealizadores do projeto tensões eram orientados por uma perspectiva utilitária da Psicologia - características norte-americana que em certa medida também se ligava ao positivismo ao vincular suas análises à apresentação de soluções para os problemas sociais.

Ainda nessa linha de pesquisa, a problemática dos estereótipos nacionais foi pensada com a intenção de verificar a ideia que crianças e adultos tem acerca do seu e dos demais países. Esses estudos que deveriam priorizar os aspectos psicológicos ficaram a cargo de figuras importantes do cenário intelectual, como:

As atitudes psicológicas dos jovens e dos adultos da Bélgica e de Luxemburgo a respeito do conceito de “Benelux”, pelo professor P. de Bie, da Universidade Católica de Louvain.

A concepção que fazem as crianças suíças de sua pátria e dos países estrangeiros, pelo professor Jean Piaget de Genebra.

As ideias dos estudantes da universidade libanesa sobre o mundo árabe e sobre outros países, por Stephen Ronart da Universidade Americana de Beirute.

As concepções todas feitas conforme as raças e as nacionalidades entre estudantes britânicos, e as consequência da relações pessoais com mestres de raças ou nacionalidades estrangeiras, por H.E.O, James, do “London Institute of Education”

As atitudes dos ingleses para com os americanos, por Milton d. Graham, da London School of Economic. (UNESCO. Estudos de Tensões, 1949).

Tendo em vista a experiência traumática e recente com os fascismos, desde o inicio do projeto esforços foram feitos para compreender as questões que envolvem o surgimento e o desenvolvimento do que nas linhas do projeto se chamou “*nacionalismo agressivo*”. Tarefa que ficou a cargo do *Conselho Internacional de Psicologia e estudos humanísticos*.



As análises psicológicas permearam todo o projeto, sugerindo uma tendência embutida para interpretar certos atos dos outros como uma indicação de intenções agressivas, podendo estar mais perto de uma predisposição a projetar sobre o outro a sua própria combatividade inconsciente, medo ou desinteresse. Sentimentos, que remontado a infância ou o meio familiar não possuindo originalmente nenhuma relação com as relações internacionais. De posse dessa percepção que se torna uma constatação tornava-se possível empreender uma análise da personalidade capaz de verificar a hipótese de uma substituição afetiva, considerada como sendo o único meio de satisfazer os instintos. Esses estudos exigiriam a utilização de trabalhos históricos de caráter biográfico ou autobiográfico, testes escritos, ou amplas pesquisas de sondagem de opinião pública, textos oficiais, estatísticas econômicas, demográficas etc.(UNESCO, Estudo de tensões,1947).

Centrado nas atitudes mentais individuais e coletivas e das condições próprias a modificar em favor da paz, no campo da psicologia o projeto provocou as seguintes pesquisas: “estudos da cultura nacional (traços característicos, sistemas jurídicos) sobre os estereótipos nacionais, sobre as influencias que predispõe tanto a compreensão internacional quanto ao nacionalismo agressivo, sobre a assimilação cultural dos imigrantes, sobre o papel da tecnologia moderna na formação das atitudes coletivas e nas relações entre os povos. Sobre os métodos modernos que permitem modificar as atitudes mentais.

Nas reuniões internacionais, realizadas para avaliar a condução do projeto agruparam-se especialistas, psicólogos, sociólogos, antropólogos e, para pensar sobre o termo “tensões” três níveis de tensão foram definidas:

- 1) A do interior do individuo
- 2) A do interior do grupo ou da nação
- 3) Entre nações

Em 1951 duas obras *Etats de tension et compréhension internationale e Tensions et conflits* do professor O. Klineberg, juntamente com as contribuições de A. Szalai – *As transformações da sociedade e as tensões sociais*; *La représentation du futur em son role* de W. Allport, *Tensions entre individus et tensions internationales* de H. S Sullivan, *La conction dês convictions ideologiques* de A. Naess, foram a síntese de três anos de trabalho e de reflexão sobre o sujeito e sua relação com a paz.

O diálogo entre psicólogos e sociólogos, os primeiros interpretando as tensões a partir das reações dos indivíduos. Os segundos a partir das instituições criadas pelos indivíduos é perceptível e fecundo. A enumeração de algumas obras nascidas em seu interior nos indica algo sobre a evolução e o conteúdo das pesquisas.

Dentro dos trabalhos sobre as causas da tensão no interior dos grupos sociais de um mesmo país é sobre as maneiras de reagir a respeito do progresso social, citarei a obra de Margaret Mead – *Sociétés, traditions et technologie*, publicado em 1953, que reúne uma série de estudos conduzidos no interior de pequenas comunidades étnicas claramente diferentes (na Grécia, na Nigéria, na Birmânia, no novo México, na nova guine) a fim de determinar as condições mais favoráveis a uma intervenção visando o melhoramento das condições de vida existentes. A obra insiste sobre a necessidade de assegurar

a participação ativa dos membros da comunidade vista, a toda iniciativa suscetível de perturbar – em algum sentido, os hábitos do grupo.

Em outra parte os estudos atentaram para a relação cultura/transformação técnica. Com especial atenção para os usos dos saberes técnicos em regiões consideradas insuficientemente desenvolvidas. Neste caso a Federação Mundial de Saúde Mental ficou encarregada de preparar um manual expondo em linhas gerais alguns dos principais problemas colocados pela adaptação das diferentes culturas às transformações técnicas.

Com base na possibilidade de modificação das atitudes humanas por meio da socialização e do conhecimento, no âmbito do *Projeto Tensões* também foram levados a efeito diversos trabalhos que tinham como objetivo mapear e analisar comportamentos e atitudes. Nessa linha encontramos uma série de temas de estudo abaixo listada<sup>48</sup>:

a) *A socialização da criança*: Dirigido pelo francês Georges Friedmann, o grupo de pesquisa em Psicologia Social, no Centro de Estudos Sociológicos de Paris, investigou a influência das relações interpessoais, a formação de grupos, atitudes coletivas, o ambiente familiar, educação formal, e outros fatores presentes na socialização da criança.

b) *Alguns aspectos da relação entre informação e atitudes no campo das relações internacionais*: Dirigido por Ernest Beaglehole o trabalho reiterou a possibilidade de mudança de atitude frente ao cenário internacional. Os resultados desse estudo foram publicados em 1952 sob o título "*The modification of international attitudes*".

---

<sup>48</sup> UNESCO, *Relatório referente ao Projeto Tensões 1949-1953* (Departamento de Ciências Sociais).

c) *Um experimento na pesquisa de atitude internacional*: Liderada por Milton Graham, esse trabalho baseou-se num estudo de caso – a análise das atitudes tomadas por um grupo de americanos em relações à um grupo de ingleses.

d) *Atitudes de professores*: Trabalho empreendido por P.M. Turquet do Reino Unido, no qual se analisou como os preconceitos do professor poderiam trazer prejuízos aos métodos de modificação de atitudes.

e) *Estudo das atitudes tomadas em relação às outras pessoas*: Este estudo baseou-se em simulações nas quais participaram quatrocentos meninos e meninas, tendo em média quinze anos de idade. Sessenta menino e meninas de doze anos atendidos por dois professores negros. O resultado dessa investigação foi publicado em 1953 sob o título “The teacher was black”.

Os estudos da infância sob o viés psicológico, foram considerado variável importante na análise dos aspectos que envolvem a adesão do individuo adulto à grupos de conduta hostil e conflituosa e incluíam-se dentre as mais remotas questões que deram origem ao *Projeto Tensões*. A intenção era entender a relação ente os aspectos psicológicos e a questão cultural,

A tendência psicológica de reagir de uma determinada maneira a privação e a abundancia etc..., com profundas raízes na tradição cultural pode influenciar igualmente sobre o surgimento de ameaças de guerra predispondo o pequeno grupo de dirigentes a adotar determinada linha de conduta. Mesmo naquelas sociedades em que o grupo dirigente não é diretamente eco das exigências do povo, eles não estão menos sujeitos a influencia das “formas culturais” próprias de cada sociedade. (UNESCO, Estudos de Tensão, 1947, p.08).

Preocupadas com os efeitos dos longos anos de guerra sobre as crianças Anna Freud e Dorothy Burlingham engajaram-se nos anos 40 ao

projeto chamado *Foster Parents Plan for War Children*<sup>49</sup> e passaram a dirigir creches nas quais permaneciam crianças cujos pais estiveram a serviço das forças armadas, ou que estivessem aguardando por pais adotivos. Nessas instituições, sob a proposta de ouvir as crianças, as pesquisadoras coletaram importante material sobre a percepção infantil da guerra, tendo em vista estarem por conta dela, longe dos pais e da família ao mesmo tempo em que eram expostas aos periódicos bombardeios, racionamentos e todos os derivados de um conflito de grandes proporções. O resultado do trabalho foi publicado na forma de livro, onde as autoras deixam claro sua apreensão para com o futuro dos indivíduos que se construía numa infância sofrida,

O trabalho que desenvolvemos em nossas creches de guerra está baseado na crença de que a educação e o cuidado com as crianças não devem ocupar lugar secundário em tempos de guerra, nem estar sujeito às condições criadas pelas mesmas. Os adultos podem viver em situações precárias e se adaptarem a racionamentos de emergência, mas os primeiros anos da infância são decisivos para o desenvolvimento físico e mental da criança. Tem sido amplamente reconhecido que a falta de certos alimentos e vitaminas podem ser a causa de transtornos físicos que se perpetuam no futuro [...] no plano psicológico ocorre o mesmo, mas não se dá a mesma importância. No entanto se não se satisfizerem certas necessidades essenciais, a consequência será uma deformação psicológica duradoura. (BURLINGHAM; FREUD 1943, p. 09).

Em sua obra, por vezes as autoras alertam para as poucas probabilidades da geração crescida na guerra manter integras as faculdades psicológicas, preservando a sua normalidade. *“Por serem essas faculdades*

---

<sup>49</sup>O projeto que buscava pais adotivos para órfãos de guerra iniciou seu trabalho durante a Guerra Civil Espanhola, contando com o apoio de voluntários e doadores norte-americanos – com destaque para Edna Blue. Em 1939 o projeto inaugurou sua sede própria e com a eclosão da Segunda Guerra ampliou o espaço de atuação da entidade que passou a agir em toda a Europa protegendo e realocando crianças. As creches criadas e mantidas pelo projeto foram espaço de estudo para muitos pesquisadores dentre eles Anna Freud e Dorothy Burlingham. Hoje a entidade chama-se *Plan – Promoting child rights to end child poverty* e desenvolve trabalhos comunitários no sentido de fomentar o pleno desenvolvimento infantil. Ver: <<<http://plan-internacional.org>>>

*indispensáveis para a reconstrução do mundo, o cuidado com as crianças deve ser durante a guerra, mais esmerado do que em tempos de paz”* (BURLINGHAM; FREUD, 1943, p. 24). Tarefa difícil tendo em vista as muitas adversidades do período.

Em 1948 Anna Freud foi convidada pela Unesco à contribuir com seus conhecimentos junto ao *Projeto Tensões*. A pesquisadora compôs uma equipe de trabalho na qual também faziam parte especialistas do *Tavistock Institute of Human Relations de Londres, l’Ecole Internationale de Genève e Society for the Psychological Study of Social Issues*.

## 2.2. Encontros com a Cultura

De acordo com Nina Obuljen (2005), podem ser identificadas quatro fases no discurso e na ênfase dos documentos da Unesco quanto à evolução do conceito de cultura. O primeiro período é do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a cultura ainda era vista mais em termos de produção artística, em que os Estados-nação eram tomados como entidades unitárias e a ideia de pluralismo era ligada à ideia das diferenças internacionais e às diferenças intranacionais. A segunda fase é caracterizada por uma ampliação do conceito de cultura que representa, ela mesma, a “identidade”. Essa fase viu crescente a resistência à dominação de poderosos Estados e do Imperialismo ideológico no contexto da emergente Guerra Fria. O terceiro período ocorre quando a cultura como um conceito, começou a ser associada ao desenvolvimento trazido por uma grande guinada tanto no nível do planejamento de políticas, quanto no campo da pesquisa. O mais recente período é caracterizado por uma ligação entre cultura e democracia. O crescimento da preocupação com a necessidade de expandir o conceito de diversidade cultural para abarcar todos os desafios e significados diferentes que isso carrega.

Situamos o projeto na transição da segunda para a terceira fase. O entendimento dessa especificidade dá sentido há uma das primeiras impressões que se tem do projeto engendrado pela Unesco - uma certa operacionalidade advinda de uma concepção da cultura, concebida enquanto algo concreto, e portanto passível de um remodelamento que deveria advir do conhecimento científico. Conhecer essa particularidade significa perceber o sentido de materialidade dado ao termo e que tornou a cultura capaz de

“fomentar mudanças nas relações entre os homens e entre grupos de homens, gerando identidades, conflitos, relações de subordinação, alternativas de trabalho intelectual, em suma uma infinidade de interações e, com elas, instituições, valores e modos de viver”. (WILLIAMS, 2008, p.17).

Com tantas possibilidades e por que não dizer responsabilidades, a Cultura foi capturada pelos cientistas sociais enquanto um dos seus principais objetos de pesquisa, e nesse meio, cada estudioso definiu sua forma de concebê-la e analisar.

O intelectual Raymond Williams desde os anos 50 desenvolveu trabalhos nos quais, tomando como referência a classe trabalhadora, buscou relacionar a dinâmica do capitalismo sob a ótica marxista, tendo por meio o repensar do caminho feito pela teoria marxista, colocando no centro do debate uma crítica da cultura (ARAÚJO, 2010, p. 01). Com obras contemporâneas ao *Projeto Tensões* obtemos a partir de Williams a possibilidade de melhor nos situarmos em relação ao que se entendia por Cultura período recortado.

Em seus trabalhos, em especial aqueles elaborados nos seus primeiros anos de produção acadêmica, é perceptível a intenção de mostrar como ao longo dos anos o termo Cultura foi se constituindo, ao mesmo tempo em que conformava os mais diferentes significados<sup>50</sup>. Williams nos alerta para o fato de que muito embora o termo tenha ganhado autonomia no século XX, suas bases foram fixadas no século XIX, momento em que há condições materiais para que a ideia de cultura e seus desdobramentos passem a ser incorporadas às nossas representações, práticas intelectuais e de alteridade. Cultura então no século XX, apesar das inúmeras possibilidades de significação contidas na

---

<sup>50</sup> Em *Cultura e Sociedade* (1958), Williams demonstra como o termo cultura foi sendo apreendido como abstração, como algo de absoluto.



autonomia conquistada, tem ainda no seu cerne o mesmo sentido de resposta aos acontecimentos, tomado no século XIX, quando as perguntas ligavam-se a industrialização ou direitos.

Importante ressaltar que Williams não analisa a Cultura ou as culturas, mas sim esclarece o que dá sentido aos seus estudos. Aspecto precioso de sua obra, e deveras importante para pensar a mentalidade que transpassa o *Projeto Tensões*, que em última instância possuía como principal função responder de que forma por meio de nossas relações não apenas sociais, políticas, econômicas, mas principalmente culturais, nós chegamos ao estado de guerra ou à guerra declarada. Ao procedermos a leitura do projeto sob a ótica de Raymond Williams tivemos a clareza de que em seu interior atribuiu-se à Cultura um forte sentido de resposta. Ou seja, os conflitos que a Unesco tinha como missão enfrentar e evitar provinham de origens culturais.

As décadas de 40 e 50 viram nascer e se organizar na Inglaterra a disciplina a que se chamou *Estudos culturais*<sup>51</sup>. Como outras disciplinas, ela surgia da necessidade de responder à questões muito particulares das relações humanas às quais os motes tradicionais de análise não conseguiam alcançar. Situação essa característica dos fenômenos de intensa

---

<sup>51</sup> A disciplina “Estudos culturais” se constituía na Inglaterra nos anos 1950. Até o século XVIII cultura designava uma atividade, era cultura de alguma coisa. Em meados desse século os sentidos preponderantes da palavra eram além da acepção remanescente na agricultura – cultura de tomates, por exemplo -, o de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; e o nome que descreve as obras e práticas de atividades artísticas. Uma das coisas que observa é que o sentido da palavra, as mudanças no significado de cultura acompanha as transformações sociais ao longo da história ao mesmo tempo em que conserva muitas conotações. Foi nessa época que, ao lado da palavra correlata “civilização” começou a ser usado como um substantivo abstrato, na acepção não de um treinamento específico, mas para designar um processo geral de progresso intelectual e espiritual tanto na esfera pessoal como na social – o processo secular de desenvolvimento humano, como em cultura e civilização europeia. (CEVASCO, 2012).

transformação que desde o início do século XIX impingiam maior esforço e diversificação da análise do meio social, político e econômico. Nesse período histórico a disciplina concentra a pressão residual de duas guerras mundiais ocorridas em curtíssimo espaço de tempo.

Apesar das flutuações do sentido tomado pela cultura em cada forma de abordá-la o certo é que nunca se conseguiu ir muito longe do seu caráter universal, dito de outra forma, os conceitos de cultura que foram construídos ao longo da história, embora diversos, sempre a colocaram como sendo capaz de aglutinar os mais diversos significados e valores. Daí seu caráter de maleabilidade (CEVASCO, 2012). Esse aspecto é bastante importante para essa pesquisa tendo em vista a intenção, mesmo que não claramente enunciada no projeto, de conhecer valores e significados culturais para, por meio deles, estabelecer a paz.

Como um dos fundadores da disciplina as ideias de Raymond Williams em muito caracterizaram o trato dado à categoria cultura nos anos subsequentes. Ladeado por Richard Hoggart (*The uses of Literacy – 1957*) e Edward P. Thompson. (*The making of the English working class -1963*). Williams percebe a cultura,

[...] como inextricavelmente ligada a organização social, regida pela economia – e assim trata-se de lutar por uma mudança estrutural. (...) de uma sociedade altamente complexa que tem seu funcionamento afinado pela comunicação de massa e seus procedimentos confirmados pela educação, pelo menos nos países centrais de grande parte da população – determina que a cultura seja um campo de lutas relevante”. (CEVASCO. 2012, p.15).

Muito embora já exista todo um debate acerca da percepção materialista de cultura, a diferença fundamental que a contribuição de Williams traz ao debate é a de que “*os bens culturais são resultado de meios também eles materiais de produção, que concretizam relações sociais complexas envolvendo instituições, convenções e formas* (CEVASCO. 2012, p.19). Nesse sentido ao se definir cultura está-se na verdade refletindo sobre o significado de modos de vida. Esse era o vasto campo de estudo e intervenção aberto aos estudos culturais no momento de sua formação.

Segundo Cevasco (2012, p.16) a disciplina oferece a possibilidade de se perceber o potencial cognitivo da cultura. Quando Williams parte do princípio de que formações sociais e formas culturais são intercomunicativas,

[...] são expressões diferentes da mesma maneira historicamente específica de fazer sentido da experiência do vivido, ele pratica a análise dessas formas como um instrumento de descrição e de interpretação da sociedade que as molda. Uma vez que numa sociedade baseada na dominação o conflito é permanente, essas formas só podem apresentar, ainda que muitas vezes de maneiras que precisam ser desentranhadas pela análise, as contradições que estruturam esse modo de vida.

O sentido de Cultura como espaço de luta é emblemático e marca exatamente a mudança de rumo que os estudos sobre cultura irão tomar a partir dos anos 1940. Reorganizando o debate, essa nova abordagem irá se consolidar ao longo dos anos, sendo absorvida pelo *Projeto Tensões* que sob sua influência passa a buscar formas de analisar e compreender as relações culturais, para bem promover a paz levando em conta que o conhecimento de que a cultura não apenas integra, mas principalmente colabora para o

funcionamento dos demais sistemas – político, econômico e social, dá amparo à certeza de que é possível a modificação dos significados e dos valores embutidos nas práticas sociais.

Se na essência dos estudos culturais propostos por Williams e seus companheiros está a certeza de que a cultura é intrínseca à organização social, que não é um campo a parte, torna-se facilitada a percepção de que não só a cultura possui um papel relevante no meio social, como a partir dela é possível a ingerência no meio. É importante perceber também que esse modo de pensar, coloca-se a cultura em relação muito próxima com aspectos reais e materiais da sociedade, fator que contribuiu para a tomada de posição do *Projeto Tensões* que nela vê uma forma eficiente de intervenção social.

Essa acepção funcionalista da cultura, sugerida por Williams, não é uma exclusividade, na verdade ela faz parte de um rol de estudos que foram impetrados durante os anos 1940 na intenção de criar novas formas de abordar a questão das diferenças culturais sem lançar mão do ideário evolucionista que por sua vez deriva do Darwinismo Social (UNESCO, *Estudos sobre as tensões*, 1951).

A Cultura produz a realidade<sup>52</sup>. No caso das expectativas próprias do projeto, a realidade cultural precisava ser redescoberta, para tornar possível a acomodação pacífica das posições no cenário internacional. Visto de outra forma, as assimetrias precisavam constar apenas nos âmbitos políticos e econômicos, mas não na esfera cultural, não nas mentalidades. Acordos e

---

<sup>52</sup> Na perspectiva de Raymond Williams na condição de força produtiva, a Cultura constitui o mundo real quando interagindo com ele se vale de meios materiais tais como a língua, as tecnologias específicas de escrita, formas de escrever, sistemas eletrônicos e mecânicos de comunicação.

tratados podem impedir conflitos, mas como controlar o que habita a mente dos homens? foi esta preocupação que motivou inúmeros estudos de caráter psicológico e social no seio de populações, ou inspirou a sempre lembrada frase constante no preâmbulo do Ato Constitutivo da ONU (1945): [...] *as guerras começam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz.*

A ligação entre valores culturais e compreensão internacional transborda dos discursos proferidos no projeto, sugerindo a existência de determinada perspectiva de cultura, e de uma expectativa com relação a ela, que mais do que um conjunto de valores que devem ser defendidos ou ideias que devem ser promovidas, passa a ter a conotação de um trabalho a ser realizado. Onde se conclui que, a ênfase nas questões culturais dado ao Projeto Tensões não foi feita de maneira aleatória, principalmente tendo em vista a ideia formada por Williams “*cultura é ordinária porque ela está em toda sociedade e em toda mente*”.

Partindo do pressuposto de que o agir humano se atualiza por ideias, e que as ideias tem, por vez suas raízes na cultura (MARTINS, 2002), as averiguações indicam manifestações de poder a envolver o projeto e seus desdobramentos, agindo no sentido criar consensos úteis á construção de uma unidade mundial.

Nos respectivos estudos de Ortiz (1988:2000) e Mota (1995) é possível encontrar a indicação de como formas ideológicas de cultura, possibilitam a construção de confortáveis noções capazes de omitir temas centrais e fundamentais presentes na estrutura. De forma que, interpretações feitas com base em determinada ideologia de cultura teriam então o poder de promover o

diálogo e a crença numa união real. Ao se levar em conta que o *Projeto* não fixa como objetivo uma definição de cultura, mas sim uma ação que deve promover modos de relacionamento, desenvolvimento e comunicação, há de se pensar que este foi permeado por determinada concepção ideológica de cultura, que longe de fator de ruptura, a transforma em agente de comunicação e integração.

### **2. 3. As primeiras ações do Projeto**

No período compreendido entre 1948-1951 o trabalho desses cientistas sociais foi constante. Determinados que estavam em colocar em prática as propostas de pesquisa expostas no projeto. Durante aqueles anos foram efetuados estudos e investigações que em linhas gerais versavam sobre: As características nacionais e as questões conexas; A técnica e as tensões do ponto de vista da educação, da ciência e da cultura; As tensões resultantes da demografia; As tensões provocadas pelos contatos entre raças diferentes ou pela existência de problemas relativos aos grupos étnicos.

Como espaço racional onde características e tradições se materializam, a legislação poderia refletir tendências contraditórias de ordem filosófica, sociológica, econômicas e políticas que ao emergirem teriam o poder de separar não apenas sistemas político, mas também povos, em opostos nocivos ao equilíbrio internacional. A pesquisa comparada dos sistemas legislativos e suas formas de Direito foi a escolha feita já na primeira reunião da Unesco com a finalidade de detectar as principais diferenças na noção de justiça e assim desenvolver o respeito mútuo obtido a partir do conhecimento.

A importância do estudo do direito do estrangeiro no que se refere às relações internacionais se manifesta num duplo ponto de vista, de maneira geral o estudo das instituições e do direito de um país permite adquirir um cimento que é desejável para as relações de amizade e confiança possam ser mantidas. De outra parte é necessário o conhecimento da lei de um país

estrangeiro, quando você quer firmar com esse país, tratados ou convenções<sup>53</sup>.

O estudo dos direitos dos estrangeiros é útil para compreender o ponto de vista do espírito do outro, a maneira de agir do outro, num julgamento mais claro, correspondendo muito mais com a realidade. As diferenças, por vezes bastantes profundas existentes entre as características e as tradições dos vários países, chamou a atenção da Unesco para o fato de que essas diferenças também poderiam contribuir para manter estados de tensão e mal-entendidos entre as nações.

O relatório das atividades do projeto no período 1948-1949 apresenta indícios de como se deram as primeiras ações concretas do Projeto. Para os estudos sobre *“Os traços que caracterizam as diferentes culturas”*, em 1948 a Unesco assegurou a cooperação da Conference Permanente des Hautes Etudes Internationales para a preparação de uma série de monografias sobre estilos de vida em países como: França, Noruega, Polônia, Suíça, Canadá, Índia e Hungria. O resultado desse trabalho viria a público por meio da publicação de uma coleção no ano seguinte. Em 1949 para dar continuidade à elaboração de monografias, mobilizou-se o Comitee for Research in social Studies - órgão do Conselho Australiano de Pesquisa, a l'Ecole pratique des hautes Etudes de l'Université de Paris, o Département d'Ethnologie Du Musée de l'Inde e o Institut de Psychologie de l'Université de Paris.

Com relação à identidade nacional e o nacionalismo, preocupação já bem explicitada desde a Primeira Reunião, foram desenvolvidos estudos sobre

---

<sup>53</sup> Para René David o estudo nos faz conhecer as maneiras de viver, de pensar, a inteligência e a sensibilidade próprias das pessoas de cada país. O estudo do direito fornece ao homem de política ou ao diplomata informações precisas quanto à maneira de se conduzir as relações entre países. (UNESCO. Boletim Internacional de Ciências Sociais. V. 2 n° 1 – Paris 1950 – René David Intérêt de l'étude des droits étrangers: pour la compréhension internationale).



as particularidades de alguns países selecionados, no território dos quais se buscou identificar os valores e os ideais nacionais. Em colaboração com a *Conferência Permanente de Altos Estudos Internacionais*, uma das primeiras providências da Unesco foi a de preparar uma série de monografias especializadas, no idioma inglês e em francês, sobre esses temas específicos e de maneira comparada. Na forma de monografias as pesquisas fizeram referência a dezesseis países: Austrália, Áustria, Canada, Egito, França, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Líbano, México, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Polônia, Suíça e União Sul Africana.

Com a intenção de criar uma coleção de repercussão internacional, que possibilitasse o melhor conhecimento dos países em questão, houve a padronização dos capítulos das monografias, os quais foram divididos da seguinte forma:

Capítulo I - *“O passado histórico e cultural da população considerada”*

Capítulo II - *“A família”*

Capítulo III – *“O sistema de ensino”*

Capítulo IV – *“As instituições políticas”*

Capítulo V – *“As instituições econômicas”*

Capítulo VI – *“A religião e os valores morais”*

Capítulo VII – *“As relações com o mundo exterior”*

Tal conjunto temático reflete os princípios teóricos-metodológicos das análises sociológicas feitas no período, onde por meio da leitura das instituições e dos valores sociais acreditava-se ser possível refletir acerca dos

modos de interação social. Vale dizer que a questão metodológica foi uma preocupação bastante presente na condução dos trabalhos, sendo inclusive efetuados encontros periódicos com a finalidade de promover ajustes e cobrar a observância de rigor na aplicação dos métodos de maneira a validar as pesquisas e conclusões<sup>54</sup>.

Conforme plano de trabalho estabelecido em janeiro de 1949 por cientistas sociais, representando Estados Unidos, França, Hungria, Países Baixos, Reino Unido e Suécia - convocados para esta finalidade pela Unesco - para complementar os estudos acima citados, dos valores e ideais internacionais, foram elencadas comunidades locais de quatro países: Austrália, França, Índia e Suécia. Nesse sentido, a missão dos investigadores era examinar uma comunidade urbana e uma comunidade rural de cada um desses países, com especial atenção para as seguintes questões: *a estrutura da família; a educação na escola e em casa; a organização econômica; a utilização dos lazeres; as crenças morais e organização religiosa; estrutura interna da comunidade e suas relações com o mundo exterior*. É possível observar que contida no teor das propostas de investigação existe claro exercício de reflexão psicológica.

Os cientistas sociais avaliaram os usos da tecnologia e as disparidades tecnológicas entre os países como vetores de tensão nacional e internacional foram aspectos sobre o qual se ativeram os estudos. Relacionando tecnologia e educação em meados de 1950 uma conferência foi organizada na França, com a intenção de congregar peritos em estatística e especialistas designados

---

<sup>54</sup> Uma conferência de especialistas se deu em abril de 1951 no centro cultural internacional de Royaumont próximo à Paris para examinar os métodos utilizados para estudos desse gênero.

pelas comissões nacionais de doze países representantes (Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Índia, Suécia, Suíça e Turquia) para então aconselhar a organização sobre os meios necessários:

- a) para manter o sistema de ensino de um país qualquer em harmonia com as suas necessidades técnicas desse país – em sentido amplo.
- b) para dar a instrução geral um caráter prático, e assim ensinar as gerações futuras a resolver os problemas que surgem numa sociedade com características tecnológicas;
- c) para que o ensino técnico contenha um valor cultural mais marcado. (UNESCO, 1950).

Ainda quanto aos aspectos tecnológicos, além da questão educacional, procurou-se estabelecer relação desta com o sentimento de comunidade. Para isso, estudos foram efetuados em usinas na Bélgica, da França, da Itália, do Reino Unido, da Suécia e Suíça, onde se procurou identificar métodos capazes de desenvolver entre os trabalhadores um sentimento de comunidade. Em 1951, um estudo análogo do fator humano e do sentimento de comunidade na indústria foi efetuado nos países do sudeste asiático então em vias de industrialização.

Quanto aos estudos demográficos, cuja importância foi ressaltada durante as reuniões que deram vida ao *Projeto Tensões* foram empreendidas pesquisas que pretendiam analisar a assimilação cultural dos imigrantes. Tema que demandou preocupação em proporcionar espaço para o debate,

A Unesco ajudará a União Internacional para o estudo científico dos problemas da população a organizar em 1949 a primeira conferência que esta união terá depois da guerra. A demanda da Unesco nessa conferência é ocupar-se da questão da assimilação cultural dos imigrantes. Suas conclusões farão

parte de um suplemento especial na revista britânica “*population studies*” (janeiro-março 1950) e da revista francesa “*population*”. (UNESCO, 1949).

Foi estabelecido ainda que os especialistas em questões demográficas de oito países (Austrália, Bélgica, Brasil, Estados Unidos da América, França, Israel, Itália e Reino Unido) deveriam se reunir na casa da Unesco para além de continuar o estudos desse problema, também examinar a questão da superpopulação. Na sequência de suas deliberações, os especialistas australianos, belgas, brasileiros, franceses e israelenses foram encarregados de preparar relatórios referentes a grupos de imigrantes residentes em seus respectivos países sob o ponto de vista da assimilação linguística, das relações com outros grupos de população, da participação na vida política e social, e da educação no lar.

No interior do *Projeto Tensões*, em seus primeiros anos de atividade foram efetuadas pesquisas sobre a diversidade racial, etnias e minorias, com a divulgação de muitos dados científicos.

Em dezembro de 1949, um comitê de analistas do Brasil<sup>55</sup>, Estados Unidos da América, França, Índia, México, Nova Zelândia e Reino Unido, redigiu uma declaração científica de caráter geral sobre o conceito de raça<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Para Marcos Chor Maio, a “opção Brasil” guarda íntima relação com o contexto internacional da época. Após os resultados catastróficos da Segunda Guerra Mundial, a Unesco foi criada tendo como um de seus principais objetivos tornar inteligível o conflito internacional e sua consequência mais perversa, o Holocausto. A persistência do racismo, especialmente nos EUA e África do Sul, o surgimento da Guerra Fria e o processo de descolonização africana e asiática mantiveram a atualidade da questão racial. A Unesco, em perspectiva igualitária e universalista, estimulou a produção de conhecimento científico a respeito do racismo, abordando as motivações, os efeitos e as possíveis formas de superação do fenômeno. (Revista Brasileira de Ciências Sociais v. 14 n. 41, 1999).

<sup>56</sup> Ashley Montagu (Estados Unidos), Ernest Beaglehole (Nova Zelândia), Juan Comas (México), L.A. Costa Pinto (Brasil), Franklin Frazier (Estados Unidos), Morris Ginsburg (Grã-Bretanha), Humayn Kabir (Índia), Claude Lévis-Strauss (França).

“Os homens de Ciência estão de acordo em reconhecer que a humanidade é uma, e que todos os homens pertencem à mesma espécie, a do *homo sapiens*. Admitem salvo poucas exceções, que todos os homens descendem de um mesmo tronco comum, e que as diferenças existentes entre os diversos grupos humanos se devem à ação dos fatores evolutivos de diferenciação, tais como a modificação na situação [...] Assim vem se formando grupos, mais ou menos estáveis e diversos, que têm sido classificados de diferentes maneiras e com propósitos distintos”. (CORREIO DA UNESCO, 1950, p.10).

Do ponto de vista biológico uma raça poderia ser definida como um dos grupos de povos que constituem a espécie do *homo sapiens*. Nessa perspectiva esses povos poderiam conviver e mesclar-se, porém em virtude das barreiras postas no passado de uma maneira mais ou menos efetiva apresentam certas diferenças físicas cuja origem é preciso buscar nas peculiaridades de sua história biológica.

[...] a palavra raça designa algumas concentrações nas quais a frequência e distribuição dos genes e características físicas aparecem, flutuam e em alguns casos chegam a desaparecer no decorrer do tempo em virtude seja do isolamento geográfico, da cultura ou de ambos de uma só vez. As diversas manifestações são percebidas de modo diferentes por cada grupo. Como nossas observações são em grande parte afetada por nossos preconceitos, cada grupo tende a interpretar arbitrária e inexatamente a variedade que se manifesta em um grupo alienígena determinado, considerado como, uma diferença fundamental que separa esse grupo dos demais<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> O texto da declaração foi revisado por Montagu e recebeu sugestões de Hadley Cantril, E. G. Conklin, Gunar Dahlberg, Theodosius Dobzhansky, L.C. Dunn, Donald Heger, Julian Huxley, Otto Klineberg; Wilbert More, H. J. Muller, Gunnar Myrdal, Joseph Needham. (CORREIO DA UNESCO, v. 5, n. 7, p. 08, 1950).

Distinguir raça de características como nacionalidade ou credo foi um dos muitos objetivos específicos do projeto, que também sugeria a renúncia ao termo, em proveito da expressão grupo étnico<sup>58</sup>.

Esta declaração foi aprovada depois por estudiosos de outros países e publicada em diversos idiomas. Com o apoio da Antropologia preparou-se uma série de publicações sobre diferentes aspectos da questão racial, tais como, os mitos raciais; raça e psicologia; raça e biologia; raça e civilização; a origem dos preconceitos raciais, Essas publicações foram levadas aos leitores no início de 1951.

A Sexta Conferência Geral ocorreu em Paris no ano de 1951 sob a presidência de Howland Sargeant dos Estados Unidos. Nela ficou decidido que a Unesco deveria direcionar suas ações para áreas com maior tensão e onde se mostra ser mais difícil o estabelecimento da paz. Por esse motivo no programa de trabalho para 1952, incluiu-se resolução na qual cientistas sociais deveriam ser chamados a atuar nestas áreas mais problemáticas. Esse pedido também foi feito ao Conselho Econômico e Social para que iniciasse os estudos. A Associação Internacional de Sociologia em atendimento á solicitação da Unesco passou a investigar os vários tipos e tensões e conflitos existentes entre grupos nacionais. As conclusões desse estudo foram divulgadas em 1953 no IX Congresso de Sociologia realizado em Liège.

Fora da Europa, Brasil e Índia<sup>59</sup> foram importantes colaboradores do *Projeto Tensões*. Sendo que este último além de participar de diversas

---

<sup>58</sup> Os Antropólogos passaram a diferenciar as raças humanas em três grandes grupos: grupo mongoloide, grupo negroide, grupo caucasoide.

<sup>59</sup> A Índia prestou também significativo apoio financeiro ao projeto conforme pode ser verificado nos relatórios financeiros da agência no período e na observação do relator: *O governo da*

comissões, também contribuiu como objeto e desenvolvedor de diversas pesquisas, como se pode observar a partir da *tabela 01*.

No caso da Índia, ainda sob os efeitos de sua independência recente, fruto de um processo longo e penoso, os indianos cumpriam a difícil missão de se reorganizar política, econômica e socialmente.

Com um extenso espaço territorial, cindida por vertentes religiosas antagônicas, sob o peso de inúmeros problemas sociais, o trabalho de construção da nação indiana também passava pelo reconhecimento de sua identidade. Nesse sentido o Projeto Tensões se mostrava bastante útil ao oferecer toda uma estrutura na qual submergiram diversas pesquisas e estudos que auxiliaram os indianos nessa empreitada.

---

*Índia tem devotado consideráveis somas ao projeto, em última instância não menos que um milhão de rúpias.* (Id. Ibid. p. 05.). Por outro lado, a solicitação por parte do governo indiano para que a Unesco nomeasse um conselheiro para presidir estudos sobre as tensões naquele país no início dos anos 50 (Cf. Correio da Unesco V. 3, n. 2, 1950, p. 4) é demonstrativo de que certa medida este buscava por meio do *Projeto Tensões* encontrar saídas para questões de ordem interna.

**TABELA 01 - Pesquisas realizadas por cientistas indianos no período 1951-1953**

<b>Título do estudo</b>	<b>Coordenação</b>	<b>Ano</b>
Mobilidade social e capital-trabalho, relações entre a dinâmica dos problemas da estrutura social.	Radha Kamal Mukerjee	1951
Análise de psicologia social e os estereótipos que caracterizam vários grupos tendo em vista o entendimento científico do seu comportamento e caráter.	Kali Prasad	1951
Estudo das atitudes das diferentes classes de cidadãos em relação às políticas governamentais e medidas, principalmente na esfera econômica incluindo planejamento e controle. Pesquisa a ser realizada em campos de refugiados.	C. N. Vakil	1952
Reação de grupos socialmente retrógrados às medidas de melhoramento.	G. D. Boaz	1952
Estrutura social e relações interpessoais no serviço social. Agencias que promovem programas de bem-estar comunitário.	Pars Ram	1952
Os significados da Educação Moderna	H.P. Maiti	1953
Estudo das relações humanas na indústria de Calicute	S.C. Mitra	1953



Na Segunda reunião realizada no México adotou-se a resolução de continuar em 1948 os trabalhos de estabelecimento de livros destinados ao leitor em geral, bem como especialistas, permitindo uma maior compreensão da história da humanidade, destacando a interdependência dos povos e das culturas e suas respectivas contribuições ao patrimônio comum da humanidade. Dessa iniciativa surge o plano de elaborar uma coleção de obras sob o tema da História do desenvolvimento científico e cultural da humanidade.

Sobre a concepção que os habitantes de cada nação possuem de seu e dos outros países, foram designados pesquisadores para um trabalho de investigação denominado “Sondage de l’Opinion publique” inicialmente aplicado nos Estados Unidos, França, Reino Unido, Austrália, Países Baixos, Itália, China e México. A pesquisa foi coordenada por Henry Durant, membro do British Institute of Public Opinion. Ainda em 1948 efetuou-se um trabalho de análise sobre a ideia que o cinema, a imprensa e o rádio nos Estados Unidos, difundem acerca do indivíduo estrangeiro.

Na reunião anual da Eastern Psychological Association, ocorrida no dia 08 de abril de 1949 em Springfield, Otto Klineberg fez alocução na qual chama a atenção para o que ele chama de “*período crítico da História que envolve a todos*”. As frequentes alusões à bomba atômica, a Cortina de Ferro, as alianças defensivas, o chauvinismo, o racismo, os ataques e contra-ataques da Guerra Fria, são para ele indícios de um grande e real perigo. A isso, no seu entender, se alia outro elemento talvez ainda mais perturbador – o sentimento de impotência, e o desencorajamento frente ao cenário. Encontrar respostas capazes de novamente alimentar os ânimos e enfraquecer os fatores nocivos é

para ele missão da Unesco, que busca na Ciência o apoio necessário para tanto.

Klineberg, no desenvolvimento de suas colocações se esforça para precisar o teor dessa colaboração científica. Segundo ele, o sentido de compreensão que envolve o *Projeto Tensões* remete não simplesmente ao conhecimento, mas sim, aos aspectos da compreensão emocional e afetiva. Uma questão de compreensão que deveria levar ao entendimento amigável. Na sua acepção, as tensões são um fenômeno normal, universal e inevitável, por isso a importância de se lançar mão dos saberes da psicologia para entender o que conduz ao caráter agressivo ou hostil, e elucidar onde e por que se manifestam essas tensões. Ele ainda ratifica os três tipos ou níveis de tensão já sugeridos, segundo ele, em estudos que avalizam suas aferições: 1º as tensões dentro dos indivíduos, 2º as tensões dentro dos grupos sociais, 3º as tensões entre nações. Todos os três conectados e exercendo influência uns sobre os outros.

No que tange ao trabalho da Unesco, é certo que o que o preocupava eram o segundo e o terceiro tipo, sendo o primeiro fonte de preocupação somente na medida em que afetasse os demais. Os estudos e as pesquisas portanto, são essenciais para a análise desses níveis em sua natureza e extensão, o que facultava ao intelectual um papel tão importante quanto imprescindível

A questão da liderança é outro aspecto a preocupar Klineberg, e que também ocupa posição de destaque dentre os temas a serem discutidos no interior do projeto.

[...] “as guerras começam na cabeça dos homens”, afirma o preâmbulo do ato constitutivo da Unesco. Mas de qual espírito estamos falando, e de que homens? O fato de que as pessoas obviamente não querem guerra trouxe para alguns a conclusão de que nós não precisamos estudar o espírito da maioria dos homens. Está conclusão parece-me sem base, se podemos admitir que a maioria dos homens não querem a guerra. No entanto eles querem algumas coisas – segurança, prestígio social, lucros econômicos, modos de vida. E eles por vezes acreditam que podem obter através da guerra, embora considerando a guerra como um mal. Para julgar esse “mal necessário” obviamente os líderes são importantes, mas eles precisam de apoiadores, e deve-se explorar as mentes dos líderes e de seus apoiadores. (UNESCO, Boletim Internacional de Ciências Sociais, 1949).

Na sua explanação temos uma ideia do quão ambicioso era o Projeto Tensões. As tabelas abaixo<sup>60</sup> nos oferecem alguma ideia do ritmo de desenvolvimento dos trabalhos no período compreendido entre 1948 a 1951.

---

<sup>60</sup> As tabelas foram criadas com base nas informações constantes no relatório das principais ações do projeto no período especificado e que previa ações futuras. O relatório foi criado pela Unesco em 04 de novembro de 1949, e pode ser consultado no site da instituição <<<http://www.unesco.org/>>>

**TABELA 02 – Pesquisas relacionadas às características nacionais**

<b>CARACTERÍSTICAS NACIONAIS</b>			
<b>Estudo</b>	<b>1948-1949</b>	<b>1950</b>	<b>1951</b>
Modos de vida nos países	Monografias apresentadas a Conferencia Internacional de Estudos	Publicação dos resultados	Cruzamento dos resultados com outros estudos
Estudo de comunidades	Treinamento dos grupos de pesquisa	Encerramento dos trabalhos de pesquisa	Síntese dos resultados
Legislação (comparação Direito Comum e Direito Romano)	Solicitado ao Centro Francês de Direito Comparado	Em andamento	Publicação dos resultados
A juventude alemã	Contratação de pesquisador	Trabalho completado	Cruzamento dos resultados com “Origens do Fascismo” e “Estudos da Liderança”

**TABELA 03 – Pesquisas sobre a imagem nacional e os estereótipos**

<b>A IMAGEM NACIONAL E OS ESTERIÓTIPOS</b>			
<b>Estudo</b>	<b>1948-1949</b>	<b>1950</b>	<b>1951</b>
Tipos de estereótipos nacionais	Levantamento finalizado	Publicação dos resultados	Síntese dos resultados
Estudo especiais sobre características de cinco países	Contratação de pesquisadores	Estudo finalizado. aguardando Publicação	Síntese dos resultados
A imagem nacional	Conferência realizada	Publicação dos resultados	
O estrangeiro nos filmes da Hollywood	Publicação dos resultados		

**TABELA 04 – Pesquisas sobre as atitudes e os comportamentos**

<b>Estudo</b>	<b>1948-1949</b>	<b>1950</b>
Relação entre informação e atitude	Atribuído	Publicação dos resultados
Medidor das Tensões	Atribuído	Encerramento dos trabalhos de pesquisa
Elaboração de manual de História modelo	Atribuído	Finalizado e publicado
Nacionalismo, imagem e mídia de massa	Finalizado	Publicado
Mensuração do preconceito	Em andamento	Publicado
Levantamento dos métodos de pesquisa acerca das tensões	Finalizado	Publicado

TABELA 05 – Pesquisa sobre o nacionalismo agressivo

NACIONALISMO AGRESSIVO			
Estudo	1948-1949	1950	1951
Origens do Fascismo	Atribuído	Finalizado e publicado	Cruzamento dos resultados com “Liderança no fascismo” e “Juventude Alemã”
A liderança na democracia e nas sociedades fascistas	Em andamento	Finalizado e publicado	Cruzamento dos resultados com “Origens do Fascismo” e “Juventude Alemã”
Publicação produzida por cientistas sociais	Em andamento	Finalizado	

**TABELA 06 – Pesquisa sobre a influência da tecnologia moderna para os estado de tensão**

<b>INFLUÊNCIAS DA TECNOLOGIA MODERNA</b>			
<b>Estudo</b>	<b>1948-1949</b>	<b>1950</b>	<b>1951</b>
A origem do sentimento de pertença (06 países)	Elaboração de contratos	Primeiros resultados obtidos	Continuidade das pesquisas
Tecnologia e Educação	Preparação do memorando	Conferência realizada	Síntese e recomendação internacional
A economia a longo prazo e o balanço internacional	Mesa Redonda	Mesa Redonda	Publicação



Pelo exposto nas tabelas anteriores é observável que o projeto iniciou seus trabalhos em ritmo acelerado, e de acordo com as prioridades lançadas na Terceira Reunião. A ênfase dessas pesquisas recaindo sobre as questões imediatas da conjuntura pós-guerras.

A análise das influencias que predispõem os homens à compreensão internacional ou ao nacionalismo agressivo, ficaram a cargo de cientistas sociais do Brasil, Estados Unidos, França, Hungria, Noruega e Reino Unido. Sendo que ao final, a comissão de cada país, deveria elaborar um capítulo do livro, que viria a se chamar "*Nacionalismo agressivo*". A University of Illinois Press, também foi convidada a participar dessa etapa do projeto, elaborando pesquisa sobre as origens do fascismo na Alemanha e na Itália.

Quanto aos problemas demográficos e a compreensão internacional, diversos especialistas da área foram chamados à Paris, para em encontro em que discutiriam a questão da relação entre os problemas demográficos e os estados de tensão. A Unesco comprometia-se ainda a organizar em 1949 uma conferencia, sendo principalmente convidados os membros da *Union Internationale pour l'études scientifique des problemes de la population*. Essa conferencia relacionou diversas questões demográficas e em particular, a assimilação cultural do imigrante.

Outro aspecto priorizado pela Unesco no projeto, foi o papel da tecnologia moderna na formação das atitudes coletivas e nas relações entre as pessoas. Para dar conta do tema, um pequeno grupo de especialistas deveria reunir-se em 1949 para elaborar um programa de trabalho. Nessa reunião foram formuladas recomendações de caráter internacional, no tocante à

questões técnicas e também educacionais. Este encontro preparatório contaria com a presença da *l'Organisation internationale du Travail*.

O Boletim Internacional de Ciências Sociais (1950) nos dá mostras dos trabalhos que foram elaborados e publicados a partir do projeto no período 1948/1950: *Interet de l'étude des droits étrangers pour La compréhension internationale* – escrito por René David; *La paix et La guerre dans une société internationale* – escrito por Georg Schwarzenberger; *Les relations internationales* – escrito por Jacques Vernant; *Les organismes britanniques d'études des relations internationales* – escrito por Susan Strange; *L'importance de l'étude des tensions internationales* – por Quincy Wright. O que configura a preocupação e o engajamento das Ciências Sociais ao projeto da Unesco. Segundo Vernant<sup>61</sup>:

[...] para atingir o estado de equilíbrio social é preciso que haja compreensão internacional, de forma a reduzir os agentes que se opõe a este equilíbrio. Existem diversas maneiras coletivas e individuais, políticas e didáticas. Por isso a análise comparativa das instituições jurídicas quando complementadas por uma análise genética pode trazer uma contribuição original. (Boletim Internacional de Ciências Sociais, v. 2, n. 1 p. 59, 1950)

Referente às ideias circulantes na consciência coletiva a mídia de massa era fonte de preocupação tendo em vista a sua facilidade em atingir público bastante amplo. Mais especificamente queria a Unesco, através do *Projeto Tensões* verificar qual imagem era construída a partir dos meios de

---

<sup>61</sup> Os laços que unem a Conferencia Permanente de Autos Estudos Internacionais e a Unesco são muitos. Jacques Vernant era professor associado de Filosofia, Secretário Geral do Centro de Estudos Políticos e Secretário Geral da Conferencia Permanente.

comunicação (rádio, jornal, cinema, teatro etc.) do indivíduo estrangeiro e seu país.

O problema da contribuição da mídia de massa para a compreensão internacional é um detalhe que requer estudo, seguido da indicação de ações desejáveis sempre que possível. Além disso, a relação precisa entre o conteúdo da mídia de massa por um lado, e a opinião pública por outro ainda não foi determinada. (UNESCO. 1ªCG. 1947)

Não estava clara a forma como as opiniões veiculadas pelos jornais eram compartilhadas e assimiladas pelo público em geral. Também não se tinha ideia do grau de concordância ou discordância. No entanto, essa era uma questão a ser enfrentada de forma detida, haja vista a ênfase dada a ela por Huxley logo na abertura da conferência geral de 1946. Ao comentar sobre as responsabilidades da Unesco nos campos da Educação, da Ciência e da Cultura, ele inclui mais uma competência – a informação das massas. *“Nossa preocupação é agir sobre as massas, sobre as pessoas do mundo”*<sup>62</sup>. Para tentar amenizar esse problema, nos informa o relator que acerca de estudos de opinião foram conduzidos internacionalmente. *“aplicação generalizada de pesquisas e enquetes indicam que estudos da tendência de opinião são viáveis. Porém, muito trabalho é necessário a fim de garantir a cooperatividade internacional”* (UNESCO, 1ªCG, 1946, p. 196)

No início de 1955 um grupo de trabalho formado por escritores, cientistas sociais e jornalistas foi convidado à orientar a agência sobre os melhores meios e tipos de material informativo a ser utilizado numa campanha

---

<sup>62</sup> Na atualidade essa quarta competência é tratada pela Unesco como Acesso à informação e Comunicação.

para o esclarecimento de questões relevantes no relacionamento entre pessoas de diferentes nacionalidades. Preocupava-se a Unesco em enviar mensagens objetivas e úteis tanto ao pessoal especializado em missão, quanto ao indivíduo comum em seus contatos cotidianos. O resultado desse encontro foi a produção de material informativo divulgado no ano seguinte.

Outra iniciativa a esse respeito foi a contratação em 1955 de uma Organização não governamental para que efetuasse o trabalho de coleta e análise do conteúdo de diversos jornais em diferentes países, a fim de obter informações acerca da imagem criada por esses veículos de comunicação acerca do elemento estrangeiro e sua cultura. As informações colhidas foram analisadas e posteriormente discutidas pelo grupo de trabalho que as confrontou com aquelas que vinham sendo colhidas desde o início do projeto em 1948. (UNESCO, Boletim de Ciências Sociais, 1956).

Nos anos que seguiram à implantação do Projeto, algumas resoluções, recomendações e convenções foram elaboradas com base nos resultados das pesquisas e estudos empreendidos durante a sua vigência. Muito embora em finais dos anos 50 o projeto seja substituído por outras propostas de investigação, foi durante a sua permanência sua que se definiram linhas básicas de encaminhamento das ações da Unesco. Algumas delas vigentes até os dias de hoje como se pode verificar pelas tabelas 7 e 8 constantes abaixo.

**TABELA 07 – Resoluções tomadas nos 1948 e 1958<sup>63</sup>**

Ano	Resolução
1948	Acordo visando facilitar a circulação internacional do material visual e auditivo de caráter educativo, científico e cultural.
1950	Acordo pela importância dos objetos de caráter educativo científico ou cultural
1952	Convenção universal sobre o direito do autor
1954	Convenção e estabelecimento de protocolo para proteção dos bens culturais em caso de conflito armado
1956	Recomendações que definem os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de escavações arqueológicas  Recomendações referentes à arquitetura e urbanismo
1958	Convenção referente aos câmbios internacionais de publicações

<sup>63</sup> As tabelas foram construídas com bases nos relatórios e demais documentos expedidos no período.

**TABELA 08 - Resoluções tomadas de 1960 a 1964**

Ano	Resolução
1960	<p>Convenção referente ao combate à discriminação no campo da Educação</p> <p>Convenção referente aos meios eficazes de tornar os museus acessíveis a todos</p>
1961	<p>Convenção internacional sobre a proteção aos artistas, intérpretes ou executores das produções fonográficas e dos órgãos de radiodifusão</p>
1962	<p>Protocolo que institui uma comissão de conciliação para a resolução das diferenças que surgem entre os Estados</p> <p>Recomendação referente à salvaguarda da beleza e das características das paisagens</p> <p>Recomendação referente ao ensino técnico e profissional</p>
1964	<p>Recomendação referente à normatização internacional das estatísticas e edição de livros e periódicos</p> <p>Recomendação referente aos meios de interditar e impedir a exportação, importação e a transferência de propriedade ilícita dos bens culturais.</p>

O Fascismo (*tabelas 2 e 5*) foi uma das questões priorizadas desde as discussões iniciais do projeto, em virtude da experiência recente e dolorosa vivenciada durante a Segunda Guerra Mundial, quando na forma do nazismo.

De 15 a 18 de novembro em Mônaco<sup>64</sup> reuniram-se intelectuais da Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Países Baixos e Estados Unidos. Todos representando diferentes disciplinas científicas, com destaque para a Psiquiatria e sua importância no sentido de oferecer subsídios para o estudo das origens e o desenvolvimento dos movimentos. Um dos objetivos do encontro foi dar continuidade ao projeto de publicação de uma obra de três volumes sobre o nazismo já esboçado durante a reunião de Beirute.

O primeiro volume referiu-se às bases filosóficas do fascismo e do nacional-socialismo, contemplando particularmente a evolução espiritual na Alemanha e na Itália no século XIX (1848-1918). O segundo volume elucidava as condições que favoreciam e determinavam a passagem da doutrina de um plano teórico e científico para um plano prático e político, aspecto que exigia o concurso de historiadores, economistas e sociólogos. Já o terceiro volume apresentava uma análise histórica dos métodos e procedimentos utilizados pelo nacional-socialismo e o fascismo para tomar e se manter no poder.

Não é inapropriado inferir que muito provavelmente, de forma direta ou indireta alguns dos membros do grupo tivessem sido vítimas desses regimes e acumulavam experiências e vivências a respeito. Lidar com o nazismo de

---

<sup>64</sup> Boletim Internacional de Ciências Sociais, v. 2, n 5. 1950.

forma neutra e objetiva, tal como solicitado pelas linhas do projeto, no imediato pós-guerra representava um imenso esforço intelectual para o cumprimento.



## CAPITULO III

### ENCONTROS INTELECTUAIS

#### 3. *Homens de Cultura*<sup>65</sup>

Para Bobbio (1997) os intelectuais receberam ao longo do tempo diversas denominações – sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de letre*, escritores etc. Sua existência coincidindo com outra existência, a do poder, este que pode se manifestar das mais diversas formas, mas que está embutido nas práticas da economia, da política ou da ideologia. Dessa última apreendemos a presença da relação entre a intelectualidade e o poder ideológico. Nesse caso, emanando uma autoridade que não se manifesta sobre o corpo ou os bens materiais, mas sim sobre as mentes pela produção e transformação de ideias, símbolos, visões de mundo, e ensinamentos práticos mediante o uso da palavra. Esses “*homens de cultura*” são os alimentadores e defensores dos valores morais<sup>66</sup>,

Porém, ao mesmo tempo, na medida em que adquire consciência bem clara de que estes valores não podem ser desconsiderados por nenhuma república, sua obra de artista e de poeta, de filósofo e de crítico torna-se eficaz na sociedade

---

<sup>65</sup> Expressão utilizada por Norberto Bobbio (1997) ao se referir aos intelectuais.

<sup>66</sup> Na perspectiva de Norberto Bobbio, os intelectuais traem sua missão de defender e promover os valores supremos da civilização, que são desinteressados e racionais na medida em que subordinam sua atividade aos interesses contingentes, às paixões irracionais da política. A denominação é relativamente recente, e procura-se associá-la ao russo *intelligentsia*, que se tornou uma palavra da linguagem comum italiana, incluída nos dicionários. É usada normalmente para designar o conjunto dos intelectuais como grupo, camada, categoria ou classe social.

da qual é cidadão. Faça-se pois o homem de cultura, conscientemente, sem reservas nem falsos temores, portador dessa força, não política; não será traidor nem utilizador. (BOBBIO, 1997, p. 23).

Intelectual é o indivíduo inserido num grupo de discussões e ideais com interesses amplos. Mas ao mesmo tempo *intelligentsia* no sentido dado por Raymond Williams (2007) que o designa grupo distinto e consciente de si mesmo. Por agir em muitos âmbitos o projeto demandou dos conhecimentos dessa *intelligentsia*, que atendia às duas categorias expostas por Bobbio – os ideólogos e os expertos.

Em síntese, os ideólogos são os encaram e expõe os princípios, e os expertos são aqueles que agem no campo dos conhecimentos úteis. Ambos obedecendo ou devendo obedecer respectivamente à ética das suas convicções e à ética da responsabilidade no desempenho de sua função.

O dever dos primeiros é o de serem fiéis a certos princípios, custe o que custar; o dever dos segundos é o de propor meios adequados ao fim e, portanto, de levar em conta as consequências que podem derivar dos meios propostos. (BOBBIO, 1997, p. 76).

Na esfera do *Projeto Tensões* os intelectuais são chamados a contribuir com o conjunto de suas habilidades e qualidades intelectuais na construção e condução do Projeto. Considerando sua capacidade de fornecer os *princípios-guia e conhecimento-meio* necessários à observação, análise, avaliação, validação, e legitimação do projeto. Sem que houvessem grupos distintos e definidos possuíam as qualidades do ideólogo que ofereceu os princípios teóricos fundamentais que sustentaram o projeto, e dos expertos que lhe

deram vida e objetividade por meio do exercício de suas especializações, adjetivos que por vezes se se amalgamavam na mesma pessoa.

E foi assim que gradualmente a Unesco acionou membros da comunidade intelectual dispersos pelos vários países e instituições públicas e privadas, com a clara intenção de promover discussões, gerar consensos e difundir um determinado tipo de conhecimento capaz de anular quaisquer possibilidade de conflito. Almejava-se que cada um deles na sua particularidade de seus conhecimentos promovessem a derrubada dos suportes da intolerância baseada na falta de informação e saber.

O diretor geral fará apelo às universidades e outros centros de pesquisa das diferentes nações, e distribuirá o trabalho entre essas instituições, naquilo que for possível. Ele irá recorrer ainda às comissões nacionais, assim com as organizações internacionais qualificadas. Esses órgãos estarão livres para propor as modificações que se fizerem necessárias ao projeto. (UNESCO. Estudos de Tensões, 1953).

Longe de ser uma novidade a participação intelectual em momentos de intensa reestruturação social é uma realidade histórica, e quando se trata da Unesco essa discussão se confunde com as decisões de fundação da própria instituição. Em seus tempos iniciais de constituição, a França defendeu de forma veemente a participação dos intelectuais no seio da agência, enquanto ponto de equilíbrio entre a dimensão ético-moral e o poder governamental, o interesse dos indivíduos e o poder do Estado<sup>67</sup>. Atitude que denota o reconhecimento da autoridade do discurso intelectual.

---

<sup>67</sup>Em 1924 a Liga das Nações criou o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) graças ao empenho de personalidades expressivas no meio intelectual da época e o apoio Francês. Com sede na França, O IICI, tinha como característica fundamental a independência

Se a eficácia do discurso é proporcional à autoridade de quem o enuncia, de onde também advém a credibilidade e o reconhecimento (BOURDIEU, 2004), necessário se faz conhecer tanto os elementos constituidores dessa relação estabelecida entre a Unesco e a comunidade intelectual, quanto as ações de um poder capaz de construir um sentido imediato de união e cooperação.

---

em relação ao poder do Estado, garantida mediante sua constituição como foro de intelectuais ligados às várias áreas do conhecimento, da literatura e das artes. Esse aspecto da independência foi muito discutido, e arduamente defendido pela França quando da criação da Unesco. Não tendo conseguido aprovar seu projeto e nem manter o IICI, no qual se situam as origens menos remotas da Unesco, e muito menos garantir a participação de um corpo de intelectuais liberados da tutela do Estado, a França foi contemplada com a sede da nova instituição em sua capital – Paris. Cf. Evangelista (2003).

### 3.1. Os Encontros Intelectuais da Unesco

Desde o final dos anos 40, a Unesco já efetuava extensas consultas e estimulava as comissões nacionais de seus estados membros, e à algumas instituições culturais a organizar encontros e discussões em nível nacional ou local, sob o tema da interação cultural entre os povos.

Dessa forma, o Conselho Americano de Educação, a Universidade do Texas e a Universidade de Stanford (Califórnia) organizaram colóquios sob o patrocínio da comissão nacional dos EUA. Exemplo seguido pelas comissões nacionais do México e da Colômbia. Entre as organizações internacionais, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Movimento Internacional de Intelectuais Católicos - Pax Romana comunicaram à Unesco seus comentários e sugestões.

Organizações culturais nacionais reuniram ensaios e artigos de diferentes personalidades, e foi o que também fez na Argentina a Fundação Vitória e Suárez, e outras entidades culturais então existentes na Áustria, na Bélgica, na França, nos Países Baixos, na República Federal Alemã e na Suécia (Cf. Anais do Encontro, p.09). Conferências entre intelectuais aconteceram em Nova Iorque (1949 e 1950), em Delhi (1951), Roma (1953).

Com base em toda a documentação resultante desses encontros, publicações e iniciativas, e contando ainda com a colaboração e assessoramento de Lucien Febvre (França), Gilberto Freyre (Brasil) e Lewis U. Hanke (EUA), durante a sua sétima reunião celebrada em Paris em novembro

e dezembro de 1952, a Conferência Geral da Unesco publicou a seguinte resolução:

Autoriza ao diretor geral a gerenciar a cooperação das comissões nacionais, das organizações competentes e das personalidades qualificadas, para a execução de um programa de reuniões internacionais, de estudos conjuntos, de pesquisas e publicações acerca das relações culturais entre os povos, com especial atenção às relações entre o Velho e o Novo Mundo. (UNESCO, 7ª CG, 1952).

De fato, a Unesco preparou dois encontros internacionais celebrados em 1954 no Brasil e na Suíça. A temática principal dos encontros girava em torno do “*estado atual e do desenvolvimento das relações culturais e morais entre os povos da América e da Europa*”.

No Brasil, o I Encontro de Intelectuais, ocorreu de forma conjunta ao II Congresso Internacional de Escritores<sup>68</sup>. Eventos concomitantes às comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Dividido em duas partes o evento estruturou-se da seguinte forma: de 09 a 15 de agosto debateram os escritores, e em 16 de agosto de 1954, em sessão solene instalou-se o I Encontro Intelectual da Unesco, que precedeu ao realizado em Genebra um mês depois. A intenção era dar andamento às discussões iniciadas em 1949<sup>69</sup>, e “favorecer colóquios de estudos, inquéritos e publicações sobre as relações culturais entre os povos de diferentes regiões do mundo, tendo por finalidade o desenvolvimento da compreensão internacional”

---

<sup>68</sup> Em 1945 realizou-se o I Congresso de Escritores. Em pleno Estado Novo, o tema central era democracia e liberdade de expressão. Independentemente dos variados engajamentos, na esteira do movimento modernista, superada a questão da identidade nacional, voltava-se o escritor para as questões que envolviam os destinos da nação.

<sup>69</sup> Entre 1949 e 1950 a Unesco patrocinou pesquisas sobre a questão das relações entre as grandes culturas de diferentes continentes. O resultado desse trabalho foi publicado na obra denominada: UNESCO, L'originalité des cultures e Interrelations of cultures. Paris: 1952

(Anais do encontro, p.12). Sob o objetivo geral de analisar a contribuição europeia à vida cultural e social dos povos das Américas, para o encontro de São Paulo foram propostos para discussão, os seguintes temas de discussão:

1. Afinidades e divergências entre a vida cultural dos diferentes povos da América e dos povos da Europa;
2. Interesses dos povos da América pelas civilizações das outras partes do mundo e suas consequências para o sentimento de solidariedade com a Europa;
3. Reconhecimento por parte de alguns povos da América da contribuição do Europeu à sua vida cultural (principalmente índios e africanos) e ao desenvolvimento de um humanismo fundado na pluralidade de tradições,
4. Desenvolvimento no Novo Mundo, de certas correntes de pensamento de origem europeia,
5. Quais escolas podem proporcionar à cultura europeia o espírito americano?
6. Meios e métodos apropriados para eliminar os equívocos e estreitar os contatos e a solidariedade intelectual no seio da civilização ocidental: como podemos assegurar as condições necessárias às relações culturais mais íntimas entre as diferentes partes do continente americano e entre os povos da América e entre os povos da Europa.

Nas palavras de Paul Rivet, proferidas na cerimônia de abertura do encontro, tais objetivos ganham um sentido bastante prático, quando ele sugere a busca por valores comuns, de forma a contribuir para o conhecimento

mútuo, e dessa forma minimizar eventuais embates surgidos em meio aos intercâmbios e relações de interdependência.

[...] pois problemas tão importantes para a harmonia e a prosperidade internacional como o das migrações, do emprego de capitais, das trocas de produtos agrícolas e industriais, da distribuição das matérias-primas, da proteção dos recursos naturais, da valorização das zonas áridas, ou das florestas impenetráveis, do equipamento técnico, do saneamento, da alimentação racional, da educação de base, não poderiam ser convenientemente abordados e resolvidos de um lado e de outro sem uma devida aproximação prévia, condição 'sine qua non' de uma verdadeira contribuição mútua (UNESCO, Anais do encontro de Genebra, p.364).

O Encontro Intelectual de Genebra aconteceu de 01 a 11 de setembro de 1954. A questão a ser perseguida era a seguinte:

[...] Desejamos principalmente que este encontro lance luz sobre a questão de saber se a civilização das Américas, e especialmente dos Estados Unidos, é o desenvolvimento da sociedade europeia, ou se tende a despegar-se dela para tomar novos caminhos. (UNESCO, Anais encontro de Genebra, p. 12).

Sob esse prisma, a tônica das conferências foi a relação entre o Novo Mundo e a Europa<sup>70</sup>, tema que deveria ser avaliado mediante os seguintes aspectos:

- a) Repercussões intelectuais e morais do descobrimento do Novo Mundo;
- b) Contribuições recíprocas da Europa e do Novo Mundo nos principais aspectos da vida cultural (arte, ciência, filosofia, medicina, técnica etc...);

---

<sup>70</sup> Na visão de Holanda as diferenças entre esses dois polos não deveriam “servir para separar, pelo contrário, devem servir para aumentar as possibilidades de um contato e de uma colaboração necessários e cada vez mais fecundos” (UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, p.218).



c) Estado atual das relações culturais entre a Europa e os povos do Novo Mundo;

Vale ressaltar também a ênfase dada em ambos os encontros aos Estados Unidos, sua atuação nas Américas e suas relações com a Europa. Na busca pela simetria entre nações, a gradativa conquista de poder e independência econômica dos norte-americanos, ameaçava os projetos de unidade internacional da Unesco. Nesse sentido o comentário de Guido Piovene, ao tratar das relações entre América do Norte e América Latina é exemplificador:

Uma colaboração fecunda entre a América do Norte e América Latina só poderá estabelecer-se se for apoiada numa política que leve em conta ambas as concepções de civilização que, em lugar de opor-se, deveriam, pelo contrário, procurar harmonizar-se e complementar-se. É evidente que as relações entre as duas metades da América devem estar condicionadas ao equilíbrio e não à oposição hostil dessas duas forças.(UNESCO. Anais do encontro de Genebra, p. 366)

Por recomendação da organização dos encontros, os debates deveriam ser mantidos ao nível da vida moral, intelectual, cultural e artística, excluindo-se às questões políticas. Para que isso pudesse ser feito, solicitava-se o uso de método, mais propriamente o método histórico, pois “[...] é indubitável que a cultura é, em parte, o produto da continuidade da tradição que cabe a História esclarecer [...]” (Unesco 1956, p. 11). Nesse ponto vale lembrar a seguinte colocação do historiador Lucien Febvre ao ser consultado sobre a contribuição da História na solução dos problemas relativos à intolerância:

[...] “Problema”, para o mais comum dos mortais, implica em “solução”. E o historiador não busca, o historiador não tem por que buscar uma solução para problemas de tal amplitude. (...) A História como eu a compreendo, tal como trato de servi-la a mais de meio século, não dá, não sugere, não tem por objetivo proporcionar aos homens a solução para tais problemas. Por muitos motivos entre os quais o mais importante, é que nunca estes problemas serão suscetíveis de uma solução definitiva. (UNESCO. Anais do encontro de Genebra, p. 312).

A enfática manifestação de Lefebvre se deve primeiramente ao entendimento do papel do historiador que era próprio do movimento de *Annales* e do qual ele era um dos protagonistas. Uma noção que pouco se adequava ao trabalho que a Unesco esperava que desenvolvesse. A história na sua percepção não tinha, nem pretendia ter, as soluções rápidas que o projeto almejava. Ele também tinha consciência de que o mundo havia mudado, e de que nunca mais seria o mesmo: *“Um fato é certo, desde já: viver, tanto para nós mesmos como para nossos filhos, amanhã será, e já o é desde hoje, adaptar-se a um mundo perpetuamente escorregadio”* (UNESCO, Anais encontro de Genebra, p.78). Ou seja, acreditava que as mudanças haviam chegado para ficarem, mudanças que poderiam ser analisadas, discutidas, comentadas, mas não anuladas.

Por outro lado é preciso que se diga que, para além das expectativas da Unesco e da própria ONU, Lefebvre não eximia o historiador das suas obrigações frente a tão complexa conjuntura, nem se furtava ao trabalho a ser feito, pelo contrário, ele os convocava:

O Mundo de ontem está acabado. Para todo o sempre. Caso tenhamos alguma chance de nos safar, nós, os franceses, será compreendendo, mais depressa e melhor do que os outros, essa verdade evidente. Renunciando aos despojos do naufrágio. Eu lhes digo: vamos, é preciso cair na água e nadar.

Essa solidariedade real que, a partir de agora, une todos os naufragos, e que amanhã unirá todos os homens, tratemos de fazer com que ela se torne uma solidariedade no labor, na troca, na livre cooperação. Perdemos tudo, ou quase, de nossos bens materiais. Mas nada teremos perdido caso nos reste o espírito. Expliquemos o mundo ao mundo. (UNESCO, Anais do encontro de Genebra, p. 82).

Nos encontros, percebe-se o esforço conjugado de adequação a uma realidade fugidia que parecia desafiar a comunidade intelectual da época, a encontrar meios de mobilizar, desfazer “equivocos”, unir nações e sustentar a paz, de forma racional, através do “bom uso” da cultura. Uma difícil tarefa a qual a comunidade intelectual brasileira também foi chamada a prestar sua contribuição, numa possível demonstração de reconhecimento de sua maturidade.

Carlos Guilherme da Mota traça uma interessante linha do pensamento contemporâneo no Brasil, demonstrando algumas destas matrizes de nosso pensamento crítico que dialogam com a profissionalização do intelectual. Segundo o autor houve uma primeira fase “lenta da passagem do sistema cultural do Segundo Império escravista (1840-1889) ao da Primeira República positivista e oligárquica (1889-1930)”; um segundo “momento do criticismo das novas interpretações do Brasil após a Revolução de 1930” com Gilberto Freire, Sérgio Buarque, etc.; “o *Estadonovismo* cria o sistema cultural da ‘Cultura Brasileira’ (uma série de intelectuais liberais atua com vigor)”; um quarto momento da “emergência de um pensamento radical de classe média no bojo da Segunda Guerra Mundial, representado por Antonio Candido, Florestan, Soares Amora (três exemplos da Faculdade de Filosofia), de Faoro, etc.; pensamento variado e com sinalizações diversas”; nos anos 50 e 60 se dá “o momento das interpretações dualistas (Jacques Lambert, CEPAL) e

contundentes textos e ações de luta contra o ‘subdesenvolvimento’”; etc. (MOTA, 1997, p.100). Percebemos assim, a crítica tornando-se cada vez mais especializada, logo profissional/acadêmica.

Amélia Domingues de Castro, que ocupava a cadeira de didática geral e especial no curso de História da USP nos anos 50, ao designar os objetivos da disciplina História no curso secundário dá-nos mostra da difusão dos ideais de compreensão internacional nas discussões entre os pesquisadores brasileiros:

[...] conseguir-se que a História cumpra seu papel na formação do sentimento nacional sem prejudicar outra de suas importantes finalidades, a de desenvolver a compreensão internacional. Este tem sido o objetivo de muitos trabalhos da ONU, através de seminários internacionais e de publicações da Unesco. Essa aspiração tem raízes anteriores, pois já fora objeto de cogitações da sociedade das nações. É pois, uma das questões relevantes no momento presente, a que se refere à contribuição do ensino da História para um melhor entendimento entre os povos, acentuando-se aí o perigo que certas interpretações da História podem trazer para a paz internacional. (Revista de História, 1954).

No seu plano de curso constava ainda a seguinte ementa: [...] 1. A erudição e a compreensão; 2. Finalidades cívico-políticas; 3. Compreensão internacional; 4. Formação moral; 5. História “magistra vitae”. (Revista de História, 1954,p.12). Demonstrando que a temática das relações culturais entre as diferentes partes do mundo, ponto nevrálgico dos encontros intelectuais, cresce em importância ao longo dos anos 50, na mesma proporção em que se fortalece a relação cultura/unidade internacional. Mas ao mesmo tempo em que se expande a ideia de unidade internacional, no outro extremo são crescentes os esforços de identificação nacionalista.

No dizer de John Breuilly (2000, p. 155) existem muitas dificuldades a transpassar as reflexões acerca do nacionalismo *“O debate sobre esse tema enfrenta uma grande dificuldade: teóricos e historiadores expressam coisas diferentes com esse termo. Em linhas muito gerais, visualizo três áreas de interesse diferentes: doutrina, política e sentimentos”*. Se tratado enquanto doutrina, terá em consequência os usos políticos e se liga às ideias e àqueles que as idealizam – os intelectuais. Nessa abordagem o nacionalismo é obra de intelectuais. Mas como ele nos alerta não é possível unir á essa abordagem a política ou sentimentos.

Muitas vezes, a política nacionalista é dominada por outros grupos; o surgimento de sentimentos nacionais tem que ser relacionado com mudanças muito mais complexas do que a difusão de uma doutrina, partindo de seus criadores intelectuais para populações mais amplas. (BREUILLY, 2000, p. 156).

Outra forma de compreender o nacionalismo, leva em conta os *“sentimentos nacionais ou da ‘consciência nacional’ numa grande população.”* (BREUILLY. 2000, p.157) uma forma de percepção que na maior parte das vezes relaciona população com nação. Aqui também Breuilly vê um problema, *o de saber até onde saber até onde se deve equiparar a nação a grupos que partilham conscientemente um sentimento de identidade nacional constitui, uma questão problemática*. Esse tipo de abordagem é para ele útil quando se pretende aplacar a força da dominação estrangeira por meio do reforço da consciência nacional.

Em se tratando de uma leitura do nacionalismo como política, que para ele se distingue pelas seguintes características:

1. Existe uma nação, ou seja, um grupo especial que se distingue de todos os outros seres humanos.
2. A identidade e a fidelidade políticas dão-se, antes de mais nada, com e em relação à nação.
3. A nação deve ter autonomia política, normalmente sob a forma de um Estado soberano. (UNESCO. Anais do encontro, p. 158).

Aqueles que se ajustam a essas premissas são para ele considerados movimentos políticos nacionalistas modernos, cujo surgimento pode ser datado nos últimos duzentos anos. Sua importância foi, portanto essencial para a construção do mapa político internacional, ao mesmo tempo em que consubstancia a ideia de mundo se divide numa série de Estados. Cada um desses Estados representando uma nação.

No discurso de Gellner (2000) no qual se propõe analisar o advento do nacionalismo nos séculos XIX e XX, encontramos a relação entre o Estado e uma cultura nacionalmente definida. Em seus escritos ele nos esclarece acerca da construção, nos últimos dois séculos – em concordância com Breuille, da emergência de entidades políticas que denominados Estados, em cujo bojo é possível encontrar a relação soberania/cultura.

Adquirida nos processos de vivência ou transmitida por especialistas, para o autor o certo é que a cultura tornou-se ao longo do tempo aspecto vital para a existência do Estado. A primeira diz-nos ele,

Tende a ser flexível mutável e regionalmente diversificada, além de muito maleável, às vezes em grau extremado. A segunda pode se tornar rígida, resistente a mudança e padronizada num extenso território. (GELLNER, 2000, p.118).

A legitimidade política está em certa maneira ligada às práticas culturais, o que o torna o nacionalismo uma realidade incontornável para a Unesco em sua pretensão de chegar a manutenção da paz mundial por meio do estreitamento do relacionamento internacional, que tem o nacionalismo e a cultura entre as suas principais variáveis.

O Projeto Tensões adentra os anos 50 fortalecendo a relação cultura/desenvolvimento, cultura/planejamento, cultura/compreensão com características do terceiro momento de conceituação cultural. A defesa veemente do “conhecimento da riqueza cultural de cada nação enquanto promotor da unidade mundial”, feita por Rudolf Salat – então diretor do departamento de atividades culturais da Unesco é dessa forma, sintomática.

No campo da pesquisa os trabalhos seguem o mesmo caminho, de forma que o discurso intelectual ressoa sem grandes dificuldades na instância Unesco, o que de certa forma favorece a parceria cujos resultados refletem-se nos encontros. Estabelecido este aspecto das correlações, identifiquei outro fator a permear os encontros – a questão da unidade mundial, explicitamente proposta por Rudolf Salat.

A Unesco enquanto parte de um organismo internacional – a ONU, seria o caminho por onde passariam os consensos necessários à integração entre as nações. Ao longo de sua trajetória tornou-se uma instituição eminentemente operacional, e tendo como base o discurso intelectual, decidida a encontrar as possibilidades estratégicas do quesito Cultura, de forma a promover a paz através da integração mundial.

Algumas obras são diretamente resultantes dos encontros intelectuais, e hoje se colocam como fontes de fundamental importância. São elas:

- L' originalité das culturés; son role dans la compréhesion internationale. (UNESCO – Paris, 1953). Referente a dificuldades então percebidas, nas relações culturais entre os diferentes continentes. Essa obra expõe os resultados das primeiras iniciativas de abordagem da questão, em colóquios realizados nos anos 1949 e 1950 em Nova Iorque.

- Humanisme et éducation em Orient et no Occident entretien (UNESCO – Paris, 1953). Nesta obra, que trata das discussões empreendidas em Nova Delhi em 1951, encontramos estudos que tratam especialmente das relações culturais entre o Oriente e o Ocidente.

- L' Éducation pour la compréhension internationale. Paris: Unesco, 1955. Nesta obra reside todo um esforço em demonstrar que a conquista da paz e da solidariedade internacional, também passa pela promoção de projetos educacionais que auxiliem numa melhor compreensão das diferenças culturais em âmbito mundial.

- El Viejo y el Nuevo Mundo: Sus relaciones culturales y espirituales. Publicada em Paris no ano de 1956, esta obra contém todas as conferências proferidas durante os Encontros Intelectuais de São Paulo e Genebra, no ano de 1954. Quando a principal tarefa dos conferencistas era tratar de assuntos ligados às relações estabelecidas entre a Europa e as Américas.

Apesar de se situar em um contexto extremamente sugestivo, o texto dos encontros, sob a ótica de Bourdieu, deve ser lido sob a luz que ilumina o universo intermediário que está exatamente entre o texto e o contexto, espaço a qual ele denomina campo. Um microcosmo relativamente autônomo, onde estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse nível de análise possibilita



pensar os encontros intelectuais enquanto espaço de interação do campo científico, que nos instiga a conhecer sua lógica e fontes de poder necessário à mediação dos conflitos e superação das pressões externas.

Em ambas as edições do *Encontro* o teor dos discursos, foi o mesmo: colaboração, contato, compreensão mútua, paz. Tudo isso deveria ser conquistado a partir de um melhor reconhecimento cultural, pautado na ciência, legitimado pelos intelectuais e por isso menos sujeito aos equívocos, potenciais causadores de atritos que iam desde os pequenos conflitos localizados até as grandes guerras mundiais. A Unesco deveria agir enquanto centro de informação e intercambio favorecendo o contato entre estudiosos de todo mundo, criando um centro de interesses comuns. O conhecimento científico deveria ser utilizado para aprofundar o conhecimento dos fenômenos que ampliam os conflitos entre os homens. A cooperação intelectual e a análise cultura propostas no encontro no âmbito do *Projeto Tensões*, tornaram-se assunto de Estado, para a construção de um novo concerto entre as nações.

Se levarmos em conta a quase impossibilidade de construção de uma unidade real num mundo que emergia de duas guerras, em um cenário que tinha como pano de fundo a Guerra Fria, resta-nos então deslindar as ações postas em torno da construção de uma união crível entre as nações. Em outras palavras, Unesco e intelectuais, uniram-se em ação simbólica para através do poder exercido pelo discurso científico produzir a unidade real, ou na impossibilidade desse feito, construir a crença na unidade. Vistos desse ângulo, mais do que encontros destinados a conhecer e debater especificidades culturais de cada país, os encontros intelectuais da Unesco,

sinalizam para a conjugação de esforços no sentido de construir um sistema ideológico capaz de anular as assimetrias e contradições.

Não se tratam, os estudos empreendidos pela Unesco de levantar uma tela para separar distintos tipos de realidades humanas que haviam permanecido durante longo tempo estranhas entre si. Mas sim de ajudar a povos que pertencem ao mesmo complexo de civilização, a precisar o significado que toma hoje o parentesco cultural. Hoje é o momento em que todas as ordem produzem trocas profundas num complexo tecido de relações recíprocas, sobre o fundo de uma mesma comunidade de origem intelectual e espiritual. (UNESCO, Anais do Encontro de São Paulo, 1954, p. 118)

A presença da intelectualidade brasileira é marcante<sup>71</sup> não somente no encontro realizado em São Paulo – no qual Alceu Amoroso Lima expos suas observações sobre o tema, como também no que teve Genebra como cenário, e que contou com a participação de Sérgio Buarque de Holanda. Uma amostra do pensamento brasileiro foi assim devidamente registrada nas conferências proferidas por esses dois célebres representantes de nossa intelectualidade<sup>72</sup>.

---

<sup>71</sup> Nas listas de presença do I Encontro de Intelectuais é possível encontrar figuras significativas no contexto intelectual brasileiro da época, como Alceu Amoroso Lima, Oswald de Andrade, Florestan Fernandes, Paulo Mendes de Almeida, Lígia Fagundes Telles, Aderbal Jurema, Sérgio Milliet, dentre outros.

<sup>72</sup> Nesse ponto creio ser importante fazer algumas considerações conceituais. Uma delas é quanto ao termo *intelectual*, assim definido por Edgar Morin (1986, p.232): “quando os filósofos descem de sua ‘torre de marfim’ ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação especializada para defender, ilustrar, promulgar ideias que tem valor cívico, social ou político, eles tornam-se intelectuais”. Assim, intelectual é o indivíduo inserido num grupo de discussões e ideais com interesses amplos. Por outro lado, como bem coloca Raymond Williams (2007, p. 236) o termo *intelligentsia* é empregado para designar “um grupo distinto e consciente de si mesmo”. Diante das observações tomadas anteriormente, talvez possamos falar que nos anos de nossa pesquisa havia uma *intelligentsia* no Brasil, dividida em diversos grupos é verdade, mas todos e cada a seus modos atuantes na criação de uma nova configuração de realidade cultural e social para o país e o mundo.

### 3.2 Alceu Amoroso Lima – o escritor e as circunstâncias<sup>73</sup>

Foi no sentido da existência de uma cultura intelectual que Alceu Amoroso Lima em elocução denominada “*A cultura americana e a lição da Europa*”, encaminhou a sua conferência no Encontro de São Paulo. Nela tratando da cultura europeia e americana, de forma a mostrar que juntas formavam a cultura ocidental. Para tanto, sua primeira providencia foi distinguir dois aspectos considerados por ele essenciais para o entendimento da questão proposta: o aspecto criador e o aspecto educativo da cultura.

Ambos constituem parte substantiva da cultura intelectual. A educação se liga à criação a mesma da qual deriva, se não exclusivamente, ao menos em grande parte daquela. São dois aspectos da mesma realidade. Pode haver um aspecto dominante e um sucessivo. Mas não pode haver uma exclusão total em favor do outro.(UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, p. 327).

Alceu Amoroso Lima<sup>74</sup> propôs pensar a cultura no seu sentido intelectual, tendo em mente, segundo ele, os trabalhos preparatórios para os Encontros e as recomendações feitas pela Unesco.

---

<sup>73</sup> Em obra resultante de sua tese de doutoramento Marcelo Timotheo da Costa trata de frisar a ligação entre Alceu, sua produção e as circunstâncias em que este escreve. Nas palavras do próprio Alceu: “*Eu escrevi muitos livros, mas pouquíssimos vão ficar. Porque são livros de circunstância. Eu tinha que escrever obrigado*”.

<sup>74</sup> A época dos encontros Alceu Amoroso Lima era representante do Brasil na Organização dos Estados americanos (OEA). Muitas são as obras que discorrem sobre o professor, crítico literário, escritor e líder católico Alceu Amoroso Lima. Dentre elas cito: CURY. Carlos Roberto Jamil. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010 (Coleção Educadores - MEC.); CAUVILLA, Waldir. *Alceu Amoroso Lima (1893-1983) um educador católico*. Rio de Janeiro, Papel Virtual, 2005. In: RAMOS, Lílian Maria Paes de Carvalho (org.). *Igreja, Estado e Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005. RIO. Nilce Rangel del. *As múltiplas vozes de Tristão de Athayde*. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1988. MORAIS. Régis de. *História e pensamento na educação brasileira contribuição de Tristão de Athayde*. Campinas-SP: Papirus, 1985; VILLAÇA, Antonio Carlos. *O desafio da liberdade (A vida de Alceu Amoroso Lima)*. Rio de Janeiro: AGIR, 1983. COUTINHO. Afrânio. *Tristão de Athayde, o crítico*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1980.

[...] toda cultura é um conjunto orgânico que vive em relações contínuas, tanto internas - entre os elementos que o compõem, como externas - entre os conjuntos coletivos. É nesse sentido que podemos falar das interações culturais dos povos de um continente e das influências culturais de um continente sobre o outro, como se propõe o tema da presente reunião ( UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, p. 325)

Ele ainda ofereceu aos Encontros Intelectuais de São Paulo um conceito de cultura no qual está aparecia como “[...] *o conjunto de atividades do espírito que conduzem à formação das personalidades e das civilizações*”. Sob seu ponto de vista, a cultura intelectual de um continente ligava-se intimamente às suas instituições políticas, seus sistemas econômicos e às histórias de suas realizações nesses domínios, aos princípios morais que orientam seus povos e, acima de tudo, as suas convicções religiosas. Para ele, todos esses fenômenos afetam a cultura intelectual e são afetados por ela, de forma “todas são causa e efeito recíprocos”.

Alceu Amoroso Lima permaneceu inserido no universo católico por mais de cinquenta anos. Porém, com o passar do tempo as transformações na sua relação com a fé se modificam e isso se reflete na sua obra e atuação pública. A partir de Marcelo Timotheo da Costa (2006, p. 20) temos a informação de que permanência, mudança e tensão estão presentes na imagem de Alceu, que vai do intelectual católico reacionário, o cruzado romanizador, prevalente nas duas décadas seguintes à sua conversão, e à imagem do crente aberto à modernidade que em vez de condenar o tempo corrente, dialoga com ele e com a sociedade em chave pluralista<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Segundo da Costa (2006) trata-se do modelo eclesial que vai prevalecer no Concílio Vaticano II e encontrará em Alceu um dos seus precursores e maiores defensores.

Suas formas de intervenção na sociedade foram mantidas principalmente por colunas alimentadas por ele na imprensa e que exteriorizavam suas reflexões acerca do cenário sócio-político brasileiro. Por meio de muitos textos e livros, Alceu deixou sua mensagem crítica. Ao final este passou a ser conhecido como um católico progressista<sup>76</sup>.

No aspecto educativo a cultura assumiria a função pedagógica de formação do homem, papel desempenhado segundo ele, pela cultura europeia. A cultura em seu aspecto criativo promoveria a comunicação, algo que então ficava a cargo da cultura americana,

A cultura criadora pode ser vista também por meio de diversos pontos de vista que levam a uma diversidade de resultados. Além disso, como a própria palavra indica, se a cultura pedagógica é imanente e tende a formar uma personalidade, e, portanto uma fonte de criação, a cultura transitiva tende a criar um novo mundo de formas, produto desse dinamismo humano. UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, p. 327)

Feitos esses esclarecimentos, a análise da cultura europeia foi sua próxima ação, sendo esta a soma de três culturais principais: a greco-latina e a anglo-germânica, com forte influencia hebreia, árabe e nórdica.

Dentro desta diversidade de elementos existe uma unidade cultural europeia que por vez tem fecundado o continente americano, até o ponto de constituir a unidade cultural do Novo Mundo. (UNESCO, Anais do Encontro de Genebra ,p. 327).

Com relação às características fundamentais da cultura europeia ele destacou que por ser antropocêntrica, o principal ensinamento passado às culturas americanas foi o humanismo.

---

<sup>76</sup> Marcelo Timotheo da Costa elaborou excelente trabalho sobre Alceu Amoroso Lima, sendo uma referência das mais importantes para o esclarecimento de aspectos da vida e da obra desse intelectual.

[...] este humanismo europeu não se baseia no instinto nem na força do homem, e sim na sua natureza racional. Europa é inteligência. Europa é continente intelectual por excelência. Europa é a primazia da racionalidade, de suas obras e de suas vicissitudes. Este intelectualismo é o que domina tudo: mas como uma contribuição própria do homem europeu ao homem de outros continentes. UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, 1954. p. 329).

Essa preponderância da inteligência teria como consequência três feitos secundários: o totalitarismo, o universalismo, e o imperialismo. O totalitarismo visto como a ambição - natural nessa inteligência, de explicar todo universo, a terra e todos os astros, o homem e todos os animais, o espírito e as coisas, o tempo e o espaço. O esforço para penetrar nos segredos do universo. Já o universalismo seria a tendência a incorporar outros horizontes, outros continentes, outros modos de ser, de viver. A Europa para ele era uma encruzilhada, uma interpretação viva e complexa de todos os continentes, *“um ponto de convergência de todas as correntes de ideias e de feitos, ocorridos e que ocorrerão em todas as latitudes e em todos os tipos de homem”*. O imperialismo é a tendência oposta e dominadora. O homem europeu, não somente indo buscar a verdade e a beleza e o bem onde quer que possa encontra-lo, mas fará isso totalmente consciente de sua superioridade.

[...] a arrogância, o orgulho, o egocentrismo, a força baseada na convicção de ser superior o conduzem a conquista, ao império, não somente pela força, pelo dinamismo, será também pela cultura, pelo espírito, pela fé e pela razão, pelas instituições e pela técnica. (UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, 1954, p. 329).

Vale lembrar que Alceu Amoroso Lima esteve na Europa em 1950, e nos Estados Unidos no período 1951-1953. Ao viajar para a Europa sua intenção é

visitar Roma, em razão de o Ano Santo ser celebrado em 1950. Outros motivos foram rever Paris, em especial Sorbonne e Portugal.

Trinca de objetivos complementares. E, sobretudo, *desiguais*. A ideia de peregrinação, prevalente, organiza o roteiro. A viagem é pensada em termos hierárquicos claros, expressos no direcionamento do trajeto: Alceu desembarca em Portugal, segue para a França e, por fim, alcança a Itália. É sem dúvida, a intenção peregrina que gradua e ordena o deslocar-se. (UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, p. 329).

Durante essa viagem muitos foram os contatos com intelectuais, ação que contribuiu para o amadurecimento e consolidação de algumas ideias e percepções sobre aspectos culturais na relação Europa/América.

O humanismo europeu seria, portanto, uma consequência de seu intelectualismo globalista, universalizante e imperial. E será esse culturalismo humanista que a Europa irá irradiar sobre os demais continentes.

[...] dentre eles mais que nenhum outro, a América é uma projeção e uma criação da Europa. A cultura americana está indissolivelmente unida à cultura europeia”. Mais que nenhum outro grupo continental, devem Europa e América constituir uma unidade atlântica, não para isolar-se em seus valores culturais próprios, mas sobretudo para dar plena expressão a um dos aspectos mais significativos e superiores destes valores culturais. ( UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, 1954, p. 330).

Sobre a unidade cultural americana tratou ele de definir os traços comuns. Antes de tudo, disse ele, o primeiro ponto comum é a origem europeia “*Europa é a fonte, Europa é a base, Europa é a origem*”. O segundo traço comum seria o colonialismo, o período de domínio das metrópoles colocado como fato histórico comum a todas as culturas americanas. A aspiração à independência é o terceiro ponto comum. O espírito de autonomia, de formar

uma unidade própria. Nesse ponto ele contribui para a discussão dos fatores de antagonismo, proposta do Encontro,

A reação contra os abusos da exploração colonial, junto com as aspirações naturais de independência, criou o espírito do autoctonismo, do antieuropeísmo, que deixou marca profunda na cultura americana e haveria de criar um dos grandes problemas das relações entre os dois mundos, o Velho e o Novo. (UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, 1954, p.339)

Sua percepção do contexto da época habilitava-o a inferir que talvez os motivos para uma inclinação às culturas diferentes da Europeia, ou à volta as fontes tradicionais, era porque naquele momento, as culturas americanas se mostravam mais livres e conscientes e se libertando do complexo de inferioridade. Não havia temor em voltar as suas origens, mesmo porque elas atuavam enquanto mecanismo de defesa, contra o imperialismo e impulso para o progresso em todos os campos.



### 3.3 A crítica de Sérgio Buarque de Holanda

No encontro de Genebra, em sua conferência, sob o título, “*O Brasil na vida americana*”, Sérgio Buarque de Holanda<sup>77</sup>, destacou a importância de estarem ali reunidos para, mais do que conhecimento, adquirirem consciência das diferenças entre os continentes e seus povos. Ao que se ressentia pelo fato de que as guerras os houvessem levado até ali. Quanto as possíveis divergências entre europeus e americanos, no seu ponto de vista, “*as diferenças raciais entre os povos americanos já eram bastante importantes em si mesmas para que seja possível conceber uma unidade capaz de opor-se à Europa*”.

Noutra parte refutou as generalizações, as simplificações e a uniformização, percebidas em muitas obras, e até mesmo no trato oficial, dando como exemplo, aquela considerada por ele como uma das simplificações mais frequentes: definir os povos da América Latina por meio de uma espécie de contraste violento com os anglo-saxões do mesmo continente.

Se bem que seja certo que a tradição ibérica, representada nas nações latino americanas, se tenham mostrado, em geral,

---

<sup>77</sup> Uma vasta bibliografia vem sendo produzida sobre o intelectual Sérgio Buarque de Holanda nos últimos anos. Dentre as mais recentes destaco: MARRA, Stelio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp: IEB, 2012. EUGENIO, João Vennedy. *Ritmo espontâneo organicismo em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Teresina, EDUFPI, 2011. (Originalmente apresentada como tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense). RAMIREZ, Paulo Niccoli. *Sérgio Buarque de Holanda e a dialética da cordialidade*. São Paulo, EDUC, 2011. (Originalmente apresentada como tese do autor (Mestrado - PUCSP) em 2007. RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Alameda, 2011. MONTEIRO, Pedro Meira e EUGENIO, João Kennedy (orgs). *Sérgio Buarque de Holanda perspectivas*. Campinas, Editora da Unicamp, 2008 Rio de Janeiro, EdUERJ. NICODEMO, Thiago Lima. *Urduidura do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo, EDUSP, 2008. (Originalmente apresentada como tese do autor - Programa de História Social da Universidade de São Paulo) em 2006.

contrárias ao predomínio de algumas atitudes e valores espirituais que fundamentam em parte o progresso mecânico e da civilização burguesa e capitalista encarnada hoje nos Estados Unidos; e se essa aversão parece relacionar-se com certos vestígios arcaicos que os povos ibéricos continuam apresentando no mundo moderno, não pode afirmar-se que está posição conservadora de tais nações seja invulnerável em todos os aspectos.( UNESCO, Anais do Encontro de Genebra,1954, p. 347).

Em sua opinião, uma cidade como São Paulo não combinava com a imagem que formavam do latino americano. Deixando claro o apelo por análises mais minuciosas e cuidadosas por parte de seus colegas estudiosos<sup>78</sup>.

Ainda sobre a questão do desenvolvimento, relacionou a falta de um progresso tecnológico mais vigoroso nos países americanos às próprias condições do seu desenvolvimento histórico, que desconsiderou etapas importantes,

[...] nos americanos, e não falo aqui unicamente dos latino - americanos, os hábitos e instituições que tem adotado, não são nascidos somente no curso de uma evolução natural e constante. Em grande número de casos tem prescindido de algumas etapas intermediárias do processo que foram imprescindíveis no antigo continente UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, 1954, p 347).

Na sequência de sua conferencia, dissertou sobre o desenvolvimento do Brasil desde seus primórdios coloniais, expondo as bases das relações Brasil/Europa, nessa parte condenou a crença na existência de uma,

---

<sup>78</sup> Tais colocações por certo causaram desconforto entre o grupo de intelectuais presente, tanto que após seu encerramento, ao abrir o tema para discussão, um dos primeiros comentários feitos, relacionava o modo como cada intelectual analisava seu objeto, com a corrente filosófica com a qual se identificava. Ao que Sérgio Buarque de Holanda respondeu de forma sucinta: “A compreensão de ideias diferentes não envolve a necessidade de impor essas ideias” (Unesco, Anais do encontro p. 352).

[...] misteriosa mentalidade ibérica sempre igual em si mesma, e capaz de uma resistência obstinada a todas as influências externas e a todas as trocas possíveis, seria sucumbir à sedução desses argumentos idealistas que não explicam nada e correm o risco de causar muitas confusões. Há de se pensar um pouco nesses observadores que, há apenas um século, julgavam que o povo alemão era uma raça de sonhadores impenitentes e carentes de sentido prático. (...) e também naqueles que antes da revolução industrial negavam aos ingleses as virtudes econômicas que viriam a desenvolver mais tarde e em tão alto grau. ( UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, 1954, p. 347).

Na sua perspectiva a relação Brasil/Europa, em termos especificamente intelectuais e educacionais, impediu a circulação de obras literárias não europeias, e em particular, não provenientes dos Estados Unidos ou dos demais países latinos, o que segundo ele levou ao pouco conhecimento mútuo. Alertou ainda para o fato de que tragicamente as guerras, com a consequente destruição e inacessibilidade das obras de origem europeia, possibilitaram a difusão de publicações não somente norte-americanas, como também dos países vizinhos, algo que poderia favorecer os contatos culturais. No entanto, informava que o que chegava ao Brasil eram traduções feitas em espanhol, o que muitas vezes poderia fornecer um conhecimento incompleto, quando lidos sob a fluência improvisada do leitor.

Nota-se que um teor bastante crítico consubstancia toda sua comunicação, crítica ao trabalho intelectual quando feito de forma descompromissada, crítica ao conhecimento produzido e reproduzido de forma descuidada. Mas em determinado trecho de sua conferência ele vai um pouco mais além, expõe a contradição embutida no próprio evento no qual participava:

A tendência dos que veem o mundo latino americano como uma imagem invertida, ou uma espécie de negativo da ideia que se faz da América do Norte colonizada por anglo-saxões trás também uma pressuposição enganosa. A mera ideia de que é possível uma comparação envolve já em principio o postulado da existência de duas unidades coerentes. (UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, 1954, p. 348).

A incompreensão é destacada por ele como de extrema gravidade, chegando ao ponto de se inferir à América Latina uma unidade linguística, sem se levar em conta,

[...] que no Brasil não se fala espanhol, e que este país, com uma superfície territorial superior a da Europa - a parte a Rússia, superior a dos Estados Unidos - a parte o Alaska, compreende a metade da população e metade do território da América do Sul. (UNESCO, Anais do Encontro de Genebra, 1954, p. 348).

Por mais de uma vez, procurou destacar as especificidades do Brasil no interior das Américas. País que se que distinguia dos demais por conta das condições em que se deu seu desenvolvimento. Desenvolvimento que o separava mais ainda dos Estados Unidos. O Brasil ocupa no novo mundo um lugar a parte, disse ele, “[...] nesse continente habitado em sua maior parte por povos que falam inglês ou espanhol, não está ligado, na realidade a nenhum deles”. Porém, não aceitava como verdadeiras as alusões à debilidade do sentimento de pertencimento à América Latina por parte dos brasileiros, pelo contrário, “o sentimento americano desempenha hoje, como no passado, um papel muito ativo na vida nacional”.

No encerramento de sua explanação, Sérgio Buarque de Holanda, enfatiza que “[...] as divergências servem para aumentar as possibilidades de um contato e uma colaboração necessária e cada vez mais fecunda”. Também

ele se coadunava com os princípios de compreensão, ponto nevrálgico do projeto, mas não qualquer compreensão, e sim uma compreensão que pressupusesse uma diferença.

Diante das observações desses dois intelectuais que bem nos representaram nos encontros da Unesco, fica a percepção de que muito embora a *intelligentsia* no Brasil, como em outras partes esteve dividida em diversos grupos, todos, e cada a seu modo estavam a atuar na defesa da cultura brasileira e da necessidade de uma reconfiguração em sua realidade social tanto em termos nacionais como internacionais.

Tanto Alceu Amoroso Lima, quanto Sergio Buarque de Holanda agem, no sentido dado por Bobbio ( 2005), como *experto e ideólogo*, por agirem não apenas como criadores mas também como difusores de ideias em âmbito nacional e internacional. O que confirma a posição de que um intelectual pode desempenhar muitas funções desde que ligadas às suas convicções. Segundo Valente (2009) a partir do momento em que o Estado passou a intervir em todas as esferas da vida, especialmente nas relações econômicas e sociais, num contexto que aumenta a necessidade de pessoas com conhecimentos técnicos, os expertos tiveram lugar indispensável para a solução dos problemas que abrangem os mais diversos campos do saber intelectual.

### 3.4. A História científica e cultural da humanidade

Durante o ano de 1948, a secretaria da Unesco esteve envolvida em uma série de consultas e pesquisas, cujos resultados foram documentados em relatórios apresentados em Beirute na Terceira Conferência Geral, confirmando as decisões do México. A Secretaria também ficou encarregada de consultar as organizações não governamentais qualificadas a serem também consideradas nos planos de trabalho.

No ano seguinte uma comissão de peritos foi designada para criar um plano para esse projeto específico. O *Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas*, consultado em particular, foi unânime em defender a importância do projeto. E se dizer preparado para qualquer pedido de cooperação e apoio. Por outro lado considerava a necessidade de instituir uma equipe de trabalho responsável pela sua execução. O conselho salientou a importância de um plano de trabalho com base em ideias essenciais comuns para todos os estudiosos envolvidos na empresa, porém dando liberdade de ação a cada um deles. Durante o ano de 1949 o trabalho teve andamento, e de 12 a 16 de dezembro de 1949 seus arquitetos se reuniram em Paris para avaliar e organizar os trabalhos<sup>79</sup>.

Ao mesmo tempo, o diretor geral incumbiu o professor Miguel Ozório de Almeida de preparar em relatório a assembleia sobre essa questão. Este relatório foi comunicado aos estados membros. As informações sugestões coletadas a partir de diversas fontes por parte do secretariado foram

---

<sup>79</sup> Cf. relatório da Comissão de Peritos para a elaboração de material sobre a História do desenvolvimento científico e cultural da humanidade, publicado em janeiro de 1950.

apresentadas na conferencia geral, em sua quarta sessão. Após as discussões do documento a conferencia geral adotou a seguinte resolução:

O diretor geral é responsável, em consultar com as associações científicas e organizações internacionais não governamentais qualificadas de continuar os trabalhos preparatórios com vistas a publicação de livros destinados ao leitor médio assim como ao especialista suscetíveis de fornecer uma grande compreensão dos aspectos científicos e culturais da história da humanidade, colocando luz sobre a interdependência dos povos e das culturas e suas contribuições respectivas, incluído as organizações de trabalhadores ao patrimônio comum da humanidade. (UNESCO. 3ª CG, 1948).

Pedro Calmon<sup>80</sup>, então reitor da Universidade do Brasil foi um dos avaliadores dos primeiros escritos que deveriam compor a obra. Em sua avaliação ele enumera as suas observações:

---

<sup>80</sup> Em 1938 Pedro Calmon tornou-se catedrático de direito público constitucional e diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em 1941, quando da fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ), passou a integrar seu corpo docente. Em 1945 foi eleito presidente da ABL e seguiu como delegado do Brasil às conferências Interamericana, realizada no México, e Interacadêmica para o Acordo Ortográfico, realizada em Lisboa. Em 1947, já no governo de Eurico Gaspar Dutra, tornou-se diretor do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, no Liceu Literário Português, e foi nomeado vice-reitor da UB. No ano seguinte assumiu a reitoria da instituição, deixando a direção da Faculdade de Direito. Em 1950 assumiu a pasta da Educação e Saúde e permaneceu no cargo até janeiro de 1951, quando Getúlio Vargas tomou posse na presidência da República. Quando participou desse processo avaliativo ele já possuía uma trajetória ligada à cultura e educação bastante significativa. Até 1950 já havia produzido as seguintes obras no campo da História: *A conquista: história das bandeiras baianas* (1926); *História da Bahia* (1927); *História da Independência do Brasil*, separata da Revista do Instituto Histórico (1929); *História da civilização brasileira* (1932); *História social do Brasil*, 1º vol.: *Espírito da sociedade colonial* (1935); 2º vol.: *Espírito da sociedade imperial* (1937); 3º vol.: *A época republicana* (1939); *História da Casa da Torre* (1939); *História do Brasil*, 1º vol.: *As origens* (1939); 2º vol.: *A formação* (1941); 3º vol.: *A organização* (1943); 4º vol.: *O Império* (1947); 5º vol.: *A República* (1955); *História diplomática do Brasil* (1941); *Brasil e América: História de uma política* (1941); *História da fundação da Bahia* (1949); *O segredo das minas de prata*, tese de concurso (1950).

1. Este grande trabalho merece todo meu apoio. Deve refletir em sua plenitude, o espírito científico do nosso tempo e, sobretudo o papel humanista da Unesco.
2. Carece de uma referência específica aos israelitas na transição do Oriente para o Ocidente.
3. Na parte do Budismo e do Cristianismo, onde se diz: “as religiões do Oriente” abrangendo a primeira e isolando o Cristianismo em um capítulo a parte, parece que, de fato, sua relação com o Budismo é simplesmente prospectiva e simétrica.
4. Falta destacar num capítulo a parte, a Igreja e a universidade medieval como forças da Idade Gótica.
5. Não foi dedicado um capítulo independente à Libéria, embora seja essencial enfatizar sua função no complexo euro-afro-asiático do Ocidente.
6. Faço notar a ausência de um capítulo sobre as ciências jurídicas e sua função (normativa) política, econômica e social.
7. Falta em algum lugar apropriado, uma alusão analítica à civilização americana, que deseja o direito de figurar numa História da Humanidade, ao lado de outras civilizações mortas ou vivas, por suas características diferentes, e, sobretudo de ordem moral. (UNESCO. Plano História da humanidade, 1950).

Na semana de 12 a 16 de dezembro de 1949 compareceram a reunião ocorrida na Casa da Unesco: Sénatur Raffaele Ciasca (professor da Universidade de Roma), Lucien Febvre (Professor do Collège de France) Marcel Florin (professor da Universidade de Liège) além dos representantes do Conselho Internacional das Uniões Científicas - Joseph Needham, Jean Piaget, Paul Rivet, e Richard H. Shryock.

Nesse encontro foram definidos pontos importantes do projeto, como por exemplo, a estrutura de alguns dos volumes da obra (UNESCO. Plano História da humanidade, 1950, p. 19):



*Volume I (A)*

- A. Mapa Mundial
- B. (1) Distribuição da raça humana
  - (2) Mistura de raças
  - (3) Clima, Vegetação, Densidade
- C. Etnologia
- D. Mapas para serem escolhidos pelos autores dos artigos
- E. Idiomas

*Volume I (B)*

- A. (1-3) Remanescentes fósseis do homem; distribuição e as principais descobertas do Paleolítico, Mesolítico e Neolítico.
- B. (1-2) Distribuição das civilizações do bronze e do aço
- C. (a) As grandes civilizações. Velhos e novos mundos. Egito; Mesopotâmia; Ásia e Mediterrâneo; Irã; Índia; China.
- E. (1) A Grécia e sua civilização no oeste do Mediterrâneo
  - (2) Mundo helenístico; colônias.
- F. A Unidade Romana
- G. O contato entre Leste e Oeste: rotas terrestres e marítimas
- H. Religião, sua origem e expansão
- I. (a) Migração de povos. Noroeste e centro da Ásia

- (b) Migração e expansão do povo germânico
- J. (a) Bizâncio
  - (b) China de Tand e Sung
- K. Mundo islâmico
- L. Civilização europeia medieval
- M. Ásia Central, Mongólia, Turquia, missões europeias no Leste
- N. As grandes descobertas geográficas
  - (a) Circunavegação da África
  - (b) Descoberta da América
- O. (1) Contribuições da América Pré-colombiana
  - (2) Contribuições da África
  - (3) Contribuições da Oceania
- P. Renascença europeia; distribuição das universidades; principais centros de cultura do sudoeste europeu; centros comerciais. Origem das colônias além mar.
- Q. O crescimento das colônias até o século XIX
- R. Desenvolvimento industrial
- S. Ligas e uniões entre nações

#### Volume II e III

- A. (1) a) rotas de comércio; (b) rotas de migração; (c) expedições militares

- (2) Canais, ferrovias e vias aéreas
- (3) Estações de transmissão de rádio
- (4) Comunicações postais

Para o professor Mendes Corrêa a ideia de uma História Cultural e Científica da Humanidade se mostrava importante, porque correspondia a necessidade de conhecimentos que iriam gerar os acordos necessários naquele momento deveras complexo da humanidade.

Este conhecimento, este acordo harmonioso, um espírito de colaboração universal tem propósitos superiores de ao longo dos anos, manter e inspirar os sentimentos de compreensão de fraternidade e de fecunda solidariedade<sup>81</sup>.

Em julho de 1950 a Bélgica recebeu um grupo de intelectuais especialmente convidados pela Unesco para discutir um projeto de melhoramento e revisão dos livros didáticos de História.

Quanto ao ensino de história acreditava-se no poder deste em influenciar as crianças sob duplo ponto de vista: favorece o desenvolvimento normal de sua personalidade e provoca a formação de atitudes amigáveis ou hostis a respeito de outros povos. Por isso a Unesco precisava produzir um guia de recomendações e de sugestões práticas com vistas a melhorar o ensino de História. Mesmo antes da guerra já havia a intenção de eliminar os livros que trouxessem algum tipo de conceito depreciativo a determinado povo ou nação. Porém nesse momento já era uma imposição fazer com que os livros

---

<sup>81</sup> Relatório contendo os comentários dos especialistas reunidos no comitê para preparação da História cultural e científica da humanidade (Unesco. 25 de maio de 1950).

didáticos dessem uma contribuição positiva ao bom relacionamento internacional.

Mas a preocupação, não se dava somente em relação a elaboração de obra sobre a História da humanidade, mas o modo, as técnicas e os discursos constantes na prática de ensino da disciplina, também eram fontes de receio, uma vez que mal aplicados poderiam causar sérios prejuízos à integração internacional.

Uma das primeiras providências do grupo de trabalho foi divulgar uma série de sugestões de pontos a serem observados quando da prática da disciplina em sala de aula. A faixa etária foi dividida em duas partes: crianças até 12 anos de idade, em que o ensino seria preparatório, ou seja, a criança estaria sendo preparada a receber o conhecimento de História. Abaixo enumero algumas das recomendações:

Recomendações para crianças até 12 anos de idade:

1. A partir dos doze anos via-se como apropriado ensinar História de forma mais sistematizada, porém sem produzir ruptura psicológica com o modo de ensino anterior;

2. O ensino preparatório de História deveria ser ministrado preferencial até os 12 anos, pois a partir dessa idade a educação das crianças, pensava-se ser feita de acordo com o país e organizada em bases diferentes. Sendo, porém conveniente introduzir um ensino cronológico;

3. O ensino preparatório deveria visar uma ideia de passagem do tempo, de evolução, da importância do trabalho do homem, e do progresso da dominação técnica sobre as forças da natureza;

4. As matérias ensinadas e os métodos de ensino utilizados deveriam ser objeto de capítulos distintos;

5. A coleção de História que estava sendo produzida pela Unesco não deveria ser feita apenas de aspectos de teóricos, mas vir acompanhada de exemplos concretos e práticos.;

6. Temas como alimentação, habitação, vestimenta, meios de transporte, infância, jogos e arte popular de diferentes épocas, permitiriam às crianças uma noção da passagem do tempo. Em alguns casos seria interessante consagrar um ano à esse objetivo;

7. A Pré-história deveria fazer parte dos programas de ensino preparatório;

Recomendações para crianças com mais de 12 anos de idade:

1. Os programas e métodos deveriam se adequar à duração dos estudos – nesse ponto a comissão está a considerar que em certos países algumas escolas preparam crianças de 14 e 15 anos com conteúdos e aptidões destinados aos estudos universitários.

2. Considerou-se interessante ensinar a História nacional como parte de uma História Universal, e a partir daí ampliar os estudos.

3. Decidiu-se pela conveniência de propor aos professores critérios para escolha dos fatos históricos a serem apresentados aos alunos.

4. Houve o reconhecimento da importância do professor para o entendimento por parte do aluno de que a civilização tem uma história<sup>82</sup>.

Como as ciências sociais, a História em suas práticas e métodos passava por mudanças substanciais durante essas primeiras décadas do século XX. Tanto quanto as demais ciências, também ela teve que se remodelar para dar conta as insurgências do momento. A História capturada pelo Projeto Tensões é uma disciplina de espírito novo, pensada pelo historiador que deixa o gabinete e encontra a rua, para lá encontrar o povo em plena construção da História.

Rever o ensino de História significava acreditar numa tomada de consciência que tornava possível a colaboração entre os homens, evitando assim que ressurgissem novos conflitos tão ou mais cruéis que os anteriores, ou que impediria o desenvolvimento do que a Unesco chamava de *nacionalismo agressivo*. Para tanto alguns princípios eram observados pela comissão na forma de objetivos:

1. Levar às crianças a compreensão de que a História é uma evolução;
2. Constatar o crescimento da interdependência entre os povos nos domínios da Cultura, da Filosofia, da técnica, da economia e da política. Sendo que essa interdependência não deveria levar à concorrência, mas sim ser base de colaboração;
3. Mostrar aos alunos a importância dos fatores econômicos;
4. Mostrar o poder de algumas forças históricas, como as forças religiosas;

---

<sup>82</sup> O grupo de trabalho baseou-se nas recomendações de Mme Maurette então professora na Ecole Internationale de Geneve e avaliadas por André Alba então professor do Liceu Henri IV, antes de serem levadas ao grupo de trabalho da Unesco.

5. Demonstrar que o progresso material tem sido lento, e que o progresso no campo da justiça, da cooperação e da tolerância é muito mais lento;
6. Mostrar a marcha ascendente de diversas civilizações;
7. Mostrar a desconfiança, os preconceitos, a intolerância, o egoísmo, assim como a necessidade de superá-los.
8. Mostrar o sagrado valor do trabalho humano e o absurdo da destruição desse trabalho pelas guerras.

Tendo como base as teorias do desenvolvimento infantil que também se desenvolvem no período pós-guerra, a comissão se pergunta em qual idade é conveniente o ensino de História? A resposta a essa questão levou em conta a dificuldade em estabelecer ligações lógicas e perceber o encadeamento dos fatos, percebida pela Psicologia em crianças menores de 12 anos.

Por essas razões o estudo da História foi prescrito para ser ministrado a partir dos 12 anos, antes disso devendo haver um ensino preparatório que daria as bases para pensamentos mais elaborados que viriam depois. Esse ensino preparatório enfatizaria principalmente a construção algumas noções como a de tempo e de espaço.

Alguns temas foram selecionados como sendo propícios à essa iniciação, como por exemplo alimentação, formas de habitação, meios de transporte etc. todos capazes de trazer um primeiro sentido de passagem do tempo, de evolução e interdependência. A partir dos 12 anos a ênfase sugerida era a História nacional em sua relação com a História Universal, numa abordagem metódica e sistemática.

Quanto aos métodos de ensino foi indicado o uso de documentos autênticos, cartas, registros, objetos, roupas etc. tudo o que fosse necessário para que o aluno apreendesse a ideia de passagem do tempo.

Para o ensino secundário a sugestão feita seguiu no sentido de dividir o programa em dois ciclos: no primeiro ciclo os jovens na faixa etária de 12 a 14 ou 15 anos, e o segundo ciclo com jovens na idade de 14, 15 ou 18 anos.

No primeiro ciclo o ensino de História indicado foi o teor cronológico e factual, podendo ser consideradas três formas de aplicação:

- 1) Ensino de História nacional complementado por noções de História universal;
- 2) Ensino de História nacional integrada com a História universal;
- 3) Dois ensinamentos, um de História nacional e outro de História universal paralelos ou independentes (UNESCO, Reunião de especialistas sobre o ensino de História, 1950).

Com relação aos métodos de ensino foram sugeridos o uso de mapas, objetos, imagens, viagens de estudo, visitas à museus etc., sob o alerta para se evitar aulas puramente verbais, feitas apenas de fatos e datas.

No segundo ciclo acreditava-se que os alunos já estariam preparados para o julgamento crítico, por isso indicava-se o aprofundamento dos assuntos.

O professor deverá insistir sobre os aspectos mais importantes da História nacional, de forma a esclarecer o desenvolvimento e as necessidades da nação. (UNESCO. Plano História da humanidade, 1950, p.11).

Diagramas, mapas, viagens de estudo são alguns dos métodos então aconselhados. Nesse ciclo, diferentemente do anterior a aula ideal teria muita



oralidade e exposição do professor, com a finalidade de desenvolver o espírito crítico por meio de debates, leitura e discussão de jornais e revistas, confrontação de textos.

Pretendia-se dessa forma preparar o aluno para interpretação do mundo e da sua realidade política, social, econômica e cultural. Como afirma Florescano (1997) no pós-guerra a História adquire papel indispensável. Tempo em que se apela para o passado para legitimar a posse de um território comum, para afirmar identidades enraizadas em tradições remotas. Para sancionar poderes estabelecidos, para dar sustento a projetos.

A função da História é dotar de identidade a diversidade de seres humanos que formavam a tribo, o povo, a pátria ou a nação. A recuperação do passado tinha por fim criar valores sociais compartilhados, inculcar a ideia de que o grupo ou a nação tinham uma origem comum, inculcar a convicção de que a semelhança de origens constitui um elemento de coesão entre os diversos membros do conjunto social para enfrentar as dificuldades do presente e assumir os desafios do futuro. (FLORESCANO, 1997, p.67).

Praticada dessa forma, sob essas normas e sugestões acreditava-se a História estaria dando uma indispensável contribuição aos objetivos do *Projeto Tensões* e sua insistência em promover a paz por meio do conhecimento mútuo e compreensão internacional.

### **3.5. Oriente e Ocidente – rumo a um novo projeto**

Emblemático no contexto do *Projeto Tensões*, o ano de 1954 pode ser percebido como um tempo de ponderação e redefinição de objetivos e linhas de ação, onde com base nas muitas reflexões e análises feitas até então se passou a atuar na amenização das disputas e conciliação. Além disso, foi o momento em que a Unesco modificou seu programa e fixou sua estrutura, designando seus cinco objetivos primordiais: O ensino primário gratuito e obrigatório; a educação fundamental; as tensões de ordem racial, social e internacional; A apreciação mútua dos valores culturais do Ocidente e do Oriente; a investigação científica para o melhoramento das condições de vida.

As primeiras correspondem às funções permanentes da organização, troca de informações, assistência à colaboração internacional de especialistas, elaboração de convenções e regulamentações internacionais – e se realizam em todas as regiões do mundo. As segundas tendem a satisfazer as necessidades particulares dos diferentes países e dar uma solução prática à problemas concretos ; compreendem atividades cuja iniciativa é tomada pela organização, assim como a ajuda prestada aos Estados membros a seu pedido.

Em sua nona reunião (1956) a Conferência Geral aprovou a execução de três “projetos principais” relativos à escola primária na América Latina, às investigações sobre as terras áridas e a apreciação mútua do Oriente e do Ocidente, sendo que o último gradativamente passou a concentrar as atividades então realizadas no âmbito do *Projeto Tensões*.

O programa deste projeto, cuja duração foi pensada para um período inferior a dez anos, contava com a participação de figuras intelectuais e compreendia exposições ambulantes de reproduções; exposição oriental de arte; ajuda aos escritores contemporâneos, colóquios internacionais; promoção do intercambio cultural entre Oriente e Ocidente; interpretação dos valores culturais; estudo das influências reciprocas das estruturas sociais dos países do Oriente e do Ocidente<sup>83</sup>. Abrindo caminho para estudos da diversidade cultural.

Segundo Brant<sup>84</sup>, o entendimento do que venha a ser diversidade cultural gravita entre duas formas de compreensão, a primeira que enfatiza a questão da diversidade cultural dentro de uma sociedade em particular, onde os indivíduos são “*denominadores potenciais de múltiplas identidades e características culturais heterogêneas que em conjunto constroem, por fim uma identidade nacional*”. E a segunda na qual a diversidade cultural é pensada na relação entre estados-nação, sociedades e/ou culturas.

Essa aproximação é caracterizada pelo desenvolvimento de elos entre culturas e comercio ou cultura e economia em geral e a habilidade de nações-estado de “intervirem” em mercados culturais para promover a sustentabilidade da produção nacional, assim como um intercâmbio equilibrado entre culturas. (BRANT, 2005)

Vale ressaltar que a conjuntura de meados dos anos 50, com o recrudescimento da Guerra e a polarização dos discursos numa ótica Norte/Sul, abriu espaço para que o Projeto Tensões recebesse críticas significativas, que iam desde os elevados custos de manutenção do projeto,

---

<sup>83</sup> Crônica da Unesco, v. 4, n. 10, 1958.

<sup>84</sup> Mendes Correia era então professor do departamento de Antropologia da Universidade do Porto.

passando pelo critério de escolha das prioridades, à falta de aplicação prática dos estudos e pesquisas efetuados. O certo é que o *Projeto Tensões* foi um projeto de certa forma datado. Criado num momento muito específico, na tentativa de solucionar questões muito particulares, que se desvaneceram com o passar do tempo. Os elementos da sua superação já estavam presentes nos objetivos do seu nascimento. Após uma década de atividade sua missão estava cumprida. A base estava fundada e apta a receber as novas ideias e os novos projetos resultantes das também novas insurgências do contexto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua trajetória o *Projeto Tensões* desempenhou papel extremamente importante na condução das ações pertinentes à Unesco no imediato pós-guerra. Na intenção de evitar novas guerras e construir um mundo mais pacífico, seus atos aglutinavam grande parte das formas de abordar as relações sociais e estatais no âmbito da instituição.

Pautado por um forte sentido idealista o projeto apontou o Estado, o cidadão, o direito e as instituições reguladoras internacionais como os principais protagonistas presentes no cenário internacional. É da abordagem idealista que se origina o caráter conciliador também percebido no projeto, o esforço em promover o entendimento mútuo, e as pretensões de evitar os mal-entendidos entre povos e nações.

Das ciências sociais, na sua relação com as demais disciplinas, o projeto recebeu como contribuição, além de seu escopo, também as diversas pesquisas e investigações que visavam esclarecer os modos de interação entre indivíduos, entre grupos e entre nações. Trabalhos que expressavam a confiança na possibilidade de mudança nas atitudes humanas proporcionada pelo conhecimento. Era a ciência, em sua objetividade e técnica ocupando seu espaço junto ao projeto.

Sob a responsabilidade dos intelectuais foram forjados eixos explicativos e orientadores que buscavam sincronizar progresso moral e progresso intelectual e dessa forma evitar novas guerras. Tão grande responsabilidade é evidência da ligação muito presente no projeto, entre ideias e ações. As ideias

influenciam as ações, essa foi uma premissa básica sobre a qual o projeto encaminhou-se, e a partir dela pensou-se sobre as melhores formas de direcionar esses modos de pensar para as ações pacíficas.

Ao ter as ideias como seu principal material de trabalho, o fazer intelectual foi elevado à categoria essencial para a execução, disseminação de valores e ideias, e para dar legitimidade aos resultados das pesquisas, e ao próprio projeto.

Para Bobbio (2007) a tarefa do intelectual é de agitar ideias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais, diferente do político que é tomar decisão. Eles são chamados quando o assunto é cultura quando se busca discutir sobre a conduta dos homens em sociedade. São criadores, portadores, transmissores de ideias, e essas atribuições lhe foram dadas pelo projeto, que tratou de criar espaços de discussão na forma de encontros, conferências, reuniões etc.

O projeto também nos ofereceu ainda uma forma muito particular de perceber a cultura. Em seu interior essa categoria se tornou ferramenta de trabalho e agente de reestruturação. A crença no reconhecimento cultural como garantidor da harmonia entre os povos, fez com que a maior parte das ações fosse direcionada para o conhecimento e o trato com o diferente, ou com o mundo existente além das fronteiras nacionais. Crianças, jovens e adultos foram encorajados a desmistificar o mundo exterior, foram incentivados a conhecê-lo, para a ele entender e respeitar. A paz seria o resultado dessa convivência, onde conceitos ligeiros e estereótipos dariam lugar à cooperação e solidariedade geradas no conhecimento.

O principal caminho para este entendimento estava na Educação. As práticas educativas pensadas como facilitadoras da compreensão internacional. Nesse sentido obras foram publicadas, livros de História e Geografia foram revistos, cursos e treinamentos foram efetivados. Nada que pudesse comprometer a conciliação internacional deveria permanecer no meio educacional dos países membros.

Independente de haver ou não obtido o êxito esperado, o projeto tensões foi bem sucedido na intenção de agregar intelectuais e pesquisadores, em diversificar ações, empreender pesquisas, definir abordagens e mobilizar os seus Estados membros. Nos dez anos em que se manteve em execução uma quantidade significativa de estudos, pesquisas e obras foram levadas a termo e hoje nos oferecem uma boa referência acerca dos resultados por ele obtidos, e também do contexto da conjuntura histórica sobre a qual atuou.

Longe de pretender esgotar o assunto, encerro este trabalho de pesquisa com o desejo de que ele possa estimular, e dar suporte a outras pesquisas sobre o projeto em questão, pois ele como outros, é um dos muitos elementos desse período histórico, que graças às incessantes pesquisas está em permanente reconstrução, nos oferecendo a cada momento novas informações, conhecimentos e percepções.

## FONTES

### Livros

ANAIIS do II Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais da UNESCO. São Paulo: Ed. Anhembi, 1957.

HILL, Peter C. *L'Enseignement de L'Histoire: Conseils et suggestios*. Paris: Unesco, 1953.

LIMA, A. A.. *A realidade Americana: ensaio de interpretação dos Estados Unidos*, São Paulo: 1955.

MILLIET, S.. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*. São Paulo: Martins-Edusp, 1981. Vol. I ao X.

RAMOS, Arthur. *As ciências sociais e os problemas de após-guerra*. Rio de janeiro: S/E. 1944. (Conferência proferida por Arthur Ramos).

UNESCO. *L'originalité das cultures: son role dans La compréhesion internationale*. Paris: Unesco, 1953

UNESCO. *Recontres Internationales de Geneve: Le Nouveau monde et'euope*. Paris: UNESCO, 1954.

UNESCO. *Humanisme et éducation em Oriente et no Occident entretien*. Paris: UNESCO, 1953.

UNESCO. *De la nature dès conflits: Évaluation dès sur lês tensions internationales*. Paris: UNESCO, 1954.

UNESCO. *Reforme dès manuels: scoaires et du materiel d'enseignement: comment lês mettreau service de La comprehensive internationale*. Paris: UNESCO, 1950.



UNESCO, *La educación para La comprensión internacional: ejemplos y sugerencias para El personal docente*. Paris: Unesco, 1959.

#### Boletim Internacional das Ciências Sociais

La conférence pour l'étude des origines Du fascisme et du national-socialisme Paris, v. 2, n° 1, p. 06-07, nov. 1950.

SCHWARZENBERGER, Georg. La Paix et la guerre dans la société international. Bulletin International des Sciences Sociales. Paris, v. 2, n° 1, p. 26-40, nov. 1950.

WRIGHT, Quincy. Importance de l'étude des tensions internationaux. Bulletin International des Sciences Sociales. Paris, v. 2, n° 1, p. 97-112, nov. 1950.

VERNANT, Jacques. Les relations internationales; L'œuvre de la conference permanente des hautes études internationales. Paris, v. 2, n° 1, p. 59-63, nov. 1950.

#### Crônica da UNESCO

CRÔNICA DA UNESCO. Perspectivas del Proyecto Oriente-Occidente. Paris, v. 5, n° 9, p. 29-31, jul.1959.

CRÔNICA DA UNESCO. Las ciencias sociales y la cooperación pacífica. Paris, v. 4, n° 5, p. 12, out.1958.

CRÔNICA DA UNESCO. Los educadores y la mutua comprensión entre Oriente y Occidente. Paris, v. 4, n° 3, p. 06-08, mar.1959.

CRÔNICA DA UNESCO. Un Seminario sobre la educación para la comprensión internacional. Paris, v. 3, n° 10, p. 15-16, out.1957.

CRÔNICA DA UNESCO. El sistema de las escuelas asociadas y la educación para la comprensión internacional, v. 5, n° 10, p. 15-16, out. 1959.

CRÔNICA DA UNESCO. Las tradiciones culturales y la universalidad del espíritu. Paris, v. 4, nº 12, p. 05-06, dez. 1958.

CRÔNICA DA UNESCO. Oriente y Occidente. Paris, v. 5, nº 12, p. 03-05, dez. 1959.

CRÔNICA DA UNESCO. La acción de la Unesco em El mundo. Paris, v. 3, nº 10, p. 18, out. 1957.

CRONICA DA UNESCO. El programa de la Unesco para 1959-1960. Paris, v. 4, nº 10, p. 11-12, out. 1958.

#### Correio da UNESCO

CORREIO DA UNESCO. Aprobado o programa para 1948. Paris. V.1 n.1, p.01, fev. 1948.

CORREIO DA UNESCO. A Unesco deve chegar às Massas diz James Bodet. Paris. V.2 n.4, p.01, Mai. 1949.

CORREIO DA UNESCO. Para a liberdade, a justiça e a paz. Paris. V.2 n.12, p.01, jan. 1950.

#### Correio do IBECC

CORREIO DO IBECC. A apreciação mútua dos valores culturais do Oriente e do Ocidente. Rio de Janeiro, nº 03, p. 10-11, jan. 1959.

CORREIO DO IBECC. Projeto maior sobre a apreciação mútua dos valores culturais do Oriente e do Ocidente. Rio de Janeiro, nº 01, p. 04-05, jul.1958.

CORREIO DO IBECC. Conferência Geral da Unesco. Rio de Janeiro, nº 02, p. 12-15, out.1958.

### Relatórios da UNESCO

UNESCO, *Rapport interimire: Etats de Tension et comprehension internationale* (1948-1949). Paris, 1949.

UNESCO, Statement Concerning the Unesco Tensions Project (1949-1953). Paris, 1954. (Department of Social Sciences).

UNESCO, *Rapport interimire: Etats de Tension et comprehension internationale* (1954-1955). Paris, 1956.

### Conferências da UNESCO

UNESCO. Primeira Conferência Geral, Paris: 1946.

UNESCO. Segunda Conferência Geral, Cidade do México: 1947.

UNESCO. Terceira Conferência Geral, Beirute: 1948.

UNESCO. Quarta Conferência Geral, Paris: 1949.

UNESCO. Quinta Conferência Geral, Florença: 1950.

UNESCO. Sexta Conferência Geral, Paris: 1951.

UNESCO. Sétima Conferência Geral, Paris: 1952.

UNESCO. Oitava Conferência Geral, Montevideo: 1954.

UNESCO. Nona Conferência Geral, Nova Délhi: 1956.

UNESCO. Décima Conferência Geral, Paris: 1958.

### Documentos diversos UNESCO

UNESCO. Aperçu historique du projet. Paris: 1949.

UNESCO. *Amendement a la convention creant l'Unesco propose par le gouvernement des Etats-Unis*. Paris, 1947.

UNESCO. Etude préliminaire sur le Projet d'Enquete "Etats de Tension et comprehension Internationale". Paris, 1947. (Section des Sciences Sociales).

UNESCO. La Unesco em 1950 – sus directivas sus actividades. Paris, 1951.

UNESCO. Social Sciences Programe, Paris, 1956.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, P. R. *Dinâmicas da economia no século XX*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *O Século Sombrio – Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 47-69 pp.

BASTOS, E.R.; REGO, W. L. (Orgs.). *Intelectuais e Política: A Moralidade do Compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.

BEDIN, G. A. O realismo político e as relações internacionais: algumas reflexões sobre o paradigma tradicional das Relações Internacionais. In: BEDIN, G. A.(et. Al.) *Paradigmas das relações internacionais*. Ijuí: Editora UNIJUI. 2000, pp.61-105.

BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BREUILLY, J. Abordagens do nacionalismo. In: GOPAL. B. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp.155-184.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp. 2004.

BRANT, L. *Diversidade Cultural, Globalização e Culturas locais: Dimensões, efeitos e perspectivas*. São Paulo: Escrituras Editoras, Instituto Pensarte, 2005.

CÂNDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1985.

\_\_\_\_\_(Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, M. *A Cultura no Plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

CERVO, A; BUENO, C. História da política exterior do Brasil. Brasília: Ed. UNB, 1992.

CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. Para ler Raymond Williams. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.

COSTA, M. T. D. *Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2006.

CZEMPIEL, Ernst-Otto. O Teorema de Kant e a discussão atual sobre a relação entre democracia e paz. In: ROHDEN, V.(Org). Kant e a instituição da paz. Porto Alegre: Editora UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997. pp 121-142

DOMINGUES, H. M.; PETITJEAN, P. Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950). In: MAIO, M. C. *Ciência, Política e Relações Internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

ELZINGA, A. A Unesco e a política de cooperação internacional no campo da ciência. In: MAIO, M. C. (Org.). *Ciência, política e relações internacionais: Ensaio sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. 89-143 pp.

EVANGELISTA, E. S. *A Unesco e o mundo da cultura*. Goiânia: UFG, 2003.

FEBVRE, L. Contra o Vento: Manifesto dos novos Annales. In: NOVAIS, F. e SILVA, R. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, pp. 75-85.

GARCIA, E. V. *O sexto membro permanente: O Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GELLNER, E. O advento do nacionalismo e sua intervenção: os mitos da nação e da classe. In: GOPAL. B. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, pp.107-154.

GERHARDT, V. Uma teoria crítica da política sobre o projeto Kantiano *À paz perpétua*. In: ROHDEN. V.(Org). Kant e a instituição da paz. Porto Alegre: Editora UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997. pp 39-57

GONÇALVES, W. Relações Internacionais: um balanço teórico-histórico. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). *O Século Sombrio: uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 27-45 pp.

HOBBSBAWM, E.J. *Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914 -1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *A era do capital – 1848-1875*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_ *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JASMIM, M.G.; FERES Jr. (Orgs). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Ed. Loyola; IUPERJ, 2006.

LAFER. C. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva 2004.

LAHUERTA. M. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Departamento de Ciência Política – FFLCH/USP. 1999. (Tese de Doutorado).

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 18 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LEFORT, C. A obra de pensamento e a história. In: *As formas da História. Ensaios de Antropologia Política*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1998.

LE GOFF, J. *História e Memória*. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LINS, D. (Org.). *Cultura e Subjetividade: Saberes Nômades*. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

LOPES, M. (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo. Contexto, 2003.

MARTINS, E. C. R. *Relações Internacionais: Cultura e poder*. FUNAG. Brasília: 2002.

MICELI, S. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999.

MORIN, E. *Para sair do século XX*. 30 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

MOTA, C.G. *A Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.

\_\_\_\_\_. Os Intelectuais e a Cultura Brasileira. In: BANDEIRA, L.A. Moniz; G.. P. (Orgs.) *Brasil e Alemanha: A Construção do Futuro*. São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. 413-434 pp.

\_\_\_\_\_. Saindo das Brumas: o mundo que o português criou ruiu. In: ABDALA Jr. B. (Org.) *Incertas Relações: Brasil – Portugal no século XX*. São Paulo: Editora SENAC, 2003. 149-180 pp.

NOVAES, A. (Org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PÉCAUT, D. *Os Intelectuais e a Política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

RABOSSI. Kant y las condiciones de posibilidad de la sociedade cosmopolita. In: ROHDEN. V.(Org). Kant e a instituição da paz. Porto Alegre: Editora UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997. pp 180-191.

RÉMOND, R. O século XIX (1815-1914): Introdução à História de nosso tempo. São Paulo: Cultrix, 1997.

\_\_\_\_\_ O século XX de 1914 aos nossos dias: Introdução à História de nosso tempo. São Paulo: Cultrix, 1997.

ROHDEN. V.(Org). Kant e a instituição da paz. Porto Alegre: Editora UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997.

REZENDE, M. J. Antônio Cândido e a transição política a partir de 1945: ação, conhecimento e mudança social. In: *Revista de Ciências Humanas*. Fpolis: EDUFSC. N. 40. Outubro de 2006. 443 – 468 pp.

ROSSI, P. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

SALDANHA, E.; ANDRADE, M.M. *Immanuel Kant: Idealismo e a Carta da ONU*. Curitiba: Juruá, 2011.

SCHWARTZMAN, S. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MTC, 2001.

SELL, C. E. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, F. C. T. *O Século Sombrio – Uma História Geral do Século XX*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SILVA, T. T. (Org.) *Identidade e Diferença - a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, S.W. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

TOURAINÉ, A. *Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

UNESCO, *L'Unesco et la question de la diversité culturelle: bilan et stratégies, 1946-2003*. Paris: Unesco, 2005.

PURDY, S. O século americano. In: KARNAL, L.(et.al) *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

VIZENTINI, P.F. *A nova ordem global: relações internacionais do século XX*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

VARGAS, J.A.C. *Campanha permanente: O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

WILLIAMS, R. *Cultura*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_ *Cultura e Sociedade de Coleridge a Orwell*. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_ *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

\_\_\_\_\_ *Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

### Artigos Internet

ARAUJO, S. M.S. *Cultura e Educação: uma reflexão com base em Raymond Williams*. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt03/t0315.pdf>> 18 de dezembro de 2014.

DOMINGUES, B. H.; PETITJEAN, P. Paulo Carneiro: um cientista brasileiro na diplomacia da Unesco (1946-1950). Disponível em <<http://hal.archives-ouvertes.fr>> 20 de janeiro de 2013.

MAIO, M.C. O Projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102->> 18 de agosto 2012.

SANTIAGO. H. Adorno, Auschwitz e a esperança na educação. Disponível em [www.fflch.usp.br/df/celp/cefp6/santiago.pdf](http://www.fflch.usp.br/df/celp/cefp6/santiago.pdf) 18 de abril de 2012.

### Artigos em Revista

MAIO, M. C. O projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. Dossiê depois de Cabral: a formação do Brasil. *Revista USP*. USP: SP, nº 1 Março/Maio de 1989, pp.115-128.

NISBET. R. A. A sociologia como uma forma de arte. Plural, *Revista de Ciências Sociais*. USP: SP, nº 7. 111-130 – 1ª sem de 2000.

CASTRO .A. D. As finalidades do ensino de História no curso secundário, *Revista de História*, São Paulo, v. V, n. 23, p. 5, 1954.

LACERDA. G.B. Algumas teorias das relações internacionais: idealismo, realismo, grocianismo. *Revista Intersaberes* | vol.1 n. 1, p. 56 – 77. 2006.